UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

“Equilibristas na corda bamba: o trabalho e a saúde de docentes do ensino superior privado em Uberlândia/MG”

Marisa Aparecida Elias

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências. Área: Psicologia

Ribeirão Preto – SP

2014

MARISA APARECIDA ELIAS

EQUILIBRISTAS NA CORDA BAMBA: O TRABALHO E A SAÚDE DE DOCENTES
DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM UBERLÂNDIA/MG

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof. Dra. Vera Lucia Navarro

Ribeirão Preto – SP

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto/SP

Elias, Marisa A.

Equilibristas na corda bamba: o trabalho e a saúde de docentes do ensino superior privado em Uberlândia/MG, 2014.

181 p. : il. ; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Navarro, Vera Lucia.

1. Condições de Trabalho. 2. Saúde do trabalhador. 3. Docentes. 4. Ensino Superior. 5. Saúde mental.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Marisa Aparecida Elias

Título: Equilibristas na corda bamba: o trabalho e a saúde de docentes do ensino superior privado em Uberlândia/MG.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto/SP para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Doutor: Vera Lucia Navarro

Instituição: USP

Assinatura:_____

Prof. Doutor: Leny Sato

Instituição: USP

Assinatura:_____

Prof. Doutor: Ricardo Lara

Instituição: UFSC

Assinatura:_____

Prof. Doutor: Neide Tieme Murofuse

Instituição: UNIOESTE

Assinatura:_____

Prof. Doutor: Edivânia Ângela de Souza Lourenço

Instituição: UNESP – Franca Assinatura:_____

;

Dedico este trabalho ao meu pai que ensinou o valor do trabalho digno e a
minha mãe que me inspirou a romper limites...
Dedico este trabalho aos meus colegas educadores que não cansam de
acreditar...

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Vera Navarro que me acolheu na trajetória da pós graduação, e me ensina com a delicadeza de quem não abre mão de seus valores e insiste em lutar por um mundo mais justo.

Aos membros da banca, por dedicarem seu tempo e conhecimento para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas que abriram mão de seu pouco tempo de lazer para participar desta investigação.

A minha família por constituir a força que me faz lutar e aos amigos, que mesmo tendo sido negligenciados nestes anos de estudo sempre estiveram prontos para um café e uma prosa.

Obrigada aos companheiros de jornada, solidários no dia a dia e que indiretamente também fizeram parte deste projeto: Rosário, Larissa, Simone, Cleyciane, Lélia.

À Yasmin Queiroz, pela cumplicidade, pelo companheirismo e companhia nos congressos e interlocução sagaz. Sua parceria me lembra que o ofício de educador vale a pena.

Especial a Moisés Fernandes, que me ajudou a amadurecer e é presença sempre amiga.

Agradeço à Ana Paula e Augustim, Adelino e Pérsio que me socorreram em momento de aflição.

E finalmente ao meu companheiro de vida, Osório, pela paciência e serenidade e principalmente pela paz que seu amor me faz sentir.

A esperança equilibrista
Sabe que o show
De todo artista
Tem que continuar.
(Aldir Blanc e João Bosco)

RESUMO

Elias, M. A. (2014) *Equilibristas na corda bamba: o trabalho e a saúde de docentes do ensino superior privado em Uberlândia/MG* (Tese de doutorado não publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Esta tese teve por objeto de estudo o trabalho de docentes de Instituições de Ensino Superior Privado. O objetivo foi investigar a relação entre as condições de trabalho e os problemas de saúde relatados, em especial os relacionados à saúde mental. Foram objetivos específicos: identificar os modos de enfrentamento, objetivos e subjetivos, utilizados por aqueles trabalhadores para lidar com o cotidiano no trabalho e descrever como a precarização da educação interfere no trabalho docente universitário. A pesquisa fundamentada no referencial teórico metodológico do materialismo histórico dialético fez uso de entrevistas gravadas como principal técnica de coleta de dados. Foram realizadas cinco entrevistas com docentes que atuam em Instituições de Ensino Superior Privado há pelo menos cinco anos. Os resultados mostraram que os docentes estão submetidos a condições precárias e intensificadas de trabalho. O tipo de contrato de trabalho e a instabilidade profissional submetem os profissionais a situações desestabilizadoras do psiquismo, tornando-os submissos a atividades desgastantes e vulneráveis à alienação em relação a estas mesmas condições. A preservação da idealização da atividade de educador é um facilitador da alienação que prende o profissional a esta representação do trabalho como missão e não atividade profissional. Esta contradição, além de submeter a condições fisicamente desgastantes, também submete a pressão psicológica potencialmente causadora de adoecimento. Dentre os mecanismos de enfrentamento utilizados por eles, destaca-se a negação do sofrimento e a banalização do adoecimento. Os professores estão submetidos a situações potencialmente estressoras na atividade laboral, que se refletem em afecções psicossomáticas generalizadas. Conclui-se que a forma como o trabalho se encontra organizado, a pressão exercida por meio da cobrança de metas, a sobrecarga de trabalho, os diferentes vínculos empregatícios que se sobrepõe e a tendência a mercantilização da educação do ensino descaracterizam a função do educador e proporciona desgaste, mal estar e adoecimento a estes profissionais.

Palavras-chave: Condições de Trabalho. Docentes. Ensino Superior. Saúde mental. Saúde do trabalhador.

ABSTRACT

Elias, M. A. (2014) *Equilibrists in the tightrope: the work and health of teachers of private higher education in Uberlândia / MG* (Tese de doutorado não publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

The present thesis examines the work performed by the teachers of the Private Institutions of Higher Education. The objective was to investigate the relationship between workplace conditions and reported health problems, in particular those related to mental health. Specifically: to identify both subjective and objective coping mechanisms for handling the day-to-day difficulties encountered by those workers, and also to describe how the increasing precariousness in the educational system interferes with the job of a university lecturer. The research has as its foundational principles the theoretical methodology of historical dialectical materialism, and the data is collected in the form of recorded interviews. Five interviews were conducted with instructors who have taught at Private Institutions of Higher Education for at least five years. The results demonstrate that the instructors are subjected to precarious and intense work conditions. The type of employment contract and professional instability subject those professionals to destabilizing psychic situations, resulting in a tacit submission to fatiguing activities and rendering them vulnerable to alienation as a result of these conditions. The continued idealization of the activity of an educator also facilitates this alienation, as it enforces a view of the work as a calling and not as a profession. This contradiction, in addition to subjecting workers to physically exhausting conditions, also applies psychological pressure which can cause mental illness. Among the coping mechanisms used by these instructors, particularly salient are the denial of suffering and the banalization of illness. They are subjected to potentially stressful situations of during work, which are reflected in generalized psychosomatic conditions. It is concluded that that manner in which work is organized, the pressure exerted through meeting targets, overwork, the existence of different locations of work, all in an environment of the commercialization of education, serve to demean the function of an educator and creates exhaustion, malaise and illness in these professionals.

Key Words: Working conditions. Private Higher Education Institutions. Mental health. Workers health. Teaching work.

RESUMÉ

Elias, M. A. (2014) *Équilibristes dans corde raide: le travail et la santé des enseignants de l'enseignement supérieur privé en Uberlândia / MG*. (Tese de doutorado não publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Cette thèse étudie le travail fait par les instructeur des Établissement privé d'enseignement supérieur. L'objectif était d'investiguer la relation entre les conditions au travail et les problèmes de santé signalés, en particulier ceux relationnés à la santé mentale. Spécifiquement: d'identifier les mécanismes d'adaptation, également subjectifs et objectifs, qui sont utilisés durant la journée de travail, et aussi de decrire la manière en que la précarite du travail dans le milieu éducationnel interfère avec le travail d'un enseignant universitaire. Cette recherche trouve ses principes fondamentaux dans la méthodologie théorique du matérialisme dialectique historique, et les données sont recueillies en forme d'entrevues enregistrées. Cinq entrevues fûrent menées avec des instructeurs qui on enseigné à Établissement privé d'enseignement supérieur pour au moins cinq ans. Les résultats démontrent que les instructeurs se soumettent à travailler dans um environnement précaire en intense. Le type de contrat d'emploi et l'intensité du travail causent dans ces professionnels une situation psychique déstabilisante, ce qui résulte en une submission à dès activités fatigantes et comme resultat les rend vulnérables à La aliénation. La idéalisation historique du métier de l'enseignement aussi facilite cette aliénation, parce qu'elle enforce une perception du travail comme vocation et non pas une profession. Cette contradiction, ainsi qu'elle fait subir les travailleurs à des conditions de travail physiquement épuisantes, aussi applique de la pression psychologique qui peut causer des maladies mentales. Entre les mécanismes d'adaptation utilisés par ces instructeurs, on retrouve fréquammant une négation de la souffrance et aussi la banalisation de la maladie. Les travailleurs se retrouvent dans des situations potentiellement stressantes durant le travail, et par la suite on trouve des conditions psychosomatiques généralisées. On conclut que la manière que le travail est organisé, la pression mise par la nécessité d'atteindre les objectifs, le surmenage, l'existence de plusieurs endroits de travail, tous dans un environnement de commercialisation de l'éducation, résulte en un rabaissement de la

fonction d'un éducateur et crée épuisement, malaise et maladie dans ces professionnels.

Mots Clés: Conditions de travail. Établissement privé d'enseignement supérieur. Santé mentale. la santé des travailleurs. Travail d'enseignement.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
DSM-V – Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais Quinta Edição
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
GTPE – Grupo de Trabalho de Política Educacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
LILACS - Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização não governamental
OPA – Oferta Pública de Ações
PREAL – Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
SAG – Síndrome de Adaptação Geral
SINPRO – Sindicato dos professores
SMRT – Saúde Mental Relacionada do Trabalho
SISU – Sistema de Seleção Unificado
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura
USAID – United State Agency for International Development

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Funções docentes na Educação Superior, por categoria administrativa no ano de 2004.....p. 41

Tabela 2 - Evolução do número de docentes atuando no Brasil de 1980 até 2004.....p.41.

Tabela 3 – Comparação da evolução do número de funções docentes e regime de trabalho de 2005 até 2011 em IES federais e IES privadas.....p.42

Quadro 1- Caracterização dos dados sociodemográficos e de contrato de trabalho dos entrevistados.....p. 87

SUMÁRIO

Apresentação.....	16
1. A mercantilização da educação e a expansão do ensino superior privado.....	26
1.1. O ensino superior privado no Brasil.....	28
1.2. A mercantilização do ensino.....	30
1.3. A expansão do ensino superior privado.....	33
1.4. O trabalho docente.....	35
1.5. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho docente.....	38
1.6. A relação trabalho docente e saúde.....	49
2. A saúde, a saúde mental e o trabalho.....	55
2.1. A construção do conceito de saúde.....	55
2.2. A centralidade do trabalho na análise do processo saúde doença.....	60
2.3. A especificidade do processo de trabalho docente no ensino superior privado.....	67
2.4. Condições de trabalho e a saúde.....	69
2.4.1 Organização do trabalho e desgaste.....	70
2.4.2. Saúde mental relacionada ao trabalho.....	73
2.5. A construção da identidade/subjetividade e a economia psicossomática.....	77
3. Método.....	85
4. O trabalho e a saúde dos docentes.....	89
4.1. O trabalho como identidade e a desilusão profissional.....	90
O ofício, a idealização e a alienação.....	90
Condições de trabalho, flexibilização e intensificação.....	100
O controle sobre o trabalho.....	112
O trabalho real e trabalho prescrito.....	119
Corrosão do caráter e desilusão profissional.....	123
4.2. O desgaste no trabalho docente.....	125
A percepção da saúde.....	126
A banalização das condições de saúde.....	129
O adoecimento psicossomático.....	132

As manifestações do estresse.....	140
4.3. O mal estar e os mecanismos de enfrentamento.....	147
5. Considerações Finais.....	156
Referências.....	161
Apêndices.....	176

APRESENTAÇÃO

“Mestre não é quem ensina mas aquele que de repente aprende”

Guimarães Rosa

As últimas décadas se caracterizaram por profundas transformações no mundo do trabalho como consequência do processo de reestruturação produtiva. Conforme Marx (2005) a crise é inerente ao sistema capitalista. Este sistema, de caráter cíclico, alterna períodos de prosperidade com outros de perdas. Este modo de produção se baseia na acumulação de riqueza por meio da produção de mais valia, ampliação do consumo e realização da mercadoria. Para dar conta do excesso de produção ocorre a exploração dos trabalhadores diminuindo os custos do trabalho e aumento da mais valia e lucro. A crise atual do sistema capitalista decorre do esgotamento deste modelo e sua incapacidade em responder aos problemas inerentes a ele e impedir o avanço da exclusão social e miséria humana.

É efeito deste processo, a inclusão de novas formas de gestão da força de trabalho, em geral poupadoras de mão de obra priorizando o mercado e maximizando os lucros. Desta forma, a organização do trabalho é modificada para atender à necessidade de aceleração da produção, interferindo diretamente nas relações de trabalho, flexibilizando os contratos e intensificando o labor.

As novas tecnologias, utilizadas pelo discurso da modernização, sofisticam os processos de exploração do trabalho e do trabalhador, possibilitando maior cobrança e controle sobre a atividade laboral. Submete as pessoas a modelos de gestão que desconsideram a humanidade tratando os homens como máquinas, de modo a operacionalizar as ações e diminuir o tempo para a execução das atividades.

Dentro deste contexto, o ensino superior no Brasil sofreu e sofre as mesmas as consequências das transformações do setor produtivo da economia. Atendendo às exigências dos órgãos internacionais, ocorreu a partir de 1990 o processo de expansão deste nível de ensino, por meio de políticas públicas que financiam o ensino superior privado. Desta forma, ao mesmo tempo em que difunde a ideologia do acesso ao ensino como meio de ascensão social, o Estado sustenta o setor privado direcionando verbas que poderiam financiar o ensino público. A criação de programas como o Prouni (Programa Universidade para Todos), Pronatec

(Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego), Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) são exemplos de implementação destas políticas.

O modelo de educação superior sustentado pelos organismos internacionais e assumido pelo Brasil, tem na modificação da natureza do trabalho docente uma de suas diretrizes, o que altera sua função, aumentando a desqualificação técnica e ideológica. Atender às exigências do paradigma do mercado traz consequências nefastas para o fazer docente, afetando seus status profissional.

Efeito destas reformas é o crescimento potencial do número de IES (Instituições de Ensino Superior) privadas, que atualmente predominam no campo do ensino superior no Brasil no que se refere ao número de vagas oferecidas e também à quantidade de docentes contratados por este segmento em comparação ao ensino superior público.

Não por coincidência, a profissão docente vem ocupando as páginas principais dos jornais e das redes sociais seja para discutir seu papel seja para denunciar situações de violência vividas por estes profissionais. A barbárie parece se instalar a partir da sala de aula dos profissionais deste setor pela constante perda de reconhecimento, remuneração e dignidade.

A investigação quanto à precariedade das condições de trabalho dos docentes tem sido objeto de estudo em diferentes instituições de ensino. Nas últimas décadas as pesquisas aumentaram consideravelmente e o ensino superior privado começou a despertar também interesse. Não por coincidência, o aumento das pesquisas acompanha o crescente aumento do número de instituições e de alunos matriculados, na chamada expansão do ensino superior privado.

Observa-se que esta profissão recebe especial destaque quando se pretende responsabilizá-la pelo sucesso ou fracasso do aluno e até mesmo do país. A desqualificação da profissão está inscrita na produção de sentido que não considera o ato de ensinar um trabalho, e sim uma vocação, uma missão, atividade que se faz por amor. E como se sabe, amor não se cobra.

A escolha de um tema de estudo não é neutra, assim como não é neutra nenhuma ação humana. As marcas deixadas pelo vivido no espaço do trabalho produzem o questionamento tanto a respeito das condições em que a atividade é realizada quanto seus efeitos na saúde física e mental. Desta forma o presente estudo se desenvolveu a partir das condições concretas de existência de quem o realizou.

Em minha trajetória profissional, o interesse em estudar a relação trabalho e saúde se deu ao perceber nos atendimentos psicoterápicos de trabalhadores vinculados a uma universidade federal, que as queixas giravam em torno da atividade laboral, das condições de trabalho e as relações com os colegas. Instigada por isto, ingressei no mestrado para investigar relação trabalho e saúde de profissionais de enfermagem confirmando as consequências nefastas das condições precárias de trabalho sobre a saúde destes profissionais¹.

Ao conhecer melhor como a organização do trabalho afeta as pessoas em sua subjetividade e sua saúde, constatei a desinformação vigente nos serviços de saúde e dos próprios profissionais médicos e psicólogos a respeito do adoecimento pelo trabalho. Compreendi inclusive, que o desânimo constante, o mal estar e adoecimento vivido por mim na época em que atendia no ambulatório eram efeito do adoecimento pelo trabalho, provavelmente Síndrome de Burnout², já que bastou me desligar da função para melhorar todos os sintomas.

Durante minha trajetória profissional de docente tive a oportunidade de conhecer o trabalho tanto na instituição pública quanto na privada. Apesar de na pública o contrato ter sido provisório, as condições para sua realização não difere dos outros docentes e a desilusão vivenciada foi compartilhada nos dois espaços institucionais. Mesmo profundamente comprometida com um papel profissional idealizado, logo percebi que o sacrifício no exercício profissional é natural para quem faz da tarefa uma missão, mais do que atividade profissional. Além desta representação a respeito da docência, estava em jogo a chance de ter um emprego. Neste momento, o desejo de atuar é maior que qualquer restrição ao campo de trabalho, até porque no mundo capitalista, as “oportunidades” não devem ser desperdiçadas.

¹ Elias, M. (2003) O impacto do trabalho sobre a saúde das trabalhadoras em área hospitalar: um estudo sobre o trabalho e sua relação com a saúde das profissionais de enfermagem. Dissertação de Mestrado. Departamento de Medicina Social. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo/RP.

² A síndrome de *burnout* consiste em uma resposta ao estresse ocupacional crônico, afetando profissionais que se ocupam em prestar assistência a outras pessoas. Entre os profissionais de saúde, eventos potencializadores de estresse podem surgir, dependendo do tipo de atividade exercida. Entretanto, existe uma evidência crescente demonstrando que os profissionais da área da saúde mental, por fatores relacionados à natureza de sua profissão, apresentam-se particularmente vulneráveis ao estresse e a seus efeitos (Abreu, Stoll, Baumgardt & Kristensen, 2002).

Na instituição de ensino superior privada, o professor multitarefa, o professor que se dispõe a saber mais temas e não recusa disciplinas é um professor desejável e corre menos risco de ser demitido após cada semestre letivo. A contratação é feita por hora e em geral, os rendimentos dependem da carga horária e esta carga pode variar semestre a semestre ou no caso da primeira instituição que trabalhei, ano a ano. A instabilidade profissional é constante, consequência da variação das horas contratadas, além de existir nas entrelinhas a frequente ameaça de demissão. A manutenção no cargo não dependia apenas da competência profissional mas do “bom comportamento”, cumprimento das normas, bom desempenho e não ter reclamação de alunos. A pressão e a cobrança se dão em dois níveis, direção e os alunos. A esteira e a produção em larga escala também acontecem no trabalho do professor, otimiza o tempo e diminuem as horas gastas no final de semana.

Seria enfadonho descrever detalhadamente as diversas situações vividas que motivaram o interesse em estudar as condições de trabalho e saúde dos docentes do ensino superior privado. Mas talvez, o elemento fundamental foi atuar em uma faculdade com uma gestão especialmente desumana.

Nesta instituição, a carga horária aumentada era tratada como um prêmio, quanto mais aulas eram oferecidas ao professor mais ele deveria ser grato à direção, porque era sinal de reconhecimento. Nela, o ambiente, ou o clima organizacional, termo comum nas empresas, era sempre ameaçador. Os professores que não se adequassem ao modelo da instituição poderiam ser demitidos a qualquer momento. E a ameaça era cumprida. A cada semestre, vários professores eram demitidos sem indicação prévia, de forma obscura, sem aviso anterior e geralmente no último dia do semestre ou no primeiro dia do semestre seguinte, retirando qualquer possibilidade do docente se recolocar no mercado de trabalho ou procurar outra possibilidade profissional. Tal fato aumentava consideravelmente a ansiedade de todos que lá trabalhavam. Não havia autonomia e nas conversas entre os colegas a frustração, o mal estar, as constantes queixas se mesclavam a um insistente comprometimento com um trabalho não reconhecido e não valorizado. Esta foi a inspiração para a pergunta que norteou esta pesquisa:

Quais as consequências das condições de trabalho sobre a saúde mental dos docentes do ensino superior privado e quais as estratégias encontradas por eles para evitar ou minimizar o sofrimento e o mal estar gerado por estas condições?

O mundo do trabalho na contemporaneidade apresenta mutações que afetam direta e indiretamente todas as pessoas. A ideologia presente no modo de produção capitalista coloca o trabalho como atividade social valorizada, produzindo a associação entre identidade e trabalho. No entanto, as condições para sua realização são precárias e por isto oferecem potencial risco à saúde de quem o executa.

A reestruturação produtiva se sustenta na revolução tecnológica para alterar a organização do processo de produção e modificar a estrutura e as relações de trabalho. No contexto do capitalismo em crise, se desenha um novo perfil para a educação e o trabalho docente visando atender às exigências do mercado. E assim, as reformas na educação brasileira se definiram, afetando de forma incontrolável o trabalho dos profissionais que atuam nesta área.

Na atualidade, a mercantilização da educação a desqualifica como direito, e a transforma em mero serviço sob a égide da produtividade e lucro, próprios do sistema capitalista. O ensino superior privado é a representação desta situação, visto que o fazer pedagógico, ou o “processo de produção” destas instituições estão subordinados à lógica mercantil (Dos Santos, 2012). A educação foi incorporada ao capital e hoje tem a função de sustentar o mercado e a nutri-lo de mão de obra especializada. É um novo campo de atuação do capitalismo parasitário que desqualifica para lucrar. As políticas públicas das últimas décadas tiveram e têm importante papel na sustentação da educação para o mercado, criando incentivos e permitindo a ampliação do ensino superior privado. Desta forma, o trabalhador da educação arca com as consequências da perda de sentido em seu fazer, com a desvalorização e a precarização, manifestando em seu corpo e psiquismo os efeitos deletérios deste sistema desumano.

Durante o período de execução desta investigação, desde o projeto até os primeiros resultados, a pesquisadora compareceu a diversos congressos, inclusive internacionais, visando apresentar a pesquisa e discuti-la com outros pesquisadores. Em todas as apresentações, mais do que discutir tecnicamente os resultados, obteve-se diversos depoimentos, por vezes desabafos em relação às próprias condições de trabalho. Ao ouvir sobre as situações semelhantes a que eram ou foram expostos em suas atividades, os profissionais se solidarizavam com os depoentes e manifestavam sua angústia e mal estar. Neste momento, fica claro que a identificação dificultava, inclusive, a discussão teórica. A possibilidade de

expressar o mal estar se sobrepujava às questões técnicas e o sofrimento se manifestava. Dejours (1988) diz que o espaço de palavra é uma das saídas possíveis para elaboração do sofrimento no trabalho e sua transformação, preservando assim a saúde e também possibilitando a reflexão sobre as condições de trabalho. Parece que nas apresentações, os docentes se sentiam acolhidos e a necessidade de expressar a angústia do cotidiano se fez presente e ao mesmo tempo evidenciou a pertinência deste estudo.

Desta forma, dada a situação atual no mundo do trabalho docente, este estudo teve como objetivo pesquisar a relação entre o trabalho e a saúde de professores do ensino superior privado. Foram objetivos específicos: identificar os modos de enfrentamento, objetivos e subjetivos, utilizados por aqueles trabalhadores para lidar com o cotidiano no trabalho; compreender como a precarização da educação interfere no trabalho docente universitário e prejudica sua saúde.

No primeiro capítulo é discutida a expansão do ensino superior privado e a mercantilização da educação. As respostas do capital à crise experimentada por ele, tais como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva produzem mutações no mundo do trabalho que afetam todos os setores da economia, inclusive a educação. A redução de custos nas empresas como efeito do processo de globalização acelerado, desde os anos 1990, afetando também a educação é um exemplo desta situação. Os investimentos em novas tecnologias e em novas formas de organizar o trabalho, em geral poupadores de mão de obra, atinge todos os setores produtivos, atendendo às políticas de cunho neoliberal.

Desta forma a educação superior, inserida no setor de serviços, é desmistificada e torna-se mercadoria. É importante considerar a quais interesses a ampliação do ensino superior privado atende e de que forma o trabalho docente foi e é afetado por isto, destacando como este nível de ensino se tornou a única estratégia viável para a classe baixa e média emergente se inserir no processo educativo, atendendo à ideologia da educação como meio de ascensão social.

A docência também é discutida do ponto de vista da produção de sentidos e significados simbólicos que a mesma tem especialmente nas últimas décadas, entendendo esta atividade como trabalho e buscando seu significado na contemporaneidade. Quais são as características peculiares desta atividade laboral? Identificar as representações dadas ao ensino e docência é fator preponderante para

discutir a alienação e como a alienação do professor contribui para a intensificação do trabalho, para perda de seu sentido e consequentemente para o adoecimento.

Dados dos censos do Ensino Superior no Brasil são utilizados para comprovar o aumento desproporcional das instituições de ensino superior privado em comparação com o ensino público, tanto em número de alunos quanto de docentes contratados. Especial atenção é preciso dar ao tipo de contrato de trabalho, predominando o contrato parcial, por hora, confirmando a precarização da profissão. A mercantilização, a perda de sentido, a perda de autonomia e o ensino cada vez mais submetido a práticas gerenciais que atendem ao mercado e são fatores que afetam o fazer profissional e atingem a identidade do docente, ocasionando mal estar e adoecimento.

O tema que norteia o segundo capítulo é a relação entre condições de trabalho e a saúde mental. A partir da problematização do conceito de saúde, desmistifica-se o modelo biomédico tradicional para resgatar a saúde como jogo de forças que considera a complexidade dos fenômenos vitais e incorpora os determinantes histórico-econômicos, sociais e culturais para além da posição meramente biológica. Busca-se refletir como a produção do processo saúde doença precisa levar em conta os diversos elementos que contribuem para a sobrevivência humana, tanto do ponto de vista material quanto subjetivo. Saúde e doença são processos que envolvem não só as condições biológicas, mas também as condições de vida materiais e simbólicas. Da mesma forma que saúde não é mera ausência de doença, saúde mental não se limita à adaptação ao meio. A dicotomia mente corpo da medicina tradicional é questionada visto que este tipo de consideração serve a um posicionamento positivista que aproxima o homem da máquina e desconsidera a subjetividade. Sendo assim, busca-se uma construção teórica que considere a saúde além do bem estar bio psico social e leve em conta as condições concretas de vida. Desta forma, o trabalho é incluído como categoria fundamental para discutir este processo. Já que corpo e mente, social e individual não são categorias separadas, e se a saúde e a doença são forças em constante luta, esta luta se trava no corpo, na mente e na sociedade, já que o homem se fez e se faz pelo trabalho.

A partir disto, a centralidade da categoria trabalho na discussão sobre o adoecimento se torna mais clara, sendo o trabalho atividade vital do ser humano. A contribuição de Laurell e Noriega (1989) é fundamental para compreender o caráter social do adoecimento, entendendo que ele é determinado pela inserção dos grupos

humanos no processo de produção e por isto o processo de trabalho é fundamental para a compreensão do processo saúde doença.

A especificidade da relação entre trabalho docente e identidade se destaca em razão da singularidade desta profissão que carrega em si uma representação idealizada, da qual o sistema se utiliza para atar este profissional a condições desfavoráveis, intensificando sua atividade. O processo de trabalho docente se dá a partir da relação com outras pessoas e dela depende para sua concretização e este é um dos fatores de intensificação e também desqualificação do labor.

Dentre as diversas formulações teóricas que tratam da relação saúde e trabalho destacam-se os que tratam da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho que foram escolhidos como eixo teórico para discussão dos resultados. O campo da Saúde Mental relacionada ao Trabalho (SMRT) é considerado por Seligmann-Silva (2011) um campo de investigação e práticas, acolhendo diferentes correntes teórico-metodológicas em função da singularidade de elementos que compõe esta área. No que se refere à saúde do trabalhador, três referenciais são fundamentais: as teorias sobre o estresse, os que utilizam o referencial psicanalítico como a psicodinâmica do trabalho, os que se fundamentam no materialismo histórico e dialético e adotam o conceito de desgaste. Os teóricos que utilizam o referencial psicanalítico e o materialismo histórico dialético fundamentam a presente investigação e permitem considerar como as condições de trabalho do sistema capitalista conduzem ao desgaste no trabalho, atingindo a subjetividade do trabalhador além de seu corpo, produzindo adoecimento.

No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados. Foram entrevistados professores do ensino superior privado que atuam na cidade de Uberlândia/MG. Delimitou-se o espaço da pesquisa em razão do crescimento regional havido nas últimas décadas e das características assumidas pela cidade nos últimos anos como polo educacional no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, estendendo sua importância para o sul do Estado de Goiás e norte do Estado de São Paulo em razão de sua centralidade geográfica.

A cidade de Uberlândia é referência política na região, sendo o principal município dentre 36 (trinta e seis) que compõem o chamado Triângulo Mineiro.

Estima-se que sua população seja superior a 700.000³ (setecentos mil) habitantes dentre 1.500.000 (um milhão e meio) de pessoas que habitam esta região e que, em certa medida, relaciona-se com a cidade.

Considerada um centro de serviços, a cidade ostenta a condição de polo educacional porque atrai para si dezenas de milhares de pessoas em razão das instituições de ensino que abriga, em especial aquelas que ofertam ensino superior, pois, além da Universidade Federal de Uberlândia, há duas universidades particulares sediadas na cidade, um centro universitário e mais de uma dezena de faculdades isoladas.

Os docentes foram entrevistados em suas residências, após contato telefônico prévio. Foi critério de inclusão neste trabalho ser docente há no mínimo cinco anos neste tipo de instituição. Após a transcrição das entrevistas, elas foram lidas e divididas em temas pertinentes à análise. Os dados foram analisados de forma qualitativa, utilizando o método histórico dialético e os teóricos da saúde mental relacionada ao trabalho.

No quarto capítulo, os resultados são apresentados a partir de categorias que emergiram da análise dos depoimentos dos entrevistados. O primeiro tema refere-se às representações simbólicas do trabalho docente e os efeitos da precarização sobre as condições e como isto é vivenciado pelos profissionais. Destaca-se o ofício da docência como recurso ideológico que caracteriza a profissão como missão. Também se discute as condições de trabalho e a mercantilização do ensino intensificando a atividade docente e criando um hiato maior entre o trabalho real e o trabalho prescrito, sendo assim, potencialmente adoecedor.

A segunda parte dos resultados versa sobre a relação trabalho e saúde, identificando a banalização do sofrimento e do adoecimento. Discute-se também como a alienação é utilizada inclusive que recurso para o sistema visando intensificar o trabalho e manter o professor numa teia de representações de seu trabalho que ao mesmo tempo o desqualifica e anula. Observa-se também o

3 O censo populacional realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a cidade possuía à época 600.285 habitantes, dados que foram questionados pela imprensa e Poder Público locais em face da não inclusão dos estudantes no cálculo final, considerando que são estimadas em aproximadamente 80 mil pessoas que possuem residência em pequenas cidades em seu entorno mas que habitam efetivamente o cotidiano da cidade (IBGE, 2011).

presenteísmo como efeito desta alienação, levando o docente a descuidar da própria saúde e ignorar os sinais de fadiga e de doença física e mental. Também as estratégias digitais, o uso de mecanismos de internet, são usados como forma de controle, tanto por parte da instituição como por parte dos alunos para garantir que o professor permaneça na sala de aula e também trabalhe 24 horas por dia conectado ao computador. A perda do sentido simbólico do trabalho docente repercute na subjetividade e no corpo dos professores, promovendo adoecimento físico e mental nos profissionais desta área. O adoecimento psicossomático aparece como via privilegiada de descarga do mal estar quando os outros mecanismos de enfrentamento não são suficientes para isto.

No quinto capítulo, apresento as considerações finais, onde são explicitadas as possíveis conclusões obtidas após o presente estudo, destacando as reflexões gerais suscitadas durante a execução do mesmo.

1. A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina” Cora Coralina

A passagem do século XX para o século XXI foi marcada por inúmeras transformações que afetaram de modo marcante a forma de ser do trabalho. O crescimento do desemprego, a queda do salário real, a diminuição do emprego formal e o crescimento de ocupações informais resultaram em maior precarização (Beynon, 1997). Este conjunto de mudanças é reflexo da crise enfrentada pelo capital, em curso desde os anos de 1970.

Harvey (1992) ao discutir esta crise, explicita a nova forma de operar do capitalismo, em termos de um regime de acumulação inteiramente novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinto, denominado *acumulação flexível*. Essa forma de acumulação surge da crise do modelo fordista e do Estado do Bem-Estar Social ocorrida, sobretudo, na primeira metade da década de 1970. A recessão e a crise criaram oportunidades para a reestruturação econômica e o reajustamento social e político. As décadas de 1970 e 1980 se caracterizaram pela intensificação da competição global, que conduziu a um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do labor. Conforme Harvey, a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Ela se caracteriza pelo surgimento de novos setores de produção, inovação comercial, tecnológica e organizacional, aumento da competição e da utilização de novas tecnologias produtivas. Como consequência, ocorre o aumento da flexibilidade e mobilidade que possibilitaram maior controle e pressão sobre o trabalho. Além disso, “a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (...), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical” (Harvey, 1992, p. 141). Desta forma, o mercado de trabalho transforma-se, valendo-se de regimes e de contratos mais flexíveis por meio, por exemplo, da adoção do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Este tema também é abordado por Antunes (1999), que afirma que a crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, entre elas o neoliberalismo e a reestruturação produtiva têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. O grande desemprego estrutural, o crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, a degradação na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital são, por aquele autor, apresentados como exemplos deste estado de coisas.

Desta forma, com a aceleração do processo de globalização econômica ocorrida a partir dos anos 1990, a palavra de ordem nas empresas é reduzir custos. Para isto, os setores mais capitalizados fazem investimentos em novas tecnologias e em novas formas de organizar o trabalho, em geral, poupadores de mão de obra, sob a égide da adoção de políticas de cunho neoliberal. Tais estratégias afetaram diferentes setores produtivos, atingindo inclusive a educação.

As políticas neoliberais para a educação, segundo Lima (2007) preconizam a lógica do mercado, sendo portanto, a ação do Estado reduzida. Além disso, o extremo individualismo, proposto por esse modelo, não favorece as políticas democráticas de participação e compromisso com a realidade social. Sendo assim, o caráter capitalista das atuais mudanças na sociedade contemporânea, se evidencia no papel subalterno das estratégias brasileiras para a ciência e tecnologia e para a educação superior. De acordo com esta autora, ao eleger a inovação tecnológica como eixo central da política científica e da educação universitária, as ações governamentais, neste início de século, demarcam uma nova e importante função: desenvolver atividades técnicas e científicas correlatas para propiciar o aumento da produtividade do trabalho em todo o mundo, aceitando as exigências do Banco Mundial. Tais circunstâncias têm provocado mudanças profundas no próprio setor privado, visto o rápido crescimento do investimento deste setor em grandes redes educacionais, em sua maioria de caráter internacional (Sampaio, 2000).

De acordo com Duarte e Ribeiro (2009, s.p);

O reconhecimento da Educação Superior como área atrativa de investimentos transformou o setor em palco de realização de grandes oportunidades de negócios, de “big business”, destacando-se o Ensino Superior como uma das áreas de maior expansão do setor de serviços na economia brasileira na última década. Os interesses do mercado financeiro - especialmente dos fundos múltiplos de investimentos - vêm se

sobrepondo ao compromisso das Instituições de Educação Superior (IES) privadas com o desenvolvimento de um projeto educacional de qualidade e coerente com o relevante papel da Educação Superior.

Dos Santos (2012) também destaca que a educação superior no Brasil sofisticou sua privatização, tanto pela oferta dos grupos empresariais como pela privatização indireta das instituições públicas, apontando a expansão do número de instituições privadas nas últimas décadas. Conforme Brito (2000) até mesmo o sistema educacional público tem sido levado a um quadro de precarização e degradação. O sucateamento das escolas públicas revela-se no abandono dos equipamentos e instalações, assim como na crescente depreciação das condições de trabalho via perdas salariais e péssimas condições para a realização de suas atividades. Importou-se a perspectiva empresarial e seu discurso gerencial com “novas” propostas e experiências racionalizadas. Como ressalta Chomsky (2014), a transformação das universidades em corporações é parte do assalto neoliberal sobre a população e veio acompanhada de um modelo de negócios, onde o que importa é o lucro. Desta forma, a economia e as transformações no mundo do trabalho se refletem na reestruturação e reforma dos sistemas educativos, que irão repercutir na mudança do acesso à educação.

1.1. O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

Barreyro (2008) afirma que só se pode falar em ensino superior privado no Brasil a partir da República, pois a Constituição de 1891 ao descentralizar o ensino superior, exclusivo do poder central, delegou-o também para os governos estaduais e permitiu a criação de instituições privadas. Estas instituições eram confessionais ou criadas pela iniciativa privada. Até então, o ensino superior era ministrado por escolas isoladas e não por universidades. De acordo com esta autora, foi grande o crescimento do ensino superior depois de 1945 e até 1960, tendo como base a criação de institutos isolados e universidades que aglutinavam alguns desses institutos, em resposta à demanda de maior escolarização gerada pelo processo econômico, político e social daquela época. Percebe-se que esse crescimento foi uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, “importante

mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar-autoritário” (Silva Junior & Sguissardi, 2001, p. 178). Estes autores mostram que a expansão foi realizada predominantemente pela iniciativa privada, não confessional, com o apoio do Estado e fora dos grandes centros urbanos, sendo nestes últimos onde as classes médias conseguiam o diploma que lhes permitiria sua ascensão social. Alguns proprietários de instituições privadas de 1º e 2º graus aproveitaram o aumento da demanda e se tornaram empresários do ensino superior ao transformarem suas escolas de ensino médio em faculdades. Este aumento acompanhado de pouca abertura de vagas no ensino superior público deixa espaço aberto para o crescimento e expansão deste novo empresariado educacional.

De acordo com Duarte e Ribeiro (2009) o setor educacional privado já é o sexto setor da economia nacional e está se transformando aceleradamente nos últimos 15 anos. A expansão das IES privadas apresenta a tendência consolidada de atuação de grandes grupos e redes de ensino que a partir dos anos de 2010 realizaram a abertura de seus capitais através da Oferta Pública de Ações (OPA). Dos Santos (2012) relata que a partir do lançamento de ações dos grupos educacionais na bolsa de valores, a educação privada deixa de ser controlada por empresários do setor de ensino passa às mãos dos acionistas, como mais um negócio, dentre tantos outros.

Conforme Sampaio (2000), o Conselho Nacional de Educação, criado em 1961, apesar de ter importante função como órgão de regulamentação do ensino, teve importante tarefa na abertura de brechas na legislação em decorrência da pressão dos interesses do ensino privado, já que também foi composto por pessoas do ensino particular. Evidencia-se a força e eficiência deste último na arena das decisões. Desta forma, foi conveniente para este setor, transformar suas instituições em universidades, pois

com autonomia é possível ter maior flexibilidade na gestão, por exemplo, abrindo ou fechando cursos, segundo a demanda do mercado. Paralelamente, continuou a interiorização do ensino superior, ocorrendo o aumento de estabelecimentos particulares no Centro-Oeste, Norte e Nordeste (Barreyro, 2008, p. 20).

A interiorização do ensino superior foi e é uma importante estratégia de expansão de mercado. Ao utilizar o discurso do acesso a todos pratica-se a

ideologia do diploma como garantia de ascensão social e melhora nas condições de vida. Se retomarmos aqui aquela proposição de que o ensino intelectual era privilégio dos senhores proprietários, identificamos o seu uso para produzir na classe operária o interesse e a valorização do diploma e não da formação intelectual. O que cabe ao trabalhador é isto, formação técnica e não intelectual, até porque não interessa ao capital formar seres pensantes e questionadores. Segundo Chomsky (2014), interessa ao capital que a escola cumpra o papel de doutrinar os jovens, tornando-os passivos, acríticos e disciplinados.

Conforme Antunes (2012) a educação do capital no taylorismo/fordismo é hierarquizada, concebida e elaborada pela administração, os que pensam, elaboram. A execução é responsabilidade dos trabalhadores. É educação para o trabalho unilateralizado, que ele denomina de pragmática da especialização fragmentada. “A educação moldada por uma pragmática tecnocientífica, qualificadora do mercado de trabalho gerencial, profissional, em última instância, fragmentado e coisificado” (p. 22). Já na era da acumulação financeirizada e flexível dos dias atuais, a educação deve ser ágil, flexível e enxuta como uma empresa. No ensino superior, cursos flexíveis, núcleo básico para todos, menos tempo de escolarização e ensino não presencial. Antunes chama esta educação de liofilizada, emprestando o termo da química que descreve liofilizar como processo de temperatura baixa, secar, reduzir as substâncias vivas. Nesta educação, você seca a substância viva, produzindo seres robotizados e alienados.

1.2. A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

As reformas educacionais ocorridas no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 tiveram o objetivo de aplicar o modelo empresarial com clara tendência tecnicista atendendo às exigências do mercado capitalista em desenvolvimento efetivando acordos entre Brasil e Estados Unidos – chamados acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e United State Agency for International Development). Chamado de Aliança para o progresso, por ele o Brasil recebia assistência técnica e cooperação financeira e desenvolve uma reforma educacional atrelada ao modelo econômico instituído pela política norte americana para a América Latina (Matos,

2008). De acordo com Dos Santos (2012), a política educacional prescrita pelos setores hegemônicos do capital, tem determinado o modelo de educação para cada continente, país ou região por meio de imposições de organismos internacionais como OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), PREAL (Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe). Por meio deles são estabelecidas políticas de controle do desempenho escolar, do trabalho docente, sob pretexto de avaliar a qualidade. Na verdade, segundo Dos Santos, este tipo de processo investe contra a autonomia do trabalho pedagógico, atribui o fracasso ao docente e alega que o mercado é o único capaz de formular, implementar e avaliar o trabalho pedagógico.

De acordo com Silva Junior e Sguissardi (2001), no processo de mercantilização do campo educacional, o financiamento, num primeiro momento é assumido pelo capital coletivo, na figura do Estado – seu representante – devido o alto custo desse investimento e a impossibilidade de os clientes adiantarem proventos para isto. Num segundo momento, o setor de ensino passa a ser explorado pelo capital de serviço. São empresas educacionais que exploram o setor. O setor de serviços tende a se reorganizar segundo a racionalidade do modo capitalista de produção, seja na diminuição do custo de produção da mercadoria força de trabalho, seja na dimensão das empresas de ensino. Neste momento, o ensino superior torna-se mercadoria e tende a reificar-se⁴. Educação como objeto de troca, mercadoria vendida a preço baixo. Os autores mostram que nos anos 1980 percebia-se a alta concentração de IES (Instituição de Ensino Superior) isoladas, majoritariamente privadas, nas regiões Sul e Sudeste, diversamente do que ocorria nos estados do Norte, Nordeste e Centro oeste, onde predominavam as IES públicas, evidenciando a estreita relação entre essa categoria IES e nível de renda ou poder aquisitivo da população. Mas, mesmo as classes com baixo poder aquisitivo são um mercado importante, desta forma é necessário criar estratégias de acesso a esta parcela da população. Dentre estes recursos está a concepção da educação como panaceia para resolução de todos os problemas sociais, não

⁴Conceito desenvolvido por Lukacs. Do alemão *Verdinglichung* que significa transformar uma ideia em uma coisa. É uma operação mental que consiste em transformar conceitos abstratos em realidades concretas ou objetos. Na teoria marxiana o conceito designa uma forma particular de alienação, característica do modo de produção capitalista. Implica a *coisificação* das relações sociais, de modo que a sua natureza é expressa por meio troca.

importando a forma como ela se dá, o que importa é obter o título, o diploma. Este discurso compõe e compõe reportagens de mídia que ressaltam a importância de elevar a escolaridade da população, incluir as crianças abaixo de sete anos na escola e torná-la 'atraente' para o adolescente. É importante ressaltar que aqui não há real preocupação com o conhecimento, mas com índices e com abertura de mercado.

Um dos recursos ideológicos para atender à necessidade de abrir novos mercados na educação superior foi a difusão da idéia de que o diploma neste ensino faria toda diferença na vida dos trabalhadores. A ideologia da educação como panaceia é apontada por Neves e Fernandes (2002) como mais uma estratégia a serviço do neoliberalismo. Esta ideologia prega a ilusão de que quanto mais treinada e educada for a força de trabalho, melhor o desempenho da economia, mais qualificados os empregados e mais justa a distribuição de renda. Ocorre também a ideologia da empregabilidade, difundindo a ideia de quanto mais capacitado o trabalhador, maiores suas chances de ingressar e ou permanecer no mercado de trabalho. Este discurso aparece claramente nas propagandas de faculdades particulares que se direcionam aos trabalhadores, e do próprio governo, incentivando o FIES (Financiamento do Ensino Superior). Seduzida por essas ideologias, a classe trabalhadora investe mais efetivamente na melhoria dos seus padrões de escolarização. Como o Estado foca suas ações no ensino fundamental e médio, e ainda assim de forma ineficiente, a concorrência nos processos seletivos das universidades públicas fez e faz com que boa parte dos trabalhadores precisasse custear seus estudos em nível superior. Atualmente, existem diversas formas de acesso ao ensino superior. O governo federal criou o Sisu (Sistema de Seleção Unificada) que é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual, instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem⁵ (Exame Nacional do Ensino Médio). Este tem por objetivo avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni).

⁵ Fonte: Ministério da Educação. Recuperado de:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=310
Acessado em 04/05/2012.

Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular. Este último é o método tradicional nas instituições particulares, geralmente composto de prova com questões objetivas e redação. O que ocorre na prática é que o vestibular das instituições públicas é extremamente concorrido, com cursos com mais de 200 alunos por vaga, diferentemente do que ocorre com o das IES particulares. Desta forma, o aluno que estudou em escola pública, dificilmente consegue ser admitido em instituição pública, e acaba buscando uma particular, seja usando os programas governamentais para financiamento do curso (FIES – Fundo de Financiamento Estudantil), ProUni ou arcando pessoalmente com as despesas.

Pode-se pensar inclusive, se o investimento precário no ensino básico e médio não serve aos interesses mercadológicos, visto que este estudante mal preparado, submetido à ideologia dominante e pobre não faria concorrência com alunos de escolas particulares no disputado vestibular para as universidades públicas, se tornando o “cliente” ideal das faculdades particulares.

1.3. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Foi ao longo da década de 1990 que a educação superior passou a se constituir efetivamente como um potencial campo de exploração para o capital em crise, com o aval do Estado que abriu as portas para a privatização. Conforme Lima (2007), a privatização da educação superior ocorreu por meio de duas estratégias principais: diversificação das IES e dos cursos e diversificação de suas fontes de financiamento. Ela afirma que “a desresponsabilização do Estado com a educação superior ocorreu por meio da redução de verbas públicas para seu financiamento e, simultaneamente, por meio do estímulo ao empresariamento deste nível de ensino” (Lima, 2007, p. 140). Observa-se a sutileza do sistema de privatização, seja abrindo espaço e incentivando a abertura de novas instituições particulares, seja pelo aumento das possibilidades de financiamento oferecidas aos alunos. Aumentam o número de alunos nas faculdades particulares e quem paga a conta via financiamento a juros baixos é o governo federal.

Vale ressaltar que a política de privatização do ensino superior teve na reconfiguração do trabalho docente por meio de sua precarização um de seus pontos fundamentais. A desregulamentação da profissão, a flexibilização dos contratos de trabalho possibilitando contratos parciais e por hora produzem trabalho intensificado e condições precárias para sua realização. Segundo Chomsky (2014), até o modelo de contratação de professores é parte de um modelo de negócios privados projetado para reduzir custos e aumentar a servidão no trabalho. Trabalhadores inseguros são ótimos para a saúde econômica das empresas, para este autor, já que eles não entram em greve, servem de bom grado e de forma passiva aos seus patrões.

Oliveira e Dourado (2005) concordam que a partir da segunda metade da década de 1990 ocorreu a expansão acentuada no número de IES, especialmente no setor privado. De acordo com estes autores, ocorreu também a implementação de mecanismos de avaliação e controle do sistema educacional por intermédio do Exame Nacional de Cursos, da análise das condições de ensino dos cursos de graduação e averiguação de processos de autorização, credenciamento e credenciamento, visando informar aos 'clientes' as características básicas do produto que seria consumido. Uma estratégia política de controle que supostamente cuidaria da qualidade do ensino, mas que de forma concreta apenas regulamenta de forma precária seu funcionamento e evidencia a fragmentação da educação/mercadoria.

Essas alterações acentuaram, por sua vez, processos de segmentação e distinção institucional no campo da educação superior, marcado cada vez mais pelo atendimento às demandas e exigências do mercado ou de outros segmentos interessados na produção do trabalho acadêmico, sobretudo no que diz respeito aos serviços, processos e/ou produtos tecnológicos que geram inovações e vantagens competitivas no mundo dos negócios (Oliveira & Dourado, 2005, p. 58).

Estes autores consideram que a pesquisa e o ensino foram gradativamente submetidos à lógica e princípios de mercado, o que intensifica as tensões e conflitos dentro das IES. O saber universitário torna-se uma mercadoria produzida segundo os interesses dos consumidores e desta forma, destinada a atender as necessidades e as demandas do mercado. A força de trabalho acadêmica é vendida ou comprada por determinado preço, tornando-se cada vez mais, uma mercadoria disponível para troca. Como explicam Silva Junior e Sguissardi (2001), a expansão

do ensino superior privado contribuiu para sua própria desestabilização. A centralização no ensino, com professores não titulados, trabalhando com grandes turmas e sem grandes expectativas de bons resultados contribuíram para o descrédito em relação a estas instituições. Outro fato digno de nota refere-se à profissionalização da gestão das IES privadas como outra tendência nas transformações que ocorrem nesse espaço social e nas suas instituições. “Há uma significativa relação de subordinação da área acadêmica à política estratégica elaborada pela mantenedora. (...) A delimitada e subordinada área acadêmica tende a ser gerida por um novo tipo de profissional da educação superior: o gestor acadêmico. A ele cabe imprimir uma política acadêmica” (Silva Junior & Sguissardi, 2001, p. 212). Esta política dita acadêmica é ditada pelo mercado e o gestor geralmente tem formação em gestão de empresas, administração e marketing. Segundo Chomsky (2014), há um grande investimento em administração e burocracia, já que para controlar as pessoas é preciso ter uma força administrativa que faça isto. Atualmente, os gestores das instituições de ensino são profissionais muito bem pagos e treinados para sustentar os objetivos da instituição, o lucro.

A aproximação da educação com o mercado e com o setor produtivo, aliada ao acirramento da concorrência, favoreceu e condicionou o empresariamento das gestões das IES privadas, bem como a vontade política dos gestores de uma autonomia que mais se assemelhe a liberdade de mercado, tal qual as demais empresas. Temos aí alguns elementos que compõe o cenário da precarização do ensino superior privado e consequentemente a precarização do trabalho docente.

1.4. O TRABALHO DOCENTE

A relação entre trabalho e educação é complexa e merece uma discussão aprofundada. Saviani (2007) caracteriza os fundamentos históricos e ontológicos da relação trabalho e educação. Segundo ele, os homens, diferentemente dos demais animais que se adaptam à natureza, têm que adaptar a natureza a si, agindo sobre ela e transformando-a. Apoiado em Marx e Engels, ele também destaca que a singularidade do homem está na produção de seus meios de vida, e assim ele produz indiretamente sua própria vida. Este ato de agir sobre a natureza e

transforma-la é o que chamamos de trabalho. Assim, a essência humana é produzida pelo homem. “A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico” (Saviani, 2007, p. 154). Desta forma, se a existência humana não é garantida pela natureza, e é um produto do trabalho, conclui-se que o homem não nasce homem. Ele necessita aprender a ser, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a formação do homem é um processo educativo. A origem da educação coincide com a origem do homem, conclui o autor.

Estas considerações são fundamentais na compreensão do significado simbólico da educação e da docência visto que evidenciam a relação de identidade entre trabalho e educação. Na relação visceral do sujeito humano com seu trabalho, o aprendizado se dá durante o ato. Transformando a natureza, relacionando uns com os outros, o labor era ensinado e transmitido de gerações a gerações. O processo de aprendizagem se dava pela experiência. Antes de qualquer tecnologia educacional, o saber prático validado pela experiência garantia a continuidade da espécie humana. Saviani (2007) conclui que os fundamentos históricos da relação trabalho educação se referem ao processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens e o resultado deste processo é o próprio ser dos homens.

Constatada a profunda imbricação dos dois elementos, resta-nos entender as consequências da separação entre trabalho e educação e da perda do sentido do trabalho educativo, tal como se dá na atualidade. Este trajeto também será feito a partir dos apontamentos de Saviani (2007). A divisão do trabalho, a apropriação privada da terra, consequências do desenvolvimento da produção provoca a ruptura nas comunidades primitivas, dividindo os homens em classes. Surgem duas classes sociais, a dos proprietários e as dos não proprietários. Este acontecimento define profundamente a história da humanidade e tem efeitos na própria concepção do homem. Se, como já dito, o trabalho define o homem, não é possível viver sem trabalhar. Com a divisão de classes, a classe dos proprietários pode viver sem trabalhar. Eles não vivem sem o trabalho, eles vivem do trabalho alheio. Os não proprietários passaram a ter a obrigação de, com seu trabalho, manterem a si e aos donos da terra. Donos da terra e senhores dos trabalhadores que são escravos ou vendedores da força de trabalho.

Saviani (2007) relata também que a divisão dos homens em classes provoca a divisão também na educação. Com o escravismo antigo, a educação passa ter duas modalidades distintas: uma para a classe proprietária, a educação dos homens livres, voltada para atividades intelectuais, para a arte da palavra e atividades físicas de caráter lúdico ou militar. E a educação para a classe não proprietária, dos serviçais e escravos relacionada ao processo de trabalho. Esta divisão arriscaria a dizer, permanece até hoje. A educação intelectual, escolar direcionada aos que tem poder aquisitivo e a formação para o trabalho, técnica, voltada para os trabalhadores. O autor explica que a primeira modalidade de educação deu origem à escola, cuja palavra significa lugar do ócio. Era o lugar para onde se dirigiam os que dispunham de tempo livre. Esta educação é então a educação formal, separada formalmente do trabalho. A expressão do senso comum que interpela muitos professores na atualidade exemplifica isto: Você trabalha ou só dá aula? A pergunta ilustra ironicamente as representações do trabalho de educador.

Correlato à divisão de classes está o processo de institucionalização da educação. A origem da escola, o lugar para onde vão aqueles que desfrutam de tempo livre, contrapõem-se à educação da maioria que continua a coincidir com o processo de trabalho, mas agora sem o controle sobre o mesmo. Saviani (2007) propõe a hipótese de que a forma como é organizada a educação escolar no sistema capitalista é diretamente responsável pelas modalidades segundo as quais este concorre para a reprodução das relações deste modo de produção. Ressalta-se o papel decisivo da escola na reprodução do modo de produção capitalista e a via encontrada para o cumprimento deste papel é separá-la do trabalho produtivo. Observa-se que a separação entre instrução e trabalho é elemento crucial para entender o valor simbólico da educação e do educador, visto que a separação entre escola e produção, entre instrução e trabalho refletem a divisão entre trabalho manual e intelectual. Nota-se que após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação assume uma dupla identidade. No caso do trabalho manual, a educação continua a se realizar concomitante ao processo de trabalho, e a educação tipo escolar é destinada à educação para o trabalho intelectual. A revolução industrial força a escola a ligar-se ao mundo da produção. No entanto, conforme Saviani (2007) a educação concebida dividia os homens em dois grupos; as profissões manuais e as profissões intelectuais. A consequência é a existência de escolas profissionais para os trabalhadores e “escolas de ciências e humanidades”

(grifo do autor) para os futuros dirigentes. À classe trabalhadora compete aprender ofícios técnicos para sustentar a mão de obra operária e assim manter o funcionamento do sistema.

Como visto, a educação é um fenômeno histórico e reflete os desafios de diferentes contextos políticos e sociais. Ela reproduz a sociedade vigente com seus valores e ideais. No Brasil, as diversas transformações vividas pela educação acompanharam o processo histórico do país e do mundo. A organização do ensino superior se modifica a partir das mudanças nas políticas públicas. Estas últimas são criadas conforme interesses nem sempre explícitos pelo governo e muitas vezes priorizam interesses que não são os mesmos da população.

1.5. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Segundo Maués (2010) é no escopo da revolução tecnológica que se produz a reestruturação produtiva alterando a organização do processo de produção, modificando a estrutura e as relações do trabalho. Segundo esta autora, o capitalismo em crise desenha um novo perfil para a formação e o trabalho docente, buscando atender às exigências emanadas do mercado. É neste contexto de crise, de mudanças no mundo do trabalho em função da reestruturação produtiva que começaram efetivamente a serem definidas as reformas na educação brasileira que afetaram e afetam o trabalho dos profissionais que atuam na área.

Como já visto e confirmado por Dias (2006) e Passos (2007), o crescimento do ensino superior privado ocorreu para atender uma “demanda do mercado” e oferecer cursos e vagas ao grande contingente de alunos egressos do ensino médio. As escolas tornaram-se empresas, com a abertura do mercado para criação de faculdades particulares e incentivo fiscal para as mesmas. A crescente mercantilização do setor privado de educação superior afeta diretamente o trabalho docente. Enquanto as universidades reduzem gastos, os professores sofrem com a precarização desenfreada, que implica em reduções salariais, aumento da carga de trabalho, demissões sem justa causa e perseguição às práticas sindicais. Podemos pensar aqui que as perdas profissionais não são apenas perdas técnicas, mas

perdas no sentido simbólico. Conforme Contreras (2002) o processo de proletarianização afeta o componente ético do trabalho docente, a responsabilidade e o compromisso com os quais se sentem vinculados na realização de sua atividade.

Barreto (2004) aborda também esta temática ao discutir a perda da centralidade da categoria trabalho que será expressa pela substituição do termo trabalho docente pela expressão prática docente, materialização discursiva do esvaziamento da função educador. Tal fato se deu em função das formas de contratação vigentes nas IES privadas a saber, em regime parcial e por hora aula. A contratação por hora aula conduz o docente a aumentar seu rendimento assumindo mais disciplinas em diferentes instituições. Além disso, novas atribuições e funções são agregadas às tradicionais do docente, tais como tutor de disciplinas a distância.

A designação 'professor' tem cedido espaço a facilitador, animador, tutor, monitor, etc. Tais denominações refletem a destituição do sentido simbólico da profissão e possibilita incorporar a ele exigências típicas do mercado capitalista como o profissional multitarefa, eficiente e eficaz que racionaliza seu tempo e produz o máximo. Também legitima a perda de direitos trabalhistas e a supressão de postos de trabalho considerados desnecessários. Uma das formas de concretização desta situação ocorre por meio do uso das estratégias digitais e do ensino à distância. O docente das disciplinas a distância é designado frequentemente como tutor. Esta mudança não é gratuita visto que a forma de pagamento das horas aula também é diferenciada. Além de perder parte do significado simbólico da prática profissional, o docente perde também financeiramente.

De acordo com Pimenta e Anastasiou (2011) a alteração das denominações do educador altera a identidade do professor empobrecendo suas representações. Estes autores concordam que a deterioração da imagem, do status social e profissional da profissão docente é resultado de uma construção histórica.

É fato presente de modo difuso, mas significativo na consciência social e nas determinações efetivas das políticas educacionais, das administrações públicas e privadas, das políticas de financiamento e da universidade, manifestando-se, outrossim, no sentimento dos próprios docentes (Pimenta & Anastasiou, 2011, p. 177).

Esta situação se expressa na desqualificação, nos baixos salários, e inclusive na identificação da profissão docente com o sexo feminino especialmente onde os

salários são mais baixos e houver menor prestígio. Percebe-se aqui que a educação tornou-se uma esfera altamente lucrativa de aplicação do capital, o que passou a influenciar decisivamente os fins e os meios envolvidos; “de tal modo que a instituição de ensino, não só privada como também pública, passa a ser organizada e administrada segundo a lógica da empresa, corporação ou conglomerado” (Ianni, 2004, p. 33).

Esta situação é confirmada por Oliveira (2004), ao mostrar que, a partir da segunda metade da década de 1990, os profissionais da educação foram submetidos a uma política de arrocho salarial sem precedentes na história, o que implicou em grandes perdas salariais, que decorreram entre outras, da política de contenção salarial e de medidas de flexibilização que provocaram mudanças substantivas na legislação do direito do trabalho no Brasil, complexificando ainda mais o quadro salarial desses profissionais. O aumento do número de professores contratados em regime parcial e horistas são exemplos significativos dessas mudanças. É importante demarcar que a política salarial do setor privado no Brasil caracteriza-se por uma grande diversidade, marcada por medidas diferenciadoras e flexibilizadoras das relações de trabalho. Dessa forma, os vencimentos dos docentes se diferenciam em função da carreira, do contrato de trabalho - efetivo ou temporário - do cargo, do regime de trabalho, da titulação. Cada vez mais são necessárias mais horas de trabalho para manter ou atingir um determinado padrão de vida. O professor horista precisa atuar em várias instituições e assumir diversas atividades para atingir esta meta.

Barreyro (2008) esclarece que pelo fato de muitos docentes atuarem em mais de uma instituição, é relevante utilizar o conceito “funções docentes” para definir a participação dos docentes em cada uma das instituições onde desempenham tarefas. Segundo a autora, existem diversos regimes de trabalho nas IES: algumas preveem dedicação exclusiva ou de tempo integral enquanto outras implicam em dedicação menor (horista, tempo parcial), o que explica a noção de função docente, permitindo o trabalho do professor em várias instituições. A tabela 1 mostra a diferença do número de docentes por categoria administrativa em 2004. Por estes dados, sistematizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e publicados pelo Ministério da Educação – MEC (Brasil, 2005), fica evidente que o setor privado em 2004 era responsável por, aproximadamente 90% das instituições, detendo 67,1% das funções docentes.

Tabela 1- Funções Docentes na Educação Superior, por Categoria Administrativa no Brasil

Esfera Administrativa	Funções docentes	(%)
Pública	88.246	32,9
Federal	48.539	18,1
Estadual	32.683	12,2
Municipal	7.024	2,6
Privada	179.740	67,1
TOTAL	267.986	100

Fonte: Brasil (2005)

Percebe-se que as instituições privadas são as principais empregadoras de docentes do ensino superior. Bosi (2007) também destacou o crescimento do número de funções docentes nas IES privadas e públicas apresentando dados de 1980 até 2004. A tabela 2 reproduz o levantamento feito por Bosi.

Tabela 2- Evolução do número de docentes de 1980 até 2004

Docentes	1980	1985	1989	1994	1998	2003	2004
IES públicas	60.037	64.449	70.095	75.285	83.738	88.795	93.800
IES privadas	49.451	49.010	57.934	66.197	81.384	165.358	185.258
Total	109.788	113.459	128.029	141.482	165.122	254.153	270.058

Fonte: Bosi (2007)

A evolução do número de docentes contratados pelas IES evidencia as diferenças entre os dois setores e apresenta elementos para refletir sobre o aumento da flexibilização nos regimes de trabalho docente. O aumento nas contratações de professores é efeito direto do financiamento deste tipo de ensino e consequente crescimento do acesso. Embora a estratégia do financiamento ofereça ganhos no

acesso do trabalhador tem como consequência principal seu endividamento. Grande maioria dos estudantes das IES privadas são mantidos via financiamento estudantil. É um ótimo negócio para a IES que tem seu pagamento garantido pelo governo. Senso assim, ironicamente, quem mantém estas instituições é o governo federal.

Utilizando os dados do Censo do Ensino Superior Privado realizado pelo INEP, Bosi (2007) relata que do total de docentes cadastrados pelo censo em 2004 (Brasil, 2005), apenas 16,9% trabalham em regime de dedicação exclusiva e este percentual refere-se quase que exclusivamente à esfera pública. Destaca-se uma grande desregulamentação do trabalho docente. No caso das IES privadas, conforme este autor, existiam mais de 118 mil docentes em regime “horista”, o que representava quase 70% de todos os docentes ocupados no ensino superior no Brasil. Observa-se que a desregulamentação é possibilitada pela legislação educacional que estabeleceu parâmetros de contratação já bastante flexíveis a partir de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases), visto que um número significativo de universidades privadas não cumprem a exigência de terem pelo menos um terço do corpo docente em regime de tempo integral, o que não acontece nas universidades públicas. Apenas sete das 84 instituições públicas não cumprem a exigência de terem pelo menos um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BOSI, 2007).

O crescimento das funções docentes é fato observável em todos os censos realizados, embora estes dados não reflitam necessariamente um aumento do número de profissionais, podendo ocorrer o contrário, menos professores em várias atividades e instituições. Conforme os dados dos censos do ensino superior realizados de 2005 a 2011, a quantidade de funções docentes em exercício no Brasil cresce especialmente nas instituições privadas, conforme tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Comparação da evolução do número de funções docentes e regime de trabalho de 2005 até 2011 em IES federais e IES privadas.

Docentes	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IES Federais	52.943	54.560	59.156	61.786	72.228	78.608	84.408
Tempo	44.351	45.396	49.516	52.738	63.215	70.481	77.003

Integral							
Tempo Parcial	8.373	7.264	8.257	8.242	7.985	7.416	6.861
Horista	219	1.900	1.383	806	1.028	711	544
IES privadas	194.471	201.280	208.213	209.599	217.840	214.546	217.834
Regime Integral	32.224	33.127	37.614	39.508	46.894	51.413	54.489
Tempo Parcial	48.045	46.688	47.652	49.204	55.574	60.164	67.877
Horista	114.202	121.465	122.947	120.887	115.372	102.969	95.468
Total	292.504	302.006	317.041	321.493	340.817	345.335	357.418

Fonte: Brasil (2011)

No ano de 2008 foram observadas 321.493 funções docentes, um acréscimo de 4.452 em comparação com 2007, ou seja, de 1,4%. Já em 2010, o número total passa a ser de 345.335 em exercício nas instituições de educação superior, embora estes dados incorporem a atuação na pós graduação. A tendência de 2004 se ratifica em 2010, apresentando a categoria pública predominantemente, com regime de trabalho de tempo integral. Observa-se que são crescentes os percentuais relativos a tempo integral ao longo do período, que passa a representar 80,2% em 2010. Já na categoria privada, dominam os horistas, ainda que estes tenham diminuído de 55,8%, em 2002, para 48,0%, em 2010. Os regimes integral e parcial aumentam seus percentuais de participação, especialmente de 2008 para 2010. No ano de 2010, 24,0% dos regimes de trabalho são em tempo integral e 28,0% em tempo parcial (Brasil, 2010).

Outro fato que merece destaque se refere aos afastamentos da atividade profissional. De acordo com o resumo técnico do Censo da Educação Superior do ano de 2011 (Brasil, 2013), no ano de 2011, em números totais, 5,5% das funções docentes em exercício estão afastadas por algum motivo. Considerando que está sendo mantida a tendência das edições anteriores do censo existem mais professores atuando em instituições privadas que públicas, observamos diferenças

fundamentais em relação aos afastamentos, tanto no que se refere àqueles por doença ou por outros motivos. Quando se trata a afastamento por qualificação, apenas 0,2% das funções docentes vinculadas às IES privadas estão afastados, diferente das federais com 1,8% de profissionais afastados.

Há que se considerar que grande parte das IES federais exige mestrado ou doutorado como critério de seleção, o que não acontece na maioria das IES privadas. Sendo assim, os afastamentos para qualificação acontecem quase que exclusivamente em IES públicas. Destaca-se o não incentivo à qualificação, ou a pesquisa comum nas instituições particulares.

Outro dado destacado deste censo é que 13,3% dos docentes possuem mais de um vínculo com IES diferentes, e destes 61,2% pertencem às instituições particulares e apenas 7% possuem vínculo com IES públicas. O próprio censo conclui que esta diferença se deve à predominância do número de horistas nas privadas (43,8%). Mantendo coerência com o resultado dos anos anteriores, observam-se importantes diferenças entre as categorias administrativas. As IES públicas mantêm maior número de funções docentes contratadas em regime de tempo integral (81,1%) e as privadas contam com a prevalência de horistas (43,8%). (Brasil, 2013)

Um dado interessante que o censo (Brasil, 2013) evidencia se refere ao fato de que a categoria pública apresenta apenas 26,3% das matrículas nos cursos de graduação e a categoria privada concentra 73,7% destas matrículas. Confirma-se assim a privatização do ensino superior. Não é de estranhar que do total de funções docentes, 60,1% estão vinculadas a IES privadas, e, daquelas em exercício em IES privadas, 44,1% são mestres e 39,4% até especialistas. Acrescente-se, quanto ao regime de trabalho, a prevalência de horistas (43,8%)⁶. E o próprio censo conclui que nas IES privadas o “típico docente” possui título de mestre e regime de trabalho horista, nas IES públicas, o “típico docente” possui título de doutor e regime de trabalho em tempo integral. E também, verifica-se que o “típico docente” na educação superior brasileira é, predominantemente, do sexo masculino, tanto nas

⁶ Uma ressalva pode ser feita aqui quanto à validade destes dados, visto que são obtidos em situação de avaliação das IES e podem ser informações “maquiadas” para atender às exigências legais e não correspondem a situações reais, especialmente em relação ao regime de trabalho dos docentes. É prática comum nas instituições os “contratos de regime parcial de gaveta”, documentos preparados para apresentar nas visitas de avaliação e que são destruídos após as mesmas.

IES públicas, quanto nas privadas. Vê-se que apesar de a docência ser considerada uma profissão feminina, nas funções onde há melhores salários e melhor status prevalece a mão de obra masculina.

Quando se fala de trabalho feminino, não há como ignorar o desgaste pela dupla jornada realizada pelas mulheres e a diferença no que se refere à renda (Elias & Navarro, 2006). Segundo dados do INEP (Brasil, 2003) sobre os professores no Brasil, os profissionais com menor rendimento mensal são os professores de Educação Infantil e do Ensino Fundamental seguidos dos professores de Ensino Médio. Os professores do ensino superior recebem salários de 1,4 até duas vezes maiores que os de nível básico. Mas em relação às outras profissões, médicos e advogados ganham em média quatro vezes o que ganha um docente que atua nas séries finais. Como se isto não bastasse, existe a diferença entre os gêneros. A proporção de mulheres na docência diminui conforme aumenta a série pesquisada. A maioria dos professores na educação básica são mulheres, mas isso não se repete no ensino superior (Brasil, 2010). E apesar de as mulheres representarem mais de 51,5% do total de doutores, elas são menos numerosas que os homens nos cargos de docente no ensino superior. A proporção de 45% de mulheres nesses postos em todos os tipos de instituição – universidade, centro universitário, faculdade – é ainda pior nos institutos federais de tecnologia, onde elas representam 37% do efetivo de docentes. Esta diferença nos mostra que nas posições de menor valorização, menores salários e precarização predominam a força de trabalho feminina e naquelas de maior reconhecimento e remuneração predominam a força masculina, evidenciando a discriminação também no ambiente acadêmico e científico e a manutenção de padrões tradicionais no que se refere aos papéis domésticos, muito mais assumidos pelas mulheres. Os dados deste estudo ilustram esta situação visto que o único docente do sexo masculino é também o único contratado por 40 horas. Nogueira (2006) explica que mesmo ocorrendo mudanças significativas na trajetória feminina, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, ainda não ocorreu de fato uma nova divisão sexual do trabalho no que se refere ao âmbito doméstico. A inserção da mulher no mundo trabalho se dá prioritariamente nos espaços dos empregos precários, de baixos salários, de tempo parcial. Nos diversos setores da educação podemos observar isto muito bem, na pré escola, no ensino básico, áreas menos nobres da educação, predominam professores do sexo feminino, trabalhando em tempo parcial.

A partir destes dados pode-se começar a discutir o papel da organização do ensino superior privado na precarização do trabalho docente e sua desregulamentação, expondo os professores a condições de trabalho causadoras de mal estar e conseqüentemente afetando sua saúde. A gestão empresarial no contexto universitário redimensiona as atividades ali realizadas, instaurando a lógica da competitividade e produtividade, promovendo a intensificação do trabalho. O uso das tecnologias informacionais favorece a agregação de novas tarefas ao cotidiano docente e o prolongamento da jornada de trabalho. Paradoxalmente, o aumento da exigência de qualificação, bom desempenho da IES nos processos de avaliação do MEC, convive com a desprofissionalização dos docentes pela perda da autonomia e sobrecarga de trabalho. Desta forma, o cotidiano da atividade docente se modifica no que diz respeito às suas relações laborais concretas e muda também a maneira de ser do sujeito no trabalho. Tais considerações são endossadas por Apple (1995) que afirma que o trabalho docente sofre um profundo processo de proletarização entendido como a perda gradativa do controle do processo de trabalho e de autonomia das ações, em função da centralização das decisões sobre os resultados do mesmo, além do aspecto relativo à venda da força de trabalho como mercadoria. Dos Santos (2012, p. 19) chama de pedagogia dos resultados, a ideologia produtivista que confina o processo ensino aprendizagem e a educação a limites tecnocráticos validando como qualidade, avaliações orientadas por parâmetros mercadológicos. “Impõe-se vigilância sobre o trabalho docente, descaracterizando-o e reduzindo-o à dimensão de execução distanciada da concepção.”

Uma das conseqüências das reformas iniciadas nos anos de 1990 se refere às novas exigências profissionais para os professores sem a necessária adequação das condições de trabalho, resultando em maior responsabilização destes pelo desempenho da escola e do aluno. Aumentou também a responsabilização pela sua formação, o que os obrigou a buscar constantemente formas de requalificação por conta própria. Tais mudanças, por sua vez, repercutem diretamente sobre a organização do trabalho escolar, pois exigem mais tempo de trabalho do professor, tempo este que se não aumentado em sua jornada objetivamente, se traduz em intensificação do trabalho (Oliveira, 2004).

Estas condições são denunciadas e discutidas também pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que em documento de abril de 2005,

alertou que as reformas no ensino implicam em sérias mudanças na organização do trabalho docente, podendo vir a alterar o status profissional e as relações de trabalho (Maués, 2010). Essas políticas educacionais alteram a divisão das tarefas, a discriminação das atividades, a divisão dos tempos. Como Oliveira (2003, p. 34) denuncia:

O trabalho docente não é mais definido apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. [...] Assim, por força muitas vezes da própria legislação e dos programas de reforma, os trabalhadores docentes se vêem forçados a dominar práticas e saberes antes desnecessários ao exercício de suas funções. [...] Os trabalhadores docentes convencidos de que devem responder a essas exigências, diante da constatação de que a realidade deveria ser melhor, e não encontrando os meios necessários para por em prática exatamente o que acreditam que seja esperado deles quer pelo governo, pelos alunos, quer pelos pais, quer por seus pares, encontram-se diante de enorme insatisfação (Oliveira, 2003, p. 34).

Segundo o Grupo de Trabalho De Política Educacional do ANDES, a combinação dessas legislações levará o docente a uma sobrecarga de trabalho, ultrapassando as horas contratadas, o que, em geral, provoca um desgaste físico e emocional (Maués, 2010). De acordo com esta pesquisadora, outro efeito das reformas sobre o trabalho docente é a crescente perda de autonomia, em função das injunções legais que ditam os procedimentos com fins de controle e avaliação dos resultados. Para Maués (2006) o ordenamento jurídico atual corrobora para que a educação superior e o trabalho dos docentes estejam subordinados às exigências do capital. Nessa lógica, a competitividade é estimulada entre esses profissionais e o sistema de avaliação, aprofundado no governo atual, contribui sobremaneira para que esse objetivo seja atingido. Os professores são avaliados de forma direta (avaliação de cursos) e de forma indireta (avaliação dos estudantes via ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Dessa forma a pressão sobre os docentes passa a ter um caráter permanente. As exigências são enormes para que ministrem aulas, coordenem projetos, orientem estudantes, participem dos colegiados, publiquem, apresentem trabalhos em eventos científicos. Tais funções são inerentes ao fazer docente, à prática pedagógica. No entanto, as mesmas, no caso das IES privadas, não estão incluídas no trabalho do ‘horista’, sendo realizado sob pressão já que se refere a atividade não paga, trabalho real e não trabalho

prescrito⁷. Desta forma, as tarefas necessárias para conclusão de suas atividades laborais não estão descritas, levando o profissional a um desgaste maior e um gasto maior de energia, não regulamentada e nem remunerada para realizá-lo.

A precarização do trabalho ganha nesse contexto força e dimensão, tanto pela quantidade de atividades a serem desenvolvidas quanto pela natureza das mesmas. Maués (2006) relata que essa questão nos remete, para a polêmica instalada em relação à proletarização do docente. Proletarização essa que significa a não profissionalização, representando a perda da autonomia sobre o processo de trabalho. Essa perda de autonomia no trabalho, ocorreria pela natureza das políticas implementadas nas últimas décadas que, para atender às demandas do capital internacional, têm centralizado e padronizado algumas das atividades inerentes ao fazer docente. Toda essa situação tem tido consequências para a saúde e o bem estar do professor.

Dessa forma, o trabalho docente é determinado, não de forma mecânica, mas sofrendo influências dos seguintes aspectos: (1) pelas políticas econômicas, que buscam fazer da educação um dos instrumentos que contribua para o ajuste fiscal e para a chamada estabilidade econômica, que nada mais é do que a possibilidade de fazer *superávit* para pagamento da dívida; (2) pelas políticas públicas educacionais que buscam adequar a educação às demandas do capital, isto é, da formação de um trabalhador apto para atender às necessidades do mercado; (3) pelas políticas de formação docente que procuram formar um profissional que seja capaz de cumprir as determinações explicitadas pelos organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial; (4) pela natureza das reformas que priorizam a eficiência e a produtividade, cujo conceito de qualidade está intimamente relacionado com as exigências do mercado (Maués, 2006, p. 10).

A financeirização ou mundialização financeira modifica o papel das instituições. O capital é quem determina a função dos aparelhos, submetendo todos os setores, transformando inclusive a educação em mercadoria. O empresariamento da educação promove profundas mudanças no ensino superior que alteram a vida acadêmica e modifica a função do docente e conduzem a intensificação e precarização do trabalho. No entanto, as repercussões psicossociais destas

⁷ O conceito de 'trabalho prescrito' (ou tarefa) refere-se ao que é esperado no âmbito de um processo de trabalho específico, com suas singularidades locais. O 'trabalho prescrito' é vinculado, de um lado, a regras e objetivos fixados pela organização do trabalho e, de outro, às condições dadas. Pode-se dizer, de forma sucinta, que indica aquilo que 'se deve fazer' em um determinado processo de trabalho (Pereira, 2008).

condições, seus aspectos sociais, econômicos e organizacionais sobre a subjetividade do docente, são minimizados ou ignorados pelo sistema.

Para Dos Santos (2012) o quadro do ensino superior privado no Brasil, composto pela concepção mercantil da educação, abertura de capital, concentração em grandes grupos produzem danos à saúde física e psíquica dos trabalhadores envolvidos neste setor e também leva à instabilidade, ruptura de laços afetivos, perda de tempo livre, perda de sentido no trabalho, dentre outros, comprometendo inclusive a qualidade da formação humana e o papel da Educação Superior.

1.6. A RELAÇÃO TRABALHO DOCENTE E SAÚDE

A relação trabalho e saúde é foco de estudos em diversas áreas do saber há algumas décadas, mas sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, as repercussões psíquicas do trabalho começaram a ganhar espaço nos consultórios (Lacaz, 2010). Esses agravos à saúde, até então não identificados, hoje são reconhecidos como relacionados ao trabalho tanto pelo Ministério da Saúde⁸, como pelo Ministério da Previdência Social⁹. A portaria 1339 instituiu a lista de Doenças relacionadas ao Trabalho e seus respectivos fatores etiológicos. Dentre as doenças listadas estão incluídas aquelas relacionadas ao sofrimento mental, como a síndrome de esgotamento profissional, estresse pós traumático e neurose profissional entre outros agravos, estabelecendo a relação entre condições de trabalho e adoecimento mental. Esta portaria foi confirmada pelo Decreto nº 3048, de 06 de maio de 1999, que aprovou o regulamento da previdência social. O reconhecimento deste tipo de adoecimento pelo trabalho evidencia a complexidade que envolve o estudo da relação entre o processo saúde/doença e o trabalho. Dados do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) mostram que o adoecimento mental é a terceira causa de afastamento de trabalhadores. No entanto, este reconhecimento pouco tem feito para modificar as reais condições de trabalho. Estudos recentes como o de J. S. Silva Junior (2012) corroboram a relação trabalho e saúde. Este autor aponta

⁸ Portaria nº 1339/GM, de 18 de novembro de 1999.

⁹ Decreto nº 3048, de 1999.

que pelos dados do INSS, um ambiente de trabalho com pouco apoio social, excessivas demandas, baixo controle sobre as tarefas, reconhecimento abaixo do nível de esforço do trabalhador e o comprometimento individual excessivo aumenta a chance de ocorrência de afastamento do trabalho.

Freitas e Cruz (2008) relataram que pesquisas realizadas no final dos anos de 1990 e início dos 2000, indicaram a existência de verdadeiras epidemias de doenças relacionadas ao trabalho. Contudo, dados a respeito de doenças relacionadas ao trabalho na educação se tornaram mais frequentes somente a partir do ano 2000. Autores como Araújo, Sena, Viana e Araújo (2005), Bueno e Lapo (2003), Codo (1999), C. R. B. Oliveira (2001), Delcor (2003), Esteve (1995), Gasparini (2005), Lemos (2005) e Reis (2004) realizaram estudos que buscaram identificar como as transformações sociais repercutem no trabalho do professor e verificaram que as modificações no contexto social das últimas décadas alteraram significativamente o perfil do professor e as exigências pessoais e do meio em relação à sua atividade. Estudos como os de Codo (1999) apontaram que dentre os fatores que contribuem para a perda da qualidade da saúde dos professores está a não valorização e o não reconhecimento do trabalho docente expressos, genericamente, pela percepção de desrespeito por parte dos alunos e da sociedade, as condições salariais (que não condizem com a responsabilidade social do professor), a necessidade de ampliação da jornada de trabalho para recompor o salário, os aumentos expressivos de alunos em salas de aula, além da luta permanente para se manter no emprego.

Os professores sofrem pressões em relação ao desempenho, ao mesmo tempo em que precisam acumular mais horas de trabalho para obter o mínimo retorno financeiro necessário à sua sobrevivência, o que reflete em mal estar e alterações à sua saúde física e psíquica. Salim (2009) relata em levantamento com 2484 professores de todos os níveis de ensino de Minas Gerais, que 92,84% deles referem cansaço físico e mental relacionando-os às condições de trabalho executadas, seja o barulho ou a ameaça de violência frequentes. Mendes, Chaves, Santos e Mello Neto (2007) em pesquisa sobre o significado do trabalho e sofrimento na profissão docente universitária, concluem que, apesar de a profissão de docente ser gratificante, o sofrimento no trabalho dos entrevistados foi muito evidente e, em grande parte, relacionado com a instituição e seus problemas.

O que estes pesquisadores salientam é o fato de que o fazer docente tem sido desqualificado e degradado, transformando este profissional em vendedor de

mercadoria e o submetendo a condições precárias e desqualificantes. A atividade de ensinar existe mesmo antes das instituições de ensino, é anterior ao século XI, quando aparece o registro da primeira universidade. No entanto, na atualidade, a profissão de ‘mestre’ perdeu seu *status* simbólico e precisa lutar pela valorização e reconhecimento social do seu trabalho (Lemos, 2005).

Contreras (2002) aborda a perda da autonomia docente como fator preponderante de mal estar nesta profissão. Segundo este autor, o ensino é um trabalho que se realiza com seres humanos e sendo assim é impossível separar por princípio a concepção da execução. Necessariamente, o professor detém um nível de autonomia e planejamento em seu trabalho. É a impossibilidade de realizar esta separação que levaria às tentativas de desenvolver modos de racionalizar o processo de planejamento ou concepção de modo a prendê-los na lógica do controle e tecnicidade, abandonando a reflexão sobre seus fins e assumindo os da instituição. Porém, o ensino é também um contexto que permite o acesso a diversas concepções culturais e ideológicas sobre o mundo e a vida, transformando a docência em lugar privilegiado por ter em seu germe a possibilidade de crítica das imposições ideológicas. Esta permissão não significa que este questionamento seja realmente possível ou presente. Por outro lado, é importante questionar se o conhecimento sobre as diferentes estratégias de manipulação e a impotência experimentadas por aqueles que vivem do seu trabalho também não seriam causadores de sofrimento. Em função disto cabe discutir o conceito de alienação.

Conforme Marx (1983), a alienação surge com a divisão social do trabalho e com esta divisão surge a separação entre os que concebem e os que executam o processo de trabalho. Nesta relação há a instauração da alienação. Ao fazer de sua capacidade de trabalho um meio para atingir determinados fins, como a sobrevivência, sua atividade deixa de ser uma atividade livre e torna-se trabalho alienado. Para ele, a alienação humana está no fato de haver no processo de produção uma relação que impede e constrange a realização do trabalho como “objetivação”, ou seja, como realização da natureza humana. Desta forma, o trabalhador confronta-se com o produto de seu trabalho como algo estranho. Ao se separar o fruto de seu trabalho de quem o produziu, outro se apropriará dele. A alienação contamina assim todas as outras relações sociais. Marx aponta como a única via possível de emancipação seria a partir do próprio trabalhador, libertando-se do trabalho alienado.

Observa-se que para Marx, a alienação é um instrumento de escravização, desumanizando o homem e retirando os potenciais de realização do trabalho humano. Um ponto importante a se destacar é que quanto mais especializado e dividido o processo de trabalho, mais o trabalhador fica afastado daquilo que produz, tornando-o incapaz de reconhecer-se no produto final de seu esforço. O homem torna-se máquina repetidora dos mesmos esforços, onde a busca por possuir e consumir se torna cada vez mais intensa e por vezes insana.

Segundo Antunes (2012) em Marx o trabalho acaba assumindo a forma de trabalho alienado ou estranhado. Conforme este autor são quatro os momentos constitutivos do processo de estranhamento. Primeiro, o trabalho é estranhado na medida em que o estranhamento expressa a dimensão da negatividade, em que o produto do trabalho não pertence ao seu criador. Segundo, o trabalho não se reconhece no próprio processo laboral em que se realiza, ele se estranha, se fetichiza no próprio processo de trabalho. Terceiro, o indivíduo, trabalhador, não se reconhece enquanto individualidade nesse ato produtivo central de sua vida. E quarto, “quem não se reconhece como indivíduo, não se vê como parte constitutiva do gênero humano” (p. 17). O que o autor mostra é a centralidade do trabalho na constituição da identidade e as consequências deletérias da perda de sentido de sua atividade.

Na acumulação flexível mudam as formas de controle e organização da fábrica e de qualquer organização do sistema capitalista. Ao lado da aparente maior participação do operário, há mais desregulamentação, mais informalização, mais precarização, mais intensificação, mais polivalência, mais multifuncionalidade. Segundo Antunes (2012), o toyotismo só pode viver com base no envolvimento, na expropriação do intelecto do trabalho. Ocorre uma alienação mais interiorizada. O trabalhador, que agora é colaborador, cliente, consultor, tem que se envolver. “Na planta flexível, as empresas querem converter os trabalhadores em déspotas de si mesmos” (p. 21).

Percebe-se a perversidade do ato, o próprio trabalhador é convidado a alienar-se para sobreviver no espaço produtivo. No caso da educação, a concepção é elaborada pela administração, já a execução é responsabilidade do professor. Destituída de sentido, planejada desconsiderando as especificidades e a singularidade de alunos e professores, é uma educação pragmática, fragmentada, coisificada. Na luta por dar um sentido a esta prática, ao professor resta a alienação

e/ou o adoecimento. Meszáros (2004) retoma Marx apontando a alienação do trabalho, raiz de todas as variedades de alienação, como processo de auto alienação escravizante, fruto de um processo histórico imposto pelo próprio trabalho e por isto mesmo, possível de ser superada com uma reestruturação radical das condições de existência. No entanto, ressalta Sader (2004) no prefácio do livro de Mezsáros (2004);

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionados pela demanda do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro (Sader, E. in: Meszáros, 2008, p. 16).

Há que se considerar que o sistema de ensino evoluiu do ponto de vista material. Ao longo desses séculos foram desenvolvidas técnicas, métodos e ferramentas que ajudaram levar conhecimentos a grande parte da população mundial. Porém, a atividade do professor acabou se tornando alvo para diminuir os custos do ensino e manter sua expansão. O desenvolvimento técnico muitas vezes se reflete em intensificação do trabalho resultando em mais horas de trabalho realizado fora da instituição, como na exigência do uso das tecnologias e ferramentas digitais. Tal qual o trabalhador de qualquer empresa, o docente vê-se forçado a cumprir metas, prazos e atender demandas institucionais que o obrigam a ficar disponível online 24 horas por dia.

Irônico saber que os professores, a maior categoria profissional do mundo, com 59 milhões de profissionais, nem por isso é a mais protegida, são expostos a riscos biomecânicos, psicossociais e de uso vocal abusivo, como afirma Reis (2006). Segundo a autora, a atividade educacional é estressante, e seus trabalhadores são submetidos a ambientes conflituosos, com altas exigências de desempenho e de sobrecarga de trabalho decorrente da grande jornada e acúmulo de tarefas intra e extraclasse. Araújo, Sena, Viana e Araújo (2005) relacionam as mudanças significativas na estruturação e valorização social das atividades docentes com o processo de adoecimento desta categoria. Eles afirmaram que a desvalorização do professor pela sociedade, as precárias condições materiais de trabalho, o aumento

das exigências e a fragmentação do trabalho podem facilitar o surgimento do adoecimento. Muitas demandas apresentadas ao professor não podem ser resolvidas dado que ele não detém meios e nem condições para tal, o que pode conduzir a auto-intensificação do trabalho, causa de sofrimento, insatisfação, doença, frustração e fadiga.

O investimento no ensino superior ganhou novos contornos e se tornou importante ferramenta para “agregar valor” para produtividade e crescimento como desejam os órgãos internacionais – Banco Mundial, UNESCO – construindo a ideologia de que o investimento neste nível de ensino é fundamental para construir uma sociedade do conhecimento. Dentre as orientações comuns dos organismos internacionais, destacam-se aquelas que substituem a lógica do acesso universal à educação pelo princípio da equidade, pelo qual cada indivíduo deve ser possuidor de uma gama de recursos conhecidos como habilidades e competências para que possa alcançar o ensino universitário. As políticas internacionais também orientam para que os países promovam a diversificação das instituições de ensino superior, a flexibilização da gestão administrativa, além da adequação dos currículos às demandas do mercado de trabalho e do fortalecimento do setor privado por meio da ampliação das fontes de financiamento.

Nesta perspectiva, a educação assume importantes tarefas, quais sejam, por exemplo, contribuir para a ideologia da integração dos países periféricos na ordem econômica internacional, para a inclusão de setores pauperizados no mercado de trabalho e, ainda, para o aumento da lucratividade do sistema do capital.

Elabora-se assim uma nova arquitetura acadêmica e social, o ensino operacional (Chauí, 1999), voltado para si mesmo e distanciado da pesquisa. Ao alterar a identidade da universidade altera-se o papel do docente, vinculado ao mercado, aparece a figura do professor empreendedor impelido na vivência acadêmica a aceitar as exigências mercadológicas para realizar seu trabalho e suas pesquisas. A consequência mais visível da intensificação do trabalho é o aparecimento das doenças.

Desta forma, torna-se cada vez mais evidente o fato de que as condições de trabalho às quais os docentes das instituições privadas estão submetidos na atualidade são potencialmente causadoras de sofrimento e adoecimento mental, resta-nos denunciar tais fatos de forma a desmistificar tal realidade indicando inclusive sua naturalização quando houver.

Como afirma Maués (2010) esta é uma realidade criada e como tal, num processo dialético, pode ser desconstruída e construída ou reconstruída. Os caminhos para esta desconstrução passam também pelo movimento docente organizado, sobretudo o sindicato. É necessário retomar a defesa da educação como um direito humano fundamental e contribuir para que o trabalho enquanto centralidade da vida humana possa ser realizado em condições de respeito à saúde física e psíquica dos trabalhadores. Para elucidar melhor as manifestações do sofrimento e adoecimento dos trabalhadores, será discutida no capítulo seguinte a singularidade do processo saúde doença.

2. A SAÚDE, A SAÚDE MENTAL E O TRABALHO

“A saúde é quando ter esperança é permitido”.

(Dejours, 1986)

As concepções de saúde e doença variam conforme a história da humanidade. Refletir sobre estes conceitos e sua implicação social é fundamental para pensar o papel do trabalho no processo saúde doença, em especial quando se pensa nas consequências psíquicas além das biológicas. Este é o tema principal deste capítulo, bem como os avanços nas teorias que discutem o adoecimento mental pelo trabalho.

2.1. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SAÚDE

O discurso sobre a saúde apresenta controvérsias históricas e seu foco será modificado tal qual são modificadas as forças produtivas. Em 1948, a Organização Mundial da Saúde construiu um conceito supostamente universal de saúde, o conhecido bem estar bio psico social. Sua amplitude gerou muitas críticas por se referir a um estado ideal e também por abrir espaço para a intervenção do estado na vida privada dos cidadãos, além de ser obviamente inatingível. Só em 1978, a Conferência Internacional de Assistência Primária à saúde, realizada em Alma Ata, enfatizou as desigualdades sociais em relação à saúde nos países desenvolvidos e

subdesenvolvidos, destacando a responsabilidade governamental nas políticas públicas e a importância da participação da população nas decisões e ações.

O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Tanto saúde quanto a doença dependerão de valores individuais, concepções científicas, religiosas, filosóficas, da época, do lugar, da classe social. Desta forma, este conceito nunca foi hegemônico (Scliar, 2007).

Em busca da crítica ao modelo biologicista de saúde e contribuindo grandemente para o desenvolvimento da saúde coletiva, Canguilhem (1943/2002), defende que normal e patológico são dois fenômenos qualitativamente opostos caracterizando forças em luta. Para ele a patologia não acontece da mesma forma em pessoas diferentes porque o patológico implica uma relação com um meio novo, limitado. A saúde implica em reação, em poder desobedecer, produzir ou acompanhar uma transformação, adoecer ou sair do estado patológico. Patológica é a impossibilidade de mudança, é a fixação, a obediência irrestrita à norma (Coelho & Almeida Filho, 1999). Nesta concepção, promover saúde não é apenas criar condições de bem estar e evitar riscos. É dar condições de escolha e reação aos sujeitos. A saúde está relacionada às possibilidades de reação, às formas pelas quais o indivíduo interage com os eventos da vida.

Tal conceito se aproxima ao de Dejours (1986) que afirma que ter saúde é ter liberdade. Mais que liberdade, saúde física é dar ao corpo a possibilidade de repousar, a liberdade de se alimentar quando tem fome, de dormir quando tem sono. O bem estar psíquico é a liberdade que é deixada ao desejo de cada um na organização de sua vida. E o bem estar social é a liberdade de agir individual e coletivamente sobre a organização do trabalho, ter controle sobre o trabalho. A saúde é cada sujeito humano ter meios para traçar um caminho original em direção ao bem estar bio psico social. No entanto, as condições de vida e trabalho impostas pelo sistema capitalista impedem as possibilidades de escolha e reação dos indivíduos. Este ponto é fundamental no que se refere ao presente estudo, visto que ao trabalhador docente em instituições particulares não são oferecidas muitas possibilidades de escolha, ficando o sujeito subordinado às demandas do mercado. Estes profissionais se subordinam a uma organização do trabalho já pronta, sobre a qual não tem a menor autonomia.

Neste sentido, a busca pela saúde se torna um desafio visto que, como considera Canguilhem (2006), saúde implica poder adoecer e sair do estado

patológico. A saúde é entendida pela “margem de tolerância ou de segurança que cada um possui para enfrentar e superar as infidelidades do meio” (Canguilhem, 2006, p. 148). Desta forma, as possibilidades e a potencialidade para a reação e a defesa às agressões também deve ser incorporada a qualquer proposta que pretenda discutir a saúde e a doença.

Nesta mesma linha de raciocínio e pressupondo que os fenômenos de saúde-doença não podem ser definidos apenas a partir do espaço subindividual, Almeida Filho e Andrade (2003) defendem o estabelecimento de uma abordagem totalizadora que respeite a complexidade dos fenômenos da vida, saúde, doença, sofrimento e morte. Conforme Batistella et al. (2007) apenas a leitura interdisciplinar da realidade é capaz de promover uma maior compreensão da realidade de saúde-doença-cuidado de uma população. A complexidade de determinantes histórico-econômicos, sociais e culturais, condicionantes e fatores envolvidos sugerem a identificação de problemas mais amplos, que tradicionalmente não aparecem como problemas médicos. Percebe-se a limitação oferecida pelo modelo biomédico tradicional e a necessidade de incorporar elementos relativos às condições de vida para compreender o fenômeno saúde/doença.

Se a saúde geral envolve tamanha complexidade, a saúde mental apresenta mais controvérsias. A definição médica de normal/saúde está associada em larga medida aos aspectos biológicos e fisiológicos dependente diretamente de concepções positivistas da ciência. Como afirmam Almeida Filho, Coelho e Peres (1999, p. 110),

Para o diagnóstico da patologia, a primeira e última palavra é a da clínica que, apesar de utilizar métodos endossados pela ciência, não constitui, senso estrito, uma disciplina científica. Nessa perspectiva, os pares de conceitos normal-patológico e saúde-doença não seriam simétricos ou equivalentes, na medida em que normal e patológico não configuram conceitos contrários ou contraditórios. O patológico não significa ausência de normas, mas a presença de outras normas vitalmente inferiores, que impossibilitam ao indivíduo viver o mesmo modo de vida permitido aos indivíduos sadios.

O adoecimento mental, historicamente, é visto como aquela condição que afasta o sujeito de uma suposta normalidade. Nesta perspectiva, patológico se torna igual à doença e contrário à saúde/normal. Foucault (1993) discute a dicotomia normal-patológico, mostrando que ela surge com as novas ciências, psicologia e

sociologia, no século XIX. Não é coincidência que as forças capitalistas também estejam em seu ápice, visto que no homem trabalhador, o corpo saudável é necessário para garantir a produção das fábricas e sustentar o desenvolvimento do sistema. Como consideram Almeida Filho, Coelho e Perez (1999), o homem, tal como a máquina, poderia ser programado, posto a funcionar e consertado. A medicina, as ciências sociais e a psicologia tinham o papel de listar as possibilidades esperadas de rendimento do homem, suas capacidades, bem como seus parâmetros do funcionamento social normal. Segundo Foucault (1993), a medicina no séc. XIX estava centrada no controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho. Nesta perspectiva o modelo de saúde estava atrelado à submissão, corpos dóceis, aptos ao trabalho. Este autor também nos lembra que a palavra normal, deriva de *nomos* grego e do *norma* latino (cujo significado é lei), surgiu no século XVIII, identificando aquilo que sem inclinar para esquerda ou direita, se conserva no meio. E desta forma, a medicina construiu uma conduta normativa, busca ativa daquilo que foge à norma, o desviante. No que se refere à saúde mental, o louco é o alienado.

Contrariando este ponto de vista, Canguilhem (2006) afirma que tanto a saúde quanto a doença são normais à medida em ambas implicam certa norma de vida. A saúde não se limita à adaptação, ela pode se constituir pela transformação e não pela obediência. Desta forma, o limiar entre saúde e doença mental também é singular. Por outro lado, e contrariando todo posicionamento crítico em relação a esta questão encontramos os novos padrões de diagnóstico clássico personificados pelo Dicionário de Saúde Mental V (DSM-V)¹⁰. Ele amplia as fronteiras da doença e sintomas do cotidiano ou processos naturais da vida, como o luto, são considerados patológicos e por isso passíveis de medicalização.

Percebe-se que apesar dos posicionamentos críticos, a concepção de saúde como ausência de doença continua a ser reafirmada pela medicina contemporânea. Conforme Almeida Filho, Coelho e Perez (1999), os modelos de doença e os modos de adoecer são relativamente pautados pela patologia e pelos processos sociais de

¹⁰ O DSM é um manual diagnóstico e estatístico construído pela Associação Americana de Psiquiatria para definir como é elaborado o diagnóstico de transtornos mentais. Usado por profissionais de saúde em geral e principalmente pelos psiquiatras para classificar ou diagnosticar os pacientes. A versão cinco saiu em maio de 2013 e substitui o DSM-IV criado em 2000. Desde o DSM-I criado em 1952, esse manual tem sido uma das bases de diagnósticos de saúde mental mais usadas no mundo.

normalização, contrastando com as inumeráveis e criativas formas de estar sadio. Para estes autores, a saúde não se reduz a um único modelo na medida em que diversas formas de viver, sejam histórica, cultural ou individualmente determinadas, apresentam-se como possibilidades distintas de normalidade. Trazendo a questão para a saúde mental, de acordo com a etnopsiquiatria clássica, a chave para a normalidade psíquica não é a adaptação mas, o ajustamento.

Também criticando o modelo clássico da OMS (Organização Mundial para a Saúde) Segre e Ferraz (1997) denunciam e discutem a dicotomia corpo mente deste conceito. De acordo com eles, os estudos sobre adoecimento psicossomático mostraram que não faz sentido a dicotomia corpo mente. Desta forma cabe questionar esta suposta separação. Não cabe estudar o homem sem considerar todos os aspectos que perpassam sua singularidade. Dicotomizar, fragmentar serve a uma ciência positivista que entende o funcionamento humano tal qual uma máquina. Este tipo de pensamento precisa ser superado se pretendemos realmente conhecer a multiplicidade de elementos que compõe a vida humana. Se corpo e mente, social e individual não devem ser vistos separados, se a saúde e a doença são forças em constante luta, e se esta luta se trava no corpo, na mente e na sociedade, e se o homem se fez e se faz pelo trabalho, uma categoria não pode ser excluída nos estudos sobre o processo saúde doença: o trabalho.

Para Sampaio (1998) a doença mental ocorre quando falham os modos de reapropriação socialmente disponíveis, legitimados, satisfatórios. Retomamos Dejours (1986) que afirma que saúde mental não é bem estar psíquico. Segundo ele, saúde mental é quando ter esperança é permitido. Isto quer dizer que, desejar, esperar, acreditar são condições fundamentais para a vida. O que faz as pessoas viverem é o desejo, e acreditar na viabilidade de seu desejo. Sendo o homem um ser genérico, que faz a si mesmo ao fazer o mundo, é no trabalho que encontra um momento altamente significativo. O trabalho é uma possibilidade de felicidade, liberdade, loucura, sofrimento e doença mental. Onde buscar a compreensão do homem senão na forma como o homem produz sua própria vida?

Em busca de uma construção teórica que dê conta da singularidade da relação saúde doença e o trabalho, a definição de Laurell e Noriega (1989), adotada por diversos pesquisadores da área, contribuiu grandemente para a mudança de paradigmas na medicina social. Estes autores definem saúde-doença como um processo social, colocando o "nexo biopsíquico como expressão concreta na

corporeidade humana do processo histórico num momento determinado” (Laurell & Noriega, 1989, p. 100). R. M. R. Oliveira (2001) sintetiza que o processo saúde-doença é uma totalidade, não podendo ser reduzido ao biológico e individual, pois sua essência é o reconhecimento de seu caráter social e sua determinação histórica. Ao demarcar a historicidade dos processos biológicos e psíquicos humanos, este conceito, rompe com o pensamento biomédico clássico, que oculta o caráter social do adoecimento. Para Laurell e Noriega (1989) o caráter social da doença se expressa no modo de adoecer e morrer dos grupos humanos, ele é determinado pela inserção dos grupos humanos no processo de produção, desta forma, o processo de trabalho surge como categoria fundamental para o estudo do processo saúde doença. E sendo corpo e mente uma unidade, também o é para o estudo da relação saúde mental e trabalho.

2.2. A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA ANÁLISE DO PROCESSO SAÚDE DOENÇA

A centralidade do trabalho na análise do processo saúde/doença mental se fundamenta em Marx (1844/2004) que ao discutir o trabalho alienado sugere a noção de trabalho como atividade vital.

Primeiramente, aparece ao homem o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma apenas como um meio para a satisfação de uma carência (Bedurfnisses), a carência de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida (Marx, 1844/2004, p. 150).

A atualidade desta afirmação se manifesta nos laços estabelecidos pelo homem com seu trabalho. Se esta atividade vital se sustenta no engendramento da própria vida, ao tentar fazer isto atualmente, o trabalhador se depara com a desqualificação, a desvalorização e a perda do sentido de seu labor. Fica inviabilizado o engendramento da vida pela tecitura de um vazio.

É na relação que o homem estabelece com a natureza por meio do trabalho, de mútua transformação, que nos possibilita entender o caráter social do processo saúde-doença. A organização do trabalho, ao submeter o indivíduo, afeta seu modo

de ser e de enfrentar os riscos e traz efeitos sobre a saúde ainda não totalmente conhecidos ou dimensionados (Oliveira, 2004).

Embora o trabalho possa ter esta vocação para a saúde e a vida, no sistema capitalista isto fica inviabilizado como explica Sampaio (1998), ao afirmar que paralelamente à alienação,

no divórcio entre o homem e o produto do homem, foi se concretizando uma espécie de exílio do afeto, da paixão, da criatividade e da liberdade na reprodução da força de trabalho. O homem é obrigado a recolher do trabalho os pedaços de sua subjetividade, é empurrado a manifestar-se apenas depois do expediente, só aí devendo expressar prazer e sofrimento. Este homem aparece condenado a se expressar na reprodução, despejá-la na família, representá-la nos limites da casa. E aí expressará o que for possível: dependência, violência, doença (Sampaio, 1998, p. 98).

Vemos então, novamente, a fragmentação do homem na contemporaneidade, ao ter sua identidade vinculada ao seu trabalho, tanto pelo valor simbólico da atividade que realiza quanto pela existência da atividade ou não. Isto quer dizer que não é suficiente ter um trabalho que ofereça uma remuneração digna ao final do mês, esta atividade precisa ser significativa e proporcionar ao indivíduo o prazer obtido pelo reconhecimento e que dê sentido à sua vida. A fragmentação, as péssimas condições, a competitividade, o excesso de atividades, a desvalorização impedem as possibilidades de uma valorização pela atividade laboral e é na vida privada que o sujeito acaba por representar seu sofrimento e mal estar.

Sampaio (1998) afirma ainda que a doença mental ocorre quando a história individual está em conflito permanente com a história social, quando o modo de reapropriação implica em cada vez mais conflitos ou quando se bloqueiam os rituais de recuperação sem maior sofrimento psíquico. Saúde é ter liberdade, inclusive de adoecer.

De acordo com Marx (2005), o processo de trabalho, como consumo da força do trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos particulares. Em primeiro lugar, a atividade do operário pertence ao capitalista que controla o trabalhador, tanto do ponto de vista da execução da tarefa quanto do uso do material e equipamentos. Em segundo, o produto do trabalho é propriedade do capitalista. Ao pagar pela força, ele se torna proprietário dela naquele dia, mês ou ano. Para o capitalista, o processo de trabalho é apenas o consumo da força, da mercadoria que comprou. “O processo de

trabalho é uma operação entre coisas que o capitalista comprou que pertencem a ele” (Marx, 2005, p. 101). Vê-se que o homem perde a autonomia sobre si e sobre seu trabalho. Continuando com Marx (2005), o trabalhador não transforma apenas o material sobre o qual opera, ele imprime nele um resultado que só existia antes em sua imaginação. Desta forma, os elementos componentes do processo de trabalho são; o próprio trabalho, o objeto de trabalho e o instrumental de trabalho. No processo de trabalho, a atividade do homem produz uma modificação desejada na matéria prima com auxílio dos instrumentos de trabalho. O processo acaba num valor de uso, na matéria natural adaptada às necessidades humanas. O trabalho foi materializado. A ação do trabalhador aparece agora no produto. Este produto, mercadoria, do qual o operário é exilado, é oferecido ao mercado conforme as necessidades do capitalista. Fica claro que o produto é produzido para o capital. “Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (Marx, 2005, p. 138). Este é o pressuposto básico do capitalismo, desenvolver ao máximo a exploração da mais valia, trabalho não pago.

Sendo assim, pode-se pensar que em relação ao trabalho de docentes de instituições particulares, a mais valia se produz no número de atividades realizadas fora da sala de aula, como planejamento, lançamento de notas e faltas, correção de atividades. A jornada não paga é estendida com o aumento de responsabilidades e intensificação do trabalho. Uma das primeiras estratégias para produção da mais valia foi a extensão da jornada e posteriormente pela diminuição do valor da força de trabalho. A intensificação do trabalho se sofisticou na atualidade com o uso das tecnologias. Elas permitem executar as atividades em casa e mantém o funcionário em constante disposição.

Tittoni (1994) considera que do ponto de vista marxiano, o trabalho vincula-se à consciência e objetificação do ser humano e do ponto de vista freudiano aparece como meio de vinculação à vida em sociedade. Vale destacar que a teoria freudiana foi construída por seu autor visando decifrar o homem moderno, elucidando como se dá o desenvolvimento do psiquismo. Desta forma, a teoria psicanalítica é uma teoria que explica a subjetividade do homem, e este homem é aquele emergente da revolução industrial. S. Freud (1930/2010) vê o trabalho como meio pelo qual o homem relaciona-se com o mundo e por meio do qual busca o prazer e evita o sofrimento. Para S. Freud, ter saúde é ter possibilidade para trabalhar e para amar. Desta forma a atividade laboral se constitui em elemento fundamental para a análise

do ser humano e sua relação com o mundo material e sua vida psíquica. A atividade produtiva inscreve o sujeito nas relações sociais e define sua identidade. “O significado do trabalho, enquanto atividade produtiva, pode orientar e dar sentido às formas como o trabalhador se inscreve no processo de trabalho, que é, em última análise, a materialização do trabalho propriamente dito” (Tittoni, 1994, p. 24). Conforme esta autora, o processo de trabalho é o veículo pelo qual são colocadas em prática aspirações, desejos e possibilidades que os sujeitos sustentam a partir do significado que o trabalho adquire em suas vidas. Ele é desta forma uma possibilidade de ter saúde mental.

Dal Rosso (2006) discutindo a relação entre a saúde dos trabalhadores e a intensidade e imaterialidade do trabalho refere-se à lenta, porém constante, transição do trabalho material para o imaterial¹¹ na contemporaneidade. Segundo ele, essa transição é uma tendência intrínseca à substituição da mão-de-obra humana por máquinas e equipamentos e pode ser captada pelo envolvimento da maior parte da força de trabalho em atividades de serviços. Embora serviços e imaterialidade não sejam a mesma coisa, é especialmente em atividades de serviços que podem ser captados os efeitos do trabalho imaterial. Para Dal Rosso, é inquestionável que a elevação do grau de esforço exigido e a transição para trabalhos imateriais alteram profundamente as condições de trabalho e produzem efeitos sobre a saúde do trabalhador. Interessa aqui evidenciar que a intensificação não se refere especificamente a dispêndio de energia material para execução da tarefa, mas ao custo energético para a execução do trabalho, seja qualitativo ou quantitativo. Esta exigência tanto pode ser física, intelectual ou psíquica. A intensidade do trabalho envolve o todo do trabalhador, sua mente, seu afeto e seu corpo. É no esforço realizado para cumprir as tarefas e obter melhores resultados que se observa o grau de envolvimento, o empenho e o esforço do sujeito em realizar as tarefas adicionais, que se materializa na intensificação. Quer dizer então que ela depende do compromisso que o trabalhador tenha com seu trabalho.

¹¹ Esta questão tem sido alvo de controvérsias entre autores e conforme Lessa (2001, p. 125) “Na tradição marxista, portanto, a oposição entre trabalho manual e intelectual, assim como a conversão de cada um em trabalho produtivo (de mais-valia), não são momentos excludentes - são, antes, a expressão da própria contradição mais geral entre humanidade e capital.”

Em relação à atividade docente, Tardif e Lessard (2012) propõe que ela se constitua numa das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades do trabalho e ressalta não ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material. Para fazer tal afirmação os autores se baseiam em quatro constatações. Primeiro, a cerca de cinquenta anos a categoria dos trabalhadores produtores de bens materiais está em queda livre, em contrapartida ocorre o aumento dos serviços suplantando a revolução industrial. Segundo, na sociedade dos serviços, grupos de profissionais, cientistas e técnicos ocupam posições importantes em relação aos produtores de bens. Se o setor de serviços está privilegiado, a informação e o conhecimento ganham status e importância talvez inclusive como mais um bem de consumo. Nesta nova economia, novas ocupações centradas no processo de produção, gestão, manipulação e armazenamento dos conhecimentos afetam diretamente os empregos já fragilizados. Terceiro, as novas atividades estão relacionadas às novas profissões formadas por especialistas em gestão dos problemas econômicos e sociais com auxílio do conhecimento fornecido pelas ciências naturais e sociais. São os gestores de tempo, especialistas em logística, gestores de recursos humanos e capital intelectual. Cresce o número destes profissionais, que trabalham em busca de uma racionalidade instrumental e planejada, orientada para o sucesso e a coordenação eficaz dos meios e dos fins. E por fim a quarta constatação mostra que é notório o crescente status na organização socioeconômica dos ofícios e profissões que tem seres humanos como “objeto de trabalho”.

Conclui-se que o trabalho docente representa o macrocosmo da sociedade atual, por ter na relação entre os profissionais e alunos seu elemento central, ou seja, a relação entre as pessoas constitui o processo de trabalho, o qual consiste em manter, mudar ou melhorar a situação humana das pessoas. “O importante aqui é compreender que as pessoas não são um meio ou uma finalidade do trabalho, mas a matéria prima do processo do trabalho interativo e o desafio das atividades dos trabalhadores” (Tardif & Lessard, 2012, p. 20). Para estes autores, o estudo da docência como trabalho é negligenciado, e o perigo que ameaça a pesquisa nesta área é abstração, sem levar em conta fenômenos como o tempo de trabalho dos professores, o número de alunos, suas dificuldades e suas diferenças, os recursos disponíveis, as relações com os colegas de trabalho e os especialistas, a burocracia, a divisão e a especialização do trabalho. E ainda, “a docência é um trabalho cujo

objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores” (Tardif & Lessard, 2012, p. 35). Este tipo de objeto de trabalho possui determinações específicas que modificam a natureza do trabalho docente, desta forma, atuar com seres humanos não é um fenômeno insignificante na análise desta atividade.

Dal Rosso (2008) também considera que no mundo contemporâneo, o emprego está cada vez mais concentrado em atividades de serviços e discute a transformação do trabalho imaterial sendo executado a partir de práticas intensificadoras, produzindo efeitos nocivos sobre o trabalhador. Este autor retoma Marx para afirmar que tanto no trabalho material quanto no imaterial o trabalhador faz uso além da energia física, de sua inteligência, sua capacidade de concepção, criação, análise, lógica e também faz uso de sua afetividade para se relacionar com as pessoas. Utiliza suas experiências e as habilidades adquiridas geração após geração. Da revolução industrial até os tempos atuais, as atividades incorporam cada vez mais tecnologias de informática, comunicação, automação e ocupam muito mais a dimensão do conhecimento, da inteligência prática e da emoção do trabalhador. Para este autor, mesmo as atividades industriais e primárias são transformadas incorporando nelas uma grande fatia de trabalho imaterial. É a Revolução Informacional gerando a classe de trabalhadores imateriais intensificados. Destaca-se um elemento fundamental nesta intensificação, a cobrança por resultados e por mais envolvimento do trabalhador.

R. M. R. Oliveira (2001) mostra que o processo de trabalho e o processo de valorização, constituem o processo de produção capitalista. Se o objetivo do capitalismo é a extração de mais-valia e acumulação de capital, o processo de valorização se sobressai em relação ao processo de trabalho, por meio de sua intensificação. Esta última se dá na sofisticação das estratégias de manipulação que se exemplifica pelo aumento do uso das tecnologias permitindo executar as atividades em casa e mantendo o funcionário em permanente disponibilidade. Desta forma, a produção pode ser realizada em condições que possibilitem a lucratividade. O processo de trabalho torna-se não só um meio onde são produzidos bens ou valores de uso, mas de produção de valor, valorização. Seu estudo está, então, intrinsecamente relacionado à realização do processo de valorização, associado ao fato de constituir-se num espaço de confronto entre capital e trabalho. De acordo

com esta autora, em relação à saúde-doença, o processo de trabalho representa o momento em que tomam forma os padrões de desgaste-reprodução dos grupos humanos. Esta colocação se sustenta na afirmação de Laurell e Noriega (1989, p. 107): “O trabalho, finalmente, tem que ser entendido como processo corporal, mas também, como uma expressão concreta da relação de exploração através de sua organização e divisão”. Estes pesquisadores propõem duas categorias de análise: cargas de trabalho e desgaste, para o entendimento mais amplo dos fatores relacionados ao processo de trabalho que afetam a saúde e o corpo dos trabalhadores. As cargas de trabalho são elementos do processo de trabalho que interatuam dinamicamente entre si e com a corporeidade humana, gerando processos de adaptação que se traduzem em desgaste.

A partir das proposições expostas até agora, pode-se perceber que o homem se constrói simbólica e materialmente pelo trabalho. Especificamente, a profissão docente tem características construídas historicamente que dotam o profissional educador da responsabilidade de transformar vidas, mesmo quando as condições para isto não sejam facilitadoras. O processo de trabalho docente se dá a partir da relação com outras pessoas e depende delas. Sendo assim, as cargas de trabalho desta atividade são intensificadas e altamente desgastantes pela desqualificação e desvalorização de seu fazer transformado em mercadoria.

Antevendo o futuro da educação como mercadoria, em seu texto, Marx pede licença para usar um exemplo fora da esfera da produção material e diz:

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (Marx, 2005, p. 138).

Percebe-se que seja na fábrica, seja na escola, é pela produção de mais valia que o trabalhador interessa ao proprietário do capital e as formas pelas quais o processo de trabalho é executado interessam a ele desde que estejam cumprindo sua função. Interessa que o trabalhador produza cada vez mais em menos tempo

não importando as consequências disto em seu aparelho mental ou físico. Ao ter sua atividade transformada em mercadoria, o trabalhador, e especialmente o professor, vê-se excluído dos processos decisórios e o que poderia ser a realização de seu trabalho se converte em desgaste pela pressão em cumprir metas. O modelo fordista de produção em série e consumo em massa se repete nas instituições educacionais, exigindo formas mais flexíveis de gestão e organização do trabalho a despeito dos educadores. Travestido em discurso de maior liberdade e autonomia ele cria possibilidade para intensificação da exploração do trabalho e torna-se potencialmente adoecedor.

2.3. A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

A discussão sobre o trabalho do professor tem sido alvo de interesse de pesquisas nas últimas décadas, especialmente dos professores de nível médio. O ensino superior despertou o interesse dos pesquisadores mais recentemente, e apesar desta categoria apresentar características semelhantes em todos os níveis de atuação, existem especificidades que precisam ser destacadas, principalmente no que se refere ao processo de trabalho. O processo de trabalho docente aqui é entendido como atividade direcionada ao objetivo de ensinar. Os meios para atingir este fim são os recursos técnicos científicos, os conteúdos e o espaço físico onde a atividade ocorre. Desta forma, para compreender este processo é necessário descrever as atividades do professor, além do fazer em sala de aula para evidenciar as condições efetivas em que se realiza o seu labor.

Como foi apresentado no capítulo 1, a organização do trabalho no ensino superior não foi poupada das mudanças no mundo do trabalho contemporâneo. O ensino superior privado se consolida no Brasil como a opção para ascensão social e melhor rendimento no trabalho e supostamente aumentando a população consumidora no país. Ressalte-se o crescimento da classe média como fator importante para aumentar mercado consumidor de bens de consumo, dentre eles a própria educação, via incentivos ao acesso ao ensino superior. As políticas públicas que possibilitaram o desenvolvimento do ensino superior privado permitiram também

que empresas educacionais assumissem a gestão deste tipo de ensino e adequadas ao modelo produtivo, organizaram suas atividades de forma a aumentar os lucros e ampliar sua rede de atuação. Como em qualquer empresa, o lucro advém da compra de força de trabalho, neste caso, da força de trabalho dos professores.

Frigotto (1986) critica a Teoria do Capital Humano que é utilizada como justificativa por aqueles que defendem uma relação direta entre o aumento da qualificação profissional e diminuição da pobreza. Em seu texto, ele argumenta que a pobreza existente na sociedade não pode ser atribuída à falta do mérito individual de quem não avançou na educação escolar, ou não teve acesso a ela. Não são as reformas da educação que garantiriam o acesso da população pobre aos bens de consumo, mas sim reformas sociais que poderiam diminuir a exclusão. De acordo com este autor, a visão tecnicista da educação constitui-se numa das principais formas de desqualificação do processo educativo.

Este tipo de discurso, presente desde os anos de 1980, mostra que os enfoques no capital social, intelectual mesmo que não diretamente referidos ao trabalho docente, definem a apropriação e o lucro com o produto do trabalho intelectual. Esta apropriação se materializa nas condições de trabalho docente (Martinez, 2001).

Como estratégia de evitação de críticas aos novos modelos de organização do trabalho docente, Oliveira, Gonçalves, Melo, Fardin e Mill (n.d.) relatam que sempre houveram resistências quanto ao debate sobre a organização do trabalho em função de uma cultura que vê na docência uma vocação, um sacerdócio e, portanto, uma atividade distinta do trabalho organizado de forma profissional e, por isso mesmo, portador de direitos e deveres. Este discurso, interessante para a manutenção do sistema, facilita a desregulamentação do ensino e responsabiliza o professor pelo sucesso e fracasso no ensino. No Brasil, desde o final da década de 1970, algumas entidades associativas de professores buscam contrapor a representação missionária à noção de trabalhadores do ensino, visando romper com a lógica do sacerdócio questionando e denunciando as condições de trabalho e salariais (Cardoso, 2011). Os anos de 1980 refletiram um momento de politização da discussão acerca do trabalho docente ao incorporar a necessidade de se repensar as formas de organização e gestão. Vale lembrar que nesta década ocorreram as primeiras greves dos docentes das instituições federais de ensino superior, reivindicando melhores condições de ensino. O debate da época apresenta a

universidade como local de trabalho e, como tal reflete contradições (Oliveira, Gonçalves, Melo, Fardin & Mill, n.d.).

Aumentando a polêmica, Hypólito (1991) discute se os professores seriam ou não membros da classe trabalhadora. Segundo ele, o dilema está no fato de esta classe profissional possuir, ainda que precário, certo controle sobre o trabalho. Nesta perspectiva, submetidos ao processo de proletarização, tal qual os demais profissionais, os professores apesar de vender sua força de trabalho gozam ainda de alguma autonomia. O crescimento do ensino a distância e o uso de estratégias virtuais nos fazem repensar a colocação do autor e questionar o interesse neste tipo de colocação. Na atualidade os limites entre trabalho produtivo e improdutivo são muito tênues, já que o capital transforma tudo o que toca em mercadoria. E talvez, com a necessidade de ampliação dos mercados, a transformação da educação em mercadoria aproxime cada vez mais o trabalho docente da produção de mais valia.

Como argumento contra este suposto controle, Lancillotti (2008) evidencia em seu estudo que o trabalho docente, passou por transformações sucessivas e substanciais que se deram no sentido de subordiná-lo ao capital. Tal submissão ocorreu definitivamente no momento em que os mestres passaram a ser assalariados na 'fábricas de ensinar', com objetivo de obter lucro sem, no entanto qualquer mudança efetiva no processo de trabalho. Isto não quer dizer que não haja uma luta pela preservação do caráter imaterial do trabalho docente. Para esta autora:

o trabalho docente conserva, de modo predominante, o caráter imaterial, mantendo-se, portanto, como forma secundária de trabalho no âmbito do capitalismo. Contudo, com o revolucionamento das forças produtivas a superação dessa condição já se anuncia (...). A efetiva objetivação do saber e do fazer docentes, nos novos recursos tecnológicos, coloca para o capital a possibilidade de romper a barreira orgânica do trabalho e remeter para o aluno a responsabilidade por sua própria formação, apartir do consumo independente de mercadorias educativas (Lancillotti, 2008, p. 313).

Nota-se que o processo de trabalho docente passou por transformações inegáveis e apesar das resistências e lutas, ocorre inexoravelmente a perda de controle sobre sua atividade agravada inclusive pela formação de um exército de reserva. Nestas condições o trabalhador aceita quaisquer condições para realização de sua atividade, desde a ausência de materiais adequados até salários mais baixos.

2.4. CONDIÇÕES DE TRABALHO E A SAÚDE

Como visto, a relação saúde e trabalho não diz respeito apenas ao adoecimento, aos acidentes e ao sofrimento. A saúde, assim como a vida e a doença, é construída no trabalho. Toda atividade física ou mental exercida pelo homem tem repercussões sobre o seu estado funcional, implicando em alterações biológicas e mentais, seja de adaptação ou de sofrimento, que podem se manifestar de maneiras diversas a curto e em médio prazo: queixas funcionais, fadiga, doenças ou acidentes. Logo, as condições de trabalho afetarão a saúde dos profissionais. Como considera Assunção (2003), os trabalhadores do setor de serviços, incluindo a educação queixam-se de prazos para entrega de produtos, criando um ambiente em que as pessoas só se encontram para resolver conflitos entre o sistema e as necessidades do cliente, sem espaço para o diálogo e as vivências humanas. Os gestores adotam técnicas que infantilizam os funcionários sem valorizar o saber, não reconhecem o investimento pessoal para compensar a ausência de ferramentas adequadas e o pouco tempo para atender às demandas.

Silva e Claro (2008) destacam que as exigências de maximização da produtividade produzem sensações de mal estar de diversas ordens. De fato, além da pressão exercida constantemente pelo trabalho que depende de outras pessoas, a incorporação de cobranças de produção em uma atividade subjetiva, como a educação, exige dos profissionais reações que oprimem sua subjetividade. Sato (1998) confirma a organização do trabalho como categoria primordial para refletir a saúde do trabalhador e especifica a importância do poder e do controle sobre o próprio trabalho. Ou como afirma Seligmann-Silva (1986, p. 71), “o processo de sufocamento da subjetividade do trabalhador caminha paralelamente à sofisticação do processo de trabalho”. E especifica que no caso do trabalho predominantemente mental, que exige grande concentração, o pensamento está bastante condicionado por situações muito específicas presas ao processo de trabalho, ao funcionamento e linguagem dos equipamentos. Além de alienado, o trabalho se torna também alienante para quem o executa.

2.4.1. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O DESGASTE

Constatada a importância da atividade laboral na vida do sujeito social, podemos afirmar que a categoria trabalho é de fato central para nossa análise e portanto cabe entender as consequências disto. Ao estudar a relação saúde e labor, Dejours (1988) inicialmente se debruça sobre o que chamou de psicopatologia do trabalho, descrita como o estudo dos fenômenos psíquicos que acometem o profissional afetado pela organização do trabalho. A questão primordial é como ele se adapta e suporta as contrariedades que a atividade impõe ao seu psiquismo. Se o trabalho no sistema capitalista é adoecedor, o enigma desvia-se do adoecimento e recai sobre a saúde. O que faz com que alguns profissionais, apesar de tudo, não adoçam? Ou em último caso, demorem a adoecer. Dejours (1994), ao analisar as formas de organização do trabalho, observa que elas impedem o sujeito de manter seu funcionamento mental, obrigando-o a utilizar recursos que promovem a somatização.

Martins (2009) relata que a especificidade do sofrimento no trabalho não se revela diretamente, podendo ser captado por meio de processos defensivos, elaborados inconscientemente. No entanto, a vivência do sofrimento permanece singular embora as defesas possam se configurar de forma coletiva. Apoiada em Dejours, Martins (2009) descreve a saúde como um equilíbrio dinâmico instável entre sofrimento e as estratégias defensivas contra este. O sofrimento, por sua vez, é visto como uma vivência subjetiva intermediária entre a doença descompensada e o bem estar psíquico. A saúde é, então, fruto de uma luta constante, produto da dinâmica humana. Esta autora afirma ainda que a transformação do sofrimento em prazer, a conquista da identidade e a conquista da saúde dependem da qualidade da dinâmica do reconhecimento e das estratégias defensivas contra o sofrimento. Segundo ela, o trabalho funciona como mediador para a saúde, aumentando a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática. Isto quer dizer que o trabalho também pode ser mediador da desestabilização da saúde. Tal fato ocorre quando as condições de trabalho, as relações sociais e as escolhas gerenciais são rígidas, instaurando a repetição, a frustração, o tédio, o medo e a impotência. Quando os recursos defensivos falham ocorre o desequilíbrio psíquico. A impossibilidade de usar a inteligência e a criatividade no trabalho, o não

reconhecimento dos esforços e do custo para os trabalhadores do exercício da atividade impedem a transformação do sofrimento em prazer, e conduz ao adoecimento.

Vale ressaltar que na submissão do trabalhador à organização taylorista, ocorre o abandono da vida fantasmática do sujeito a fim de se adaptar ao ritmo da tarefa, moldando um sujeito/operário desafetado, que ao desenvolver um funcionamento psíquico operatório¹² abre espaço para as somatizações ou desenvolvimento de doenças psicossomáticas. McDougall (1991) define psicossomática como tudo o que atinge a saúde ou integridade física, quando os fatores psicológicos desempenham algum papel. Desta forma, tanto as doenças corporais quanto os acidentes podem ser psicossomáticos. O trabalhador é afetado pelas condições de trabalho, pressionado por elas sendo conduzido ao desequilíbrio psíquico, produzindo doenças. O trabalhador em funcionamento operatório tem prejudicada sua capacidade simbólica e a possibilidade de sublimação¹³ fica quase inexistente, acarretando prejuízos na vida do sujeito além do inevitável adoecimento.

Retomamos agora as considerações de Laurell e Noriega (1989) a respeito das duas categorias de análise do processo de trabalho, as cargas e o desgaste. As cargas se dividem em dois grupos: as que têm materialidade externa ao corpo do trabalhador, como as cargas físicas, químicas, biológicas e mecânicas, e aquelas que só adquirem materialidade na corporeidade humana, ou seja, as cargas fisiológicas e psíquicas. Os efeitos das cargas físicas são óbvios e repercutem diretamente em acidentes e desenvolvimento de problemas principalmente biológicos. As cargas fisiológicas se expressam nas condições de trabalho que submetem o trabalhador, a esforço repetitivo, posições inadequadas, posturas, etc. As cargas psíquicas se subdividem nas que provocam tensão prolongada ou sobrecarga psíquica - como atenção constante, ritmo acelerado, pressão por metas, supervisão constante, etc. A sobrecarga que subjulga a capacidade mental, leva a realização de atividades desprovidas de sentido, promove a desqualificação do

¹²Forma peculiar de organização mental que apresenta as seguintes características: dificuldade de fantasiar livremente, pobreza de associações subjetivas, dificuldade de estabelecer uma transferência, pobreza de investimentos libidinais e ausência de reações afetivas diante de perdas e outros acontecimentos traumáticos (Rocha, 1998, p. 104).

¹³ Processo postulado por Freud para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontram seu elemento propulsor na pulsão sexual que é derivada para um novo alvo não sexual, geralmente objetos socialmente valorizados (Laplanche & Pontalis, 1979).

trabalhador. As cargas atuam entre si no processo de trabalho e afetam o trabalhador, por isso é importante compreender seus impactos no processo saúde doença.

O desgaste é resultado de processos adaptativos que acometem o trabalhador, sendo entendido por Laurell e Noriega (1989, p. 115) "como a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica". O desgaste leva ao adoecimento, comprometendo a potencialidade psíquica e biológica. Sua expressão não se dá de forma direta e óbvia, daí a dificuldade em encontrar nexo causal entre adoecimento mental e trabalho, mas é percebido em seus efeitos, como: sinais e sintomas, estresse, relatos de adoecimento psicossomático, mal estar, desinteresse e outros sinais muitas vezes associados ao estresse e outras afecções.

Como já dito, e apoiado por Dejours (1992), podemos afirmar que a organização do trabalho é geradora de adoecimento, na medida em que o trabalhador é obrigado a executar uma tarefa sem envolvimento afetivo, aumentando assim seu esforço. O sofrimento patogênico surge quando todas as possibilidades de transformação das formas de organizar o trabalho já foram tentadas e só restaram as pressões rígidas, fixas e repetitivas levando a uma sensação geral de frustração e impotência. Até mesmo as formas de mobilização coletivas ficam diminuídas nestas condições, visto que o trabalhador não percebe que sua condição de sofrimento está ligada à injustiça social, não percebendo que haveria outra forma de existência com menos sofrimento. O individualismo leva a redução dos vínculos solidários entres os pares, prejudicando as possibilidades de resistência contra a banalização do mal estar no trabalho. Neste contexto, o trabalhador desamparado acaba por se responsabilizar por sua condição, potencializando o sofrimento (Silva & Claro, 2008).

2.4.2. SAÚDE MENTAL RELACIONADA AO TRABALHO

Seligmann-Silva (1986) analisa a relação entre trabalho e saúde mental evidenciado que, já nos anos 1980, os estudos sobre este tema começam a estruturar um novo campo de estudos interdisciplinares. Este campo é atualmente

chamado de Saúde Mental Relacionada ao Trabalho – SMRT (Seligmann-Silva, 2011). Esta autora descreve a saúde mental como:

processo onde as agressões dirigidas à mente pela vida laboral são confrontadas pelas fontes de vitalidade e saúde representadas pelas resistências de natureza múltipla, individuais e coletivas, que funcionam como preservadoras da identidade, dos valores e da dignidade dos trabalhadores (Seligmann-Silva, 1986, p. 59).

Segundo ela, este campo é essencialmente sociopolítico, porém moldado por forças econômicas, que por meio de estratégias organizacionais e tecnológicas utilizam o corpo e a mente do trabalhador como instrumentos de produção. O processo de trabalho emerge como categoria indispensável para discutir a questão da saúde já que “o processo de sufocamento da subjetividade do trabalhador caminha paralelamente à sofisticação do processo de trabalho” (Seligmann-Silva, 1986, p. 71). Conforme esta pesquisadora, os determinantes dos fenômenos relacionados ao campo da saúde mental e trabalho deverão atentar para diferentes territórios. São eles; internacional, nacional, as empresas, o microcosmo do local de trabalho e a individualidade (Seligmann-Silva, 2011). Cada um destes patamares envolve uma grande variedade de aspectos que caracteriza a singularidade e amplitude deste campo de investigação.

O campo da Saúde Mental relacionada ao trabalho, como campo de investigação e de práticas, tem acolhido diferentes correntes teórico-metodológicas, construindo diversos objetos de investigação. No que tange à saúde do trabalhador avanços aconteceram especialmente no que se refere à legislação, mas os estudos sobre esta temática ainda concentram em três referenciais fundamentais. Àqueles que se têm suas raízes na teoria do estresse; os voltados para a utilização do referencial psicanalítico e aqueles que se fundamentam no materialismo histórico e dialético e adotam o conceito de desgaste.

Conforme Seligmann-Silva (2011), o conceito de desgaste permite formular uma abordagem integradora. Aqui, desgaste é visto como “produto de uma correlação desigual de poderes impostos sobre o trabalho e sobre o trabalhador, acionando forças que incidem no processo biopsicossocial saúde-doença” (p. 135). Retoma-se aqui a formulação teórica de Laurell e Noriega (1989) na qual desgaste é entendido como a perda da capacidade corporal e psíquica. Em busca de especificar

a dimensão mental do desgaste, Seligmann-Silva (2011) propõe que determinações de ordem sociopolítica e econômica atuam na interseção entre processo de trabalho e processo saúde doença. A desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a eles vinculados configuram o desgaste nas situações de trabalho dominado. Segundo esta autora, o desgaste tende a ser mais grave em situações de maior vulnerabilidade humana, que será maior quanto maior for a precariedade das condições de vida, quanto maior for o desrespeito aos direitos humanos e à cidadania. A desregulamentação, as constantes pressões por desempenho do aluno, a perda de controle sobre a atividade, a intensificação e aumento das horas em exercício da função são elementos do desgaste do trabalho docente.

O modelo centrado no desgaste mental permite compreender as interações entre os fatores ambientais e psicossociais, o mundo subjetivo e a identidade e as diferentes esferas da vida social onde existem relações de poder. O estudo do desgaste mental revelará o modo como ele foi construído com a participação do trabalhador pelo entrecruzamento de determinações sociais originadas em diferentes instancias (Albert, 1993 conforme citado por Seligmann-Silva, 2011).

Seligmann-Silva (2011) apresenta três níveis de caracterização do desgaste mental relacionado ao trabalho. O primeiro se refere aos quadros clínicos que correspondem ao desgaste literal, o desgaste orgânico. Este desgaste não é objeto desta investigação porque se refere aos danos causados por situações que atingem o substrato orgânico da mente. Pode acontecer tanto em situações de acidentes quanto na exposição de substâncias tóxicas. A este tipo de risco os docentes não estão expostos, salvo exceções. O mesmo não se pode dizer do desgaste funcional e da subjetividade.

O segundo nível de caracterização do desgaste, se refere às variações do mal estar, a fadiga mental e física. As duas fadigas são indissociáveis apesar de isto muitas vezes não ficar claro nos manuais médicos. Ela é marcada não apenas pelo cansaço, mas também, por distúrbios do sono, irritabilidade, desânimo, perda de apetite e dores generalizadas. Este cansaço contém o sofrimento mental que afeta o humor e a sociabilidade. O estresse é um elemento importante para entender o desgaste em face da submissão real do trabalho ao capital (Laurell & Márquez, 1983 conforme citado por Seligmann-Silva, 2011). O repouso é sentido como insuficiente

para repor o desgaste resultante das tarefas laborais e as manifestações do cansaço são sinais inegáveis da intensificação do trabalho..

E o terceiro nível se refere aos desgastes que afetam a subjetividade, atingindo a identidade do trabalhador por meio do ataque à dignidade e ou a corrosão dos valores e caráter.

Para abordar o desgaste da subjetividade é importante esclarecer o conceito de subjetividade, aqui tomada como a síntese singular e individual que cada sujeito constrói conforme se desenvolve e vivencia as experiências da vida social e cultural. É o modo de ser, sentir, pensar e fantasiar de cada um. Ela é construída aos poucos na apropriação do mundo. Criando e transformando o mundo, o homem constrói e transforma a si próprio (Bock, Furtado & Teixeira, 2002). Esta concepção, associada à noção de identidade em processo de Berger e Luckmann (1987) é utilizada por Seligmann-Silva (2011) para dar conta da construção singular da identidade humana, mediada pelas experiências. Mostrando afinidade com a teoria freudiana, estes autores afirmam que “a formação do eu deve ser compreendida em relação com o contínuo desenvolvimento orgânico e com o processo social, no qual o ambiente natural e o ambiente humano são mediatizados pelos outros significativos” (Berger & Luckmann, 1987, p. 73). Se a saúde é contextualizada como processo social, a saúde do trabalhador pode ser considerada como um dos efeitos dos modos de produção da subjetividade contemporânea.

Seligmann-Silva (2011) utiliza a expressão corrosão do caráter de Sennet (2002) para descrever a possível deformação como marca do consumo que corrói a identidade ao atingir valores e crenças, ferindo a dignidade e esperança humanas. Posição semelhante apresentam Navarro e Padilha (2007, p. 19) que afirmam:

a flexibilização trazida pela reestruturação produtiva – que exige trabalhadores ágeis, abertos a mudanças a curto prazo, que assumam riscos continuamente e que dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais – não causa apenas sobrecarga de trabalho para os que sobreviveram ao enxugamento dos cargos, mas acarreta grande impacto para a vida pessoal e familiar de todos os trabalhadores; sejam eles empregados ou desempregados

Esta corrosão atingiria não só o psiquismo, mas também o corpo do trabalhador, materializada nos fenômenos psicossomáticos. Desta forma, para estas autoras, os conceitos de identidade em processo, economia psicossomática e corrosão do caráter, são fundamentais para entender o desgaste pelo trabalho.

A integração da perspectiva teórica que diz respeito ao conceito de identidade em processo e o estudo da economia psicossomática oferecem os fundamentos necessários para o campo de estudos da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho. A ideia do desgaste permite entender como os processos coletivos e os psicossomáticos (individuais) interagem e se integram em um único processo altamente complexo.

2.5. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE/SUBJETIVIDADE E A ECONOMIA PSICOSSOMÁTICA

S. Freud (1930/2010) explica que o ser humano, em seu processo de desenvolvimento, gradativamente irá distinguir seu EU do mundo exterior a partir de estímulos variados, deixando claro que ele não existe desde o início da vida, mas se constitui na relação do sujeito com o mundo. Ele afirma que o humano é regido pelo princípio do prazer, que comanda o psiquismo desde o início, no entanto, seus desígnios conflitam com o mundo externo. Ele é irrealizável. Desta forma, as possibilidades de felicidade são limitadas pela nossa constituição psíquica. Estamos destinados a lutar constantemente contra o sofrimento, seja o do próprio corpo que precisa da dor e do medo como sinal de alarme, o sofrimento em relação às forças externas que podem se abater sobre o sujeito e o sofrimento inerente às relações com outros seres humanos. Sob a pressão da infelicidade, não é de se espantar que o ser humano ao transformar o princípio do prazer em princípio da realidade se sinta feliz em evitar a infelicidade e resistir ao sofrimento. “A satisfação ilimitada de todas as necessidades se destaca como a forma mais atraente de conduzir a vida, mas isso significa antepor o gozo à cautela” (S. Freud, 1930/2010, p. 64).

Os métodos de evitar o desprazer são a meta predominante e se distinguem conforme a fonte de desprazer. Uma possibilidade seria a evitação do contato humano, a solidão, caso se queira resolver esta tarefa por si mesmo. Mas há um caminho melhor, na condição de membro da comunidade humana, atacar a natureza e submetê-la à sua vontade com a ajuda da técnica guiada pela ciência. “Assim se trabalha com todos para a felicidade de todos” (S. Freud, 1930/2010, p. 65). Desta forma, S. Freud introduz o trabalho como forma de satisfação substitutiva, como

meio de canalização da vida pulsional. O trabalho aparece como engate do sujeito no circuito social, o que o torna uma das peças fundamentais na questão da identidade e na manutenção da civilização.

Segundo S. Freud (1930/2010), existem outras possibilidades de evitar o desprazer, desde o uso de substâncias químicas até o controle sobre os próprios impulsos. Neste último tipo de defesa, busca-se dominar as fontes internas das necessidades. São as estratégias de relaxamento e meditação que permitem controlar não só os impulsos inaceitáveis pela cultura, como também as outras possibilidades, encontra-se a felicidade pela quietude. Outra possibilidade de defesa contra o sofrimento refere-se ao deslocamento libidinal permitido pelo aparelho psíquico. A tarefa é deslocar de tal forma as metas dos impulsos que elas não possam ser atingidas pela frustração do mundo exterior. A sublimação dos impulsos é a estratégia que possibilita isso. Ela é alcançada quando se consegue elevar de modo satisfatório o ganho de prazer obtido de fontes de trabalho psíquico e intelectual.

Desse modo, o destino pouco pode fazer contra nós. Satisfações tais como a alegria do artista ao criar, em dar corpo aos produtos de sua fantasia, ou a do pesquisador na solução de problemas e na descoberta da verdade, possuem uma qualidade especial que um dia com certeza seremos capazes de caracterizar metapsicologicamente (S. Freud, 1930/2010, p. 69).

Este trecho possibilita articular o trabalho como possibilidade de sublimação e consequentemente, prazer. Mas, logo adiante em seu texto S. Freud considera que este método não é universalmente aplicável ou acessível a todos os seres humanos, ele pressupõe disposições e aptidões especiais e mesmo a estes poucos, ela (sublimação) não oferece proteção completa contra o sofrimento, costuma fracassar quando o próprio corpo se torna a fonte do sofrimento. E em nota de rodapé:

Nenhuma outra técnica de condução da vida ata o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a insistência do trabalho, que ao menos o inclui com segurança numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade de deslocar uma quantidade considerável de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos e mesmo eróticos para o trabalho profissional e para as relações humanas ligadas a ele, confere-lhe um valor que não fica atrás da sua indispensabilidade para sustentar a justificar a existência em sociedade (S. Freud, 1930/2010, p. 70).

Desta forma, S. Freud mostra o trabalho como elemento construtor da identidade, e também como possibilidade de satisfação e porque não de saúde. Segundo ele, a atividade profissional quando é escolhida livremente permite a sublimação, no entanto, apenas quem recorre ao trabalho como caminho para felicidade, não trabalha sob coação, pode utilizar este recurso. Este texto foi escrito no início do século XX e mostra-se cada vez mais atual quando consideramos as novas formas de organização e a precarização do trabalho. Sublimação nas condições às quais o capitalismo submete o trabalhador se aproxima de uma utopia.

Mais de um século após S. Freud, Dejours (2007) oferece novos subsídios para compreender o sofrimento contemporâneo, em especial aquele que surge do trabalho. Para este autor, para avançar no estudo das patologias ligadas ao trabalho é necessário teorizar as relações entre subjetividade e trabalho. E aqui o trabalho é chamado por ele de trabalho vivo¹⁴ e isto implica no fato dele oferecer possibilidades de saúde e doença. Trabalhar é antes de tudo fazer a experiência do real, e este se revela àquele que trabalha por sua resistência ao domínio da atividade, quando o modo operatório não funciona convenientemente e o coloca diante do inesperado. “O trabalho sempre provoca incidentes, anomalias, panes, etc. que põem em cheque as previsões e as predições” (Dejours, 2007, p. 17). O real, segundo ele, se revela ao trabalhador por meio do modo afetivo do sofrimento. Ele se revela na passividade do sentir, experimentar que se impõe à subjetividade. Trabalhar supõe tolerar o sofrimento até que a via de superar o obstáculo tenha sido encontrada.

Nesta busca de transformação é a própria subjetividade que se transforma tornando-se mais competente e inteligente ao superar as dificuldades. “Neste sentido, trabalhar não é apenas produzir, implica necessariamente na transformação do eu” (Dejours, 2007, p. 18). Mas, se não há possibilidade de transformação, o fracasso potencializa o sofrimento e arrasta o sujeito para a depressão e eventualmente a doença.

Retomando S. Freud, se não é possível pelas condições do trabalho produzir a sublimação e assim evitar o crescimento do sofrimento, a via possível é a do adoecimento. Dejours (2007) vai descrever outros deslocamentos da libido que acontecem nas situações de trabalho. De acordo com ele, se o sofrimento não se faz acompanhar de descompensação psicopatológica, isto é, no adoecimento, é

¹⁴ Na teoria Marxiana, trabalho vivo é o que o homem pratica quando se envolve na transformação da natureza.

porque o sujeito conseguiu empregar defesas que possibilitaram controlá-lo. A sublimação é a única defesa considerada por S. Freud como saudável, mas na impossibilidade de utilizá-la, o psiquismo lança mão de outras defesas, as quais podem ser construídas e utilizadas coletivamente.

Ao se questionar sobre a aparente “normalidade” daqueles que sofrem pelo trabalho, Dejours (2007) postula que ela é o resultado da composição entre o sofrimento e a luta individual e coletiva contra o sofrimento. Desta forma, a normalidade não implica ausência de sofrimento, sendo proposto, por ele, o termo “normalidade sofredora”, obtida não pela aceitação passiva, mas pelo resultado da luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho. A análise das estratégias de defesa mostra como sua construção contribui para tornar aceitável o que não deveria ser. Sendo assim, mesmo que necessárias à proteção da saúde mental, as defesas podem também funcionar como armadilha que insensibiliza contra aquilo que faz sofrer. Retomando a questão da saúde, Arantes (1998) ressalta que o trabalho é fonte de vida e também poderosa fonte de adoecimento psicossomático e social e conclui que quer pela via da impossibilidade da escolha livre e prazerosa, quer pela impossibilidade da sublimação, o trabalho como atividade central na vida humana continua gerando impasses.

Como anteriormente abordado a respeito do papel da organização do trabalho no psiquismo do sujeito, o adoecimento psicossomático revela-se como uma via possível e talvez preferencial. Conforme Sato (1998), se os trabalhadores não têm controle ante os contextos de trabalho que causam sofrimento e incômodo sentidos como demasiados porque ultrapassam o limite subjetivo, eles serão então explicativos dos problemas de saúde mental e psicossomáticos. Ainda de acordo com esta autora, ainda que o jeito de ser de cada um influencie em quando e como o sujeito sente-se irritado, nervoso, cansado observa-se que o contexto de trabalho tem importância nodal para explicar o excesso de estimulações desprazerosas. Dejours (1988) postula que a organização do trabalho taylorista, com seu controle rígido favorece o desenvolvimento de características de personalidade próximas às neuroses de comportamento, remetendo ao modo operatório que levariam a comportamentos rígidos e estereotipados, dificultando e limitando o desenvolvimento de mecanismos de livre funcionamento mental, impedindo assim as fantasias e as representações. Abre-se o espaço para o aparecimento das afecções psicossomáticas em função do desequilíbrio psicossomático relacionado ao modo de

produção do trabalho (Faria, 1998). O psiquismo impedido de expressão, não encontra outra saída que seja saudável, o corpo se sacrifica, adoecendo e revelando a existência do sofrimento.

No auge do desenvolvimento do capitalismo, S. Freud (1930/2010) já anunciava esta situação ao afirmar que apesar da atividade profissional constituir-se em possível fonte de satisfação especial por meio da sublimação, as condições de trabalho em tempos de capitalismo conduzem a grande maioria das pessoas a trabalhar apenas sob pressão da necessidade, produzindo uma aversão ao trabalho que suscita problemas sociais e pessoais. O texto de Freud foi escrito no começo do século XX e as condições eram outras, não melhores, diferentes. A intensificação do trabalho adquiriu neste novo século formas mais sofisticadas e dissimuladas de exploração e por vezes oculta pelo discurso, o que do ponto de vista psicológico gera consequências menos visíveis e por isso mais difíceis de controle e diminuição e talvez mais perigosas para o trabalhador.

Ferraz (1998) aborda a relação entre sublimação e trabalho e a define, apoiado em S. Freud, como o deslocamento da energia psíquica/libidinal para objetivos socialmente “nobres”, como a solidariedade social, a construção do conhecimento e a busca do belo. Desta forma, podemos falar de sublimação quando a atividade humana desloca os impulsos destrutivos para uma ação construtiva.

Se o homem civilizado é obrigado a abrir mão da satisfação direta de uma parcela de sua energia libidinal, é necessário que ele encontre uma satisfação deslocada na atividade substitutiva. Se pensarmos então que o trabalho é, em quase todas as culturas, uma atividade central na organização social e econômica, imaginamos que ele deva fornecer ao homem a oportunidade de tal satisfação. Mas ocorre que, devido a uma série de distorções que vamos encontrar na relação do homem com seu trabalho, os canais que possibilitam a ocorrência da sublimação se acham, na maioria das vezes, total ou parcialmente bloqueados (Ferraz, 1998, pp. 165-166).

No sistema capitalista as possibilidades de sublimação estão impossibilitadas na maioria das organizações. O trabalho como potencial privilegiado de realização não pode ser realizado, seja por uma dificuldade individual seja pelas condições de trabalho. A ausência de sublimação e a alienação própria deste sistema explicam a insatisfação reinante no mundo do trabalho, que não permite ao homem desenvolver suas aptidões de forma plena. Outra questão importante, abordada por Ferraz (1998), é a positividade do trabalho no que se refere às possibilidades no campo das

relações humanas. O tempo vivido dentro do contexto do trabalho é na maioria dos casos maior do que o tempo passado com a família e amigos, tornando este local espaço privilegiado para estabelecer vínculos, o que ao mesmo tempo em que torna este ambiente mais suportável, poderia contribuir para o desenvolvimento pessoal. A relação do sujeito não é apenas com a tarefa, mas também com os outros. Mas as cobranças de produtividade e o incentivo à competitividade não facilitam esta situação.

Na busca por satisfação ou prazer no trabalho o reconhecimento tem papel importante. Dejours (1992) aponta que o reconhecimento está fundado em dois tipos de julgamento, o de utilidade e o estético. O julgamento de utilidade refere-se ao reconhecimento das contribuições pessoais (individuais e coletivas) na elaboração da organização do trabalho. Associa-se à qualidade do serviço, é efetuado pela hierarquia e pode ser representado por aumento salarial, promoções, prêmios. O julgamento estético refere-se ao trabalho bem executado. É o reconhecimento feito pelos pares, colegas de trabalho. Só tem sentido ao ser realizado por aqueles que conhecem as dificuldades da tarefa. Ser reconhecido pelos pares e a manutenção de vínculos solidários pode ser um recurso comum daqueles que trabalham com pessoas.

Ferraz (1998) mostra também que não são só as possibilidades de sublimação que estão impedidas nas condições de trabalho capitalistas, as possibilidades criativas também o são, o que conduz problemas na adaptação a estas mesmas condições. Por outro lado, quando há bloqueio da afetividade, o indivíduo pode se apegar à atividade como uma tábua de salvação, tornando-se um dependente dele. Vemos que o labor enquanto produtor de identidade dá ao homem a possibilidade de firmar-se no mundo, ou pressupõe isso. Mas as situações, as condições de trabalho, poucas vezes oferecem reais possibilidades para que isto ocorra. Usufruir do ofício como atividade criativa e realizadora pode ser colocado no campo das utopias?

Por enquanto, a realidade e as pesquisas mostram que a identidade em processo está demarcada pela experiência do trabalho ao longo da vida. Estas transformações podem ser positivas, enriquecendo a identidade, mas também podem ser negativas, refletindo em poucos recursos psíquicos da personalidade que equivaleria a ampliação de recursos afetivos no viver (Seligmann-Silva, 2011). A partir do ponto de vista de que a vida afetiva tem expressão somática, os processos

coletivos e os processos psicossomáticos interagem e se integram em um processo complexo e único, pode-se afirmar com Seligmann-Silva (2011), que as condições de trabalho no sistema capitalista conduzem ao desgaste da identidade que atinge a personalidade e a vida mental e conseqüentemente a economia psicossomática. A estabilidade desta economia é fundamental para preservação da saúde, mas pode ser rompida pela experiência social (trabalho), quer de forma traumática, quer de modo cumulativo ao longo do tempo. Deste rompimento, traumático ou não, originam os processos de desequilíbrio que se manifestam em nível mental e corporal.

Dejours (1988) explica que as situações reais, de riscos concretos para os indivíduos levam a manifestações de angústia, sofrimento e medo de origem não intrapsíquica e são enfrentadas pelos trabalhadores com processos vitais, ideológicos e culturais de negação do risco vivenciado. Para este autor, no trabalho, tanto os mecanismos que oferecem riscos quanto os mecanismos de enfrentamento são coletivos. Frequentemente, estes mecanismos podem leva-los a exagerar no enfrentamento e torná-los prisioneiros. Eles colaboram para a alienação, porque não são percebidos e nem conscientes.

A flexibilização do trabalho, que supostamente possibilitaria maior controle, autoregulação e criatividade dos trabalhadores, vem associada ao aumento sucessivo do não trabalho, o desemprego que é aceito em função da produtividade e da tecnologia, o que termina colaborando para a manutenção da alienação (Faria, 1998).

Como discutido no capítulo 1, evidenciam-se os efeitos das mudanças no mundo do trabalho, em especial a flexibilização e precarização banalizando os problemas de saúde e subordinando o homem ao capital. Como demonstrou Antunes (2012), os novos padrões de produtividade e novas formas de adequação da produção à lógica do mercado precarizam não só o trabalho, mas também o homem. Mesmo no mundo da tecnociência a produção de conhecimento tornou-se um elemento essencial da produção de bens e serviços exigindo dos trabalhadores a ampliação de seus saberes, tornando a força de trabalho cada vez mais inteligente mas isto não significou melhores condições, ao contrário. A lógica capitalista vai se apropriando de todos os setores da economia, inclusive a educação, agora transformada em mercadoria.

Em busca de uma suposta normalidade, ou adequação aos padrões, os sujeitos realizam uma luta incansável para reconquistar o que se perde, refazer o desfeito e reestabilizar o desestabilizado (Brandão Júnior, 2000). Assim sendo, a normalidade¹⁵ é frequentemente conquistada a custo de certas patologias crônicas, especialmente patologias somáticas, para onde submerge uma parte do sofrimento que não consegue encontrar soluções que passem pela transformação da situação concreta de maneira a adequá-las às necessidades e aos desejos do sujeito. A ‘normalidade’ aparece nas dores de estômago, refluxo, gastrite, dores de cabeça banalizadas pelos profissionais. No contexto da relação saúde-trabalho, em especial com a precarização da força de trabalho e das relações, a insatisfação em relação ao conteúdo significativo da tarefa em uma organização de trabalho rígida e imposta, pode engendrar um sofrimento cujo ponto de impacto é antes de tudo mental. O sofrimento mental resultante da frustração em relação ao conteúdo significativo da tarefa, pode igualmente levar a somatizações. Sem encontrar uma saída saudável, o trabalhador se defende como pode, desenvolve defesas coletivas, adoece. O trabalhador proativo, multitarefa frequentemente destacado pelo sistema capitalista como aquele que tem mais chances de sucesso é aquele que para atender às demandas do mercado é alienado por ele e é violentado e precarizado pelas condições às quais é obrigado a se submeter.

¹⁵ Vale ressaltar que normalidade aqui é a perspectiva do senso comum que assinala o homem normal como aquele adaptado às condições adversas e às ideologias dominantes.

MÉTODO

Esta pesquisa está ancorada no referencial teórico metodológico do materialismo histórico dialético. Desta forma, todo o processo de investigação está vinculado a uma concepção de realidade e de mundo e todas as escolhas estão relacionadas ao ele. O método possibilita captar as forças determinantes em sua totalidade, desvelando a realidade, apreendendo o real a partir de suas contradições, buscando as categorias mediadoras que possibilitam a apreensão da totalidade (Frigotto, 1991).

O método dialético propõe como categoria permanente de análise a contradição, a historicidade, a totalidade e a mediação. Desta forma acredita-se ser impraticável a neutralidade nas ações cotidianas e no conhecimento científico. A perspectiva dialética presente no pensamento de Marx representa a busca pela superação da dicotomia sujeito-objeto. Neste sentido, superar essa dicotomia é alcançar o entendimento de como o ser humano se relaciona com as coisas, com a natureza, com a vida (Pires, 1997).

Conforme Lukács (1979) ao optar pelo materialismo histórico é preciso ter em mente que a história não é construída de maneira linear, ao contrário disso, ela constitui-se de múltiplos fatos essencialmente dinâmicos e conectados que compõe a história da humanidade. Isto posto, o fundamental é a compreensão dos acontecimentos a partir da história, buscando alcançar sua verdadeira essência e não simplesmente descrevê-los.

Os autores da psicodinâmica do trabalho foram interlocutores teóricos que possibilitaram compreender a singularidade da relação do sujeito com seu labor, e a luta constante pela manutenção do equilíbrio psíquico. Desta forma buscou-se romper com o modelo biomédico, evidenciando a utilização das estratégias defensivas para suportar o sofrimento no trabalho bem como suas falhas desencadeando adoecimentos psicossomáticos.

O modelo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho proposto por Seligmann-Silva (2011) possibilitou unir os fundamentos do materialismo histórico e dialético, da psicodinâmica e a teoria psicanalítica para compreender o complexo fenômeno do adoecimento mental pelo trabalho.

Visando conhecer a produção científica nacional e internacional que abordasse o trabalho e a saúde de docentes do ensino superior privado, foi realizado um levantamento bibliográfico da literatura a respeito da temática. Desta forma, optou-se pelos autores clássicos dentro da área da saúde do trabalhador e por outras teses recentemente publicadas que tinham o mesmo objeto de estudo.

O foco desta pesquisa foram os professores que trabalham em Instituições de Ensino Superior Privado, buscando analisar a relação trabalho e saúde destes profissionais. O principal critério para definição dos entrevistados foi atuação a pelo menos cinco anos neste tipo de ensino. Como a pesquisadora faz parte do universo investigado, o acesso aos possíveis entrevistados se deu a partir de seu círculo de convivência. Em seguida, os professores indicavam outra pessoa para fazer parte da investigação. A primeira providência foi fazer os contatos fora do ambiente de trabalho e descaracterizar qualquer sinal de identificação. O recorte estabelecido se deu pela cidade escolhida, visto ser uma cidade polo na região neste tipo de ensino, representado o microcosmo desta atividade profissional.

As entrevistas, agendadas e realizadas em local definido pelo entrevistado, tiveram duração em média de noventa minutos e foram norteadas por um roteiro delimitado pelos objetivos da investigação. Tomou-se o cuidado de não limitar o depoimento por perguntas fechadas, permitindo mais liberdade para os entrevistados, como preconiza a entrevista semi estruturada. O eixo norteador está registrado como apêndice. (Apêndice A).

Como pontua Minayo (2004), este tipo de entrevista caracteriza-se por um roteiro de perguntas elaboradas de acordo com os objetivos da investigação e que possibilita que o entrevistado discorra sobre o tema abordado sem condições pré-fixadas pelo pesquisador. Esta técnica também permite o aprofundamento nos temas, visto que possibilita estabelecer uma relação entre o pesquisador e o entrevistado por meio de um diálogo dinâmico composto por interações e trocas, e de onde poderão aflorar os sentidos e significados do tema investigado (Maykut & Morehouse, 1994).

A investigação exige do pesquisador abertura, flexibilidade, observação. Conforme Minayo (1996), o que torna a entrevista um instrumento privilegiado de coleta de informações é o fato de a fala ser reveladora tanto dos aspectos pessoais quanto aqueles determinados pelas condições históricas, socioeconômicas e culturais.

Optou-se pela transcrição literal das falas dos entrevistados com objetivo de obter a expressão exata e garantir a manutenção do sentido das mesmas. Na apresentação dos resultados, os vícios de linguagem foram corrigidos apenas o necessário para preservar a elegância da escrita e evitar redundâncias.

Foram entrevistados cinco professores. O número de entrevistas se definiu durante a investigação, ao se constatar que as informações se repetiam. Trata-se de uma pesquisa com delineamento qualitativo como descrito por Minayo (2004), uma abordagem aplicada à complexidade e subjetividade das narrativas das experiências humanas, relacionada diretamente às interpretações que o homem faz, pensa, sente e como vive os processos sociais. Este tipo de estudo permite durante a investigação, a construção de novos conceitos e categorias bem como a revisão e criação de abordagens e novas hipóteses sendo portanto, uma forma única e fundamental de produção de conhecimento.

Os dados demográficos foram registrados, tanto os pessoais, (nome fictício, idade, sexo, estado civil, renda), como informações profissionais (formação profissional, titulação, instituição(ões) em que leciona e onde já trabalhou).

Foram tomados os cuidados éticos preconizados pela norma 196/13 em vigor na época da coleta dos dados (dezembro de 2012 e janeiro de 2013) como mostra o Apêndice B.

A análise dos depoimentos transcritos tomou por base os pressupostos teóricos discutidos por esta pesquisa. A leitura detalhada da transcrição de cada entrevista permitiu compreender os discursos em sua totalidade e perceber núcleos de sentido que dali emergiam e que se repetiam, desvelando informações que, associadas às teorias, permitiram compreender melhor o fenômeno estudado.

Para preservar a identidade, os entrevistados são identificados por pseudônimos que fazem referência a escritores brasileiros, conforme o quadro a seguir. (n=5)

Quadro 1- Caracterização dos dados sóciodemográficos e de contrato de trabalho

Entrevistados	Adélia	Clarice	Fernando	Cecília	Cora
Sexo/estado civil	F/Casada	F/Casada	M/Casado	F/Casada	F/Casada
Formação	História	Psicologia	Economia	Psicologia	História
Filhos	2	1	2	0	2
Idade	39	40	39	32	44
Titulação	Mestre	Mestre	Mestre	Mestre	Mestre

Contrato de trabalho/carga horária	Horista/ 20 horas	Horista/30 horas	40 horas	Horista/24 horas	Horista/32 horas
Tempo de docência	10 anos	12 anos	11 anos	8 anos	15 anos
Faixa salarial	7-8 salários ¹⁶	7-8 salários	Acima de 9 salários	7-8 salários	7-8 salários
Renda familiar	Acima de 9 salários	Acima de 9 salários	Acima de 9 salários	Acima de 9 salários	Acima de 9 salários
Dupla jornada	Sim 10 horas ¹⁷	Não	Não - Doutorado	Sim 15 horas	Sim 10 horas

Todos os entrevistados na época da entrevista eram casados, com filhos e uma gestante, com idade variando entre 32 e 44 anos. Em relação à pós graduação, todos tinham mestrado, sendo que um cursava o doutorado. Apenas um era contratado em regime de 40 horas, os demais eram horistas. A carga horária contratada em vigência oscilava de 20 a 32 horas semanais. Em relação à experiência profissional tinham em média 11,2 anos de tempo na docência. A renda salarial situava na faixa de sete a nove salários mínimos, com exceção do contratado por 40 horas que ultrapassava nove salários. A renda familiar com exceção daquele com contrato de 40 horas era composta pela renda do cônjuge e outro trabalho. Dois deles exerciam outra atividade remunerada. Uma exercia uma função não remunerada em uma ONG (Organização não Governamental). Em relação a estes dados vale destacar que com exceção do professor 40 horas, a carga horária dos docentes estava totalmente concentrada em sala de aula, sem horas de preparação ou atendimento ao aluno ou pesquisa e extensão.

¹⁶ Refere-se a salário mínimo no valor R\$ 622,00 em vigência em janeiro de 2012.

¹⁷ Horas semanais em outra atividade laboral.

4. O TRABALHO E A SAÚDE DOS DOCENTES

“Aprendi com a primavera a deixar-me cortar e voltar sempre inteira”.(Cecília Meireles)

Para apresentação dos resultados desta investigação, foram estabelecidas categorias de análise, relacionadas aos objetivos da pesquisa, que serão apresentadas em tópicos a seguir. As categorias remetem ao ofício, expectativas, condições de trabalho, precarização, mecanismos de defesa e adoecimento pelo trabalho. Os depoimentos dos entrevistados serão utilizados para sustentar a discussão.

O primeiro tema a ser discutido refere-se às representações simbólicas do trabalho docente e os efeitos da precarização sobre as condições e como isto tem sido vivido pelos profissionais. O primeiro tópico discorre sobre o ofício da docência visando desvelar no discurso dos professores as marcas dos recursos ideológicos que caracterizam esta atividade como missão, sacerdócio.

Também é abordada a intensificação do trabalho, a desregulamentação e as pressões vivenciadas no dia a dia profissional caracterizando o trabalho real além daquele prescrito na profissão. E por último, a desilusão profissional consequência da perda de sentido do labor.

Na segunda parte dos resultados busca-se articular a relação trabalho e saúde descrevendo o desgaste vivido por estes profissionais no exercício da função. Inicia-se pela descrição de como eles percebem a própria saúde e mostrando como o adoecimento psicossomático é uma via privilegiada de descarga do sofrimento não manifesto pelo docente. Também são destacados os mecanismos de enfrentamento utilizados pelos professores para lidar com o mal estar e a pressão na atividade laboral.

E por fim, discute-se o mal estar na atividade docente e os mecanismos de enfrentamento utilizados por eles.

4.1. O TRABALHO COMO IDENTIDADE E A DESILUSÃO PROFISSIONAL

O OFÍCIO, A IDEALIZAÇÃO E A ALIENAÇÃO

A etimologia da palavra ofício provém do latim “*opficium*”, que no nosso idioma significa realizar um trabalho, ou realizar uma obra. É utilizado para referir-se a qualquer tipo de trabalho profissional. Desta forma, este termo foi escolhido para destacar a importância simbólica do trabalho e especial do trabalho docente, evidenciando a forma pela qual cada entrevistado percebe e dá sentido ao exercício de sua atividade profissional. Destacam-se as representações simbólicas desta profissão, já que se considera este elemento primordial para compreender a forma como ele é executado, visto que pode tornar vulnerável o profissional às pressões que são exercidas para sua efetivação. Desta forma, o termo ofício aqui se aproxima de artífice como desenvolvido por Sennet (2009). Segundo este autor, o carpinteiro, o técnico em laboratório ou o maestro são artífices porque se dedicam à arte pela arte. Apesar de a atividade ter um caráter prático, seu fazer não é apenas um meio para atingir um fim. Sendo assim, o artífice representa a condição humana do engajamento. Não se refere apenas à experiência prática, mas também às recompensas emocionais oferecidas pela habilidade na execução de seu ofício. Consequentemente, as pessoas produzem um bem, executam um trabalho e também podem orgulhar-se dele. No caso da profissão docente parece ser fundamental refletir a respeito destes significados visto que a identificação com a atividade pode ser um dos elementos que vulnerabilizam estes profissionais

O trabalho é atividade vital e apesar de ter perdido seu sentido na sociedade capitalista, tornando-se alienado, estranhado, fetichizado (Antunes, 2012), ele ainda é constituinte da identidade do trabalhador. Este talvez seja o cerne dos problemas relativos aos efeitos do trabalho na atualidade. Destituídos da possibilidade de realizar seu ofício como atividade vital, livre e com sentido, o trabalhador/docente vê-se preso numa rede de representações simbólicas que o ata a tarefas desgastantes, intensificadas, muitas vezes degradantes. A profissão docente carrega marcas em sua história que desqualifica seu ofício, associa a sacerdócio, missão, vocação distante do trabalho explorado, o que potencializa as chances de alienação.

O ensino, especialmente o superior, é visto pelos docentes entrevistados nesta pesquisa como uma tarefa importante, com alto valor simbólico. Por outro lado, em seus relatos apareceu também um desencanto em relação a esta atividade. Foram comuns referências sobre dilemas e frustrações.

Acho que foi um caminho muito bom, apesar dos dilemas que a gente enfrenta, eu acho que (a escolha da profissão) foi uma tomada de decisão muito importante, muito significativa para o meu desenvolvimento profissional. (...) eu gosto muito da sala de aula, eu gosto muito do trabalho direto com o aluno, assim, por mais que eu tenha muitas dificuldades (...) cada aula pra mim é uma realização. É uma coisa engraçada que acontece (...) expectativa? Não, eu era mais encantada. (Depoimento da Adélia).

Se de um lado a profissão perde seu encanto, de outro guarda elementos de idealização. A profissão de educador desde os tempos primitivos esteve a cargo de sábios, sacerdotes, profetas e monges e em muitos momentos da história do homem esteve direcionada apenas àqueles considerados de castas superiores com pouca preocupação em educar os pobres, operários ou mulheres. Deste modo, carrega em seu ideal simbólico um alto valor subjetivo. Freitas (2006) afirma que a profissão de professor se desenvolve na atualidade diretamente com o advento do capitalismo, que pela sua natureza de exploração levou à organização dos trabalhadores, construindo sindicatos e organizando-se profissionalmente. Esta autora também aponta que as raízes desta profissão estão no surgimento dos sofistas e sua pedagogia embasada na transmissão dos saberes pela oratória, destacando que o mestre/professor transmite seus conhecimentos para o aprendiz, numa relação hierárquica e desigual¹⁸.

Destacamos este aspecto porque oferece elementos para as concepções de idealização da profissão docente. Este modelo do mestre que guia seu discípulo vai se manter na história da educação e na própria institucionalização da mesma. Conforme Freitas (2006), na Modernidade, o professor irá usufruir de um processo de valorização e reconhecimento visto que passa a ocupar um lugar de reprodutor

¹⁸ Este modelo educacional é criticado por Paulo Freire (1983) na Pedagogia do Oprimido e chamado de educação bancária.

da ideologia vigente na escola. O processo educativo centrado na transmissão da informação traz por consequência imbuir na figura do professor a responsabilidade pelo conhecimento, o mestre que sistematiza e escolhe os conteúdos, que sabe o que é importante ou não para o desenvolvimento do aluno aprendiz. Temos aqui o professor como elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Neste mesmo período da história (Modernidade), a categoria profissional começa a se organizar, numa tentativa de evitar serem meros reprodutores da ideologia dominante. Este processo promoveu um debate entre diferentes correntes ideológicas, a tradicional cujo foco era a instrução e a socialista que se contrapõe ao positivismo e propõe uma pedagogia que busque desenvolver uma mentalidade igualitária. Este debate foi importante para as conquistas trabalhistas e reconhecimento da profissão, especialmente no âmbito público.

No entanto, na atualidade, a desregulamentação, provocada pelos efeitos do neoliberalismo e globalização, promove perdas e intensificação das atividades. Isto quer dizer que as funções docentes carregam a marca de seu passado e agregaram novas e mais intensas obrigações para serem executadas em função dos novos papéis atribuídos ao professor.

Os relatos sobre a escolha profissional exprimem isto:

O que eu esperava como professora, eu acho que atingi muito rápido. A minha expectativa era virar professora, mas primeiro trabalhar num curso técnico, ou então conseguir aulas esporádicas, uma ou outra aula. Quando eu comecei a dar aula. (...) Eu comecei no ensino superior logo de cara. Nossa! Eu acho que sou muito pequenininha pra dar aula no ensino superior. Comecei a dar aula no ensino superior, já logo de cara com três matérias (...) Então assim, depois que eu comecei a trabalhar na graduação, atingiu minhas expectativas, foi aquilo que eu queria, assim eu me encontrei. Nossa foi muito bom! (Depoimento da Cecília).

Eu acho que se eu tivesse feito, realizado outro trabalho eu não estaria tão satisfeito. Claro é cansativo, eu acho que o meu ciclo na instituição já está acabando (Depoimento do Fernando).

Os professores exprimem a ambivalência e as contradições presentes no fazer profissional quando abordados a respeito da escolha da docência como

profissão. Apesar de algumas profissões se associarem diretamente à educação, como as licenciaturas, apenas duas entrevistadas tiveram esta formação. Ao serem questionados sobre a escolha profissional, os entrevistados relataram ter sido uma escolha “natural”. Todos trabalharam como educadores antes mesmo de concluir a graduação, sejam em atividades formais, sejam em atividades informais como aulas de reforço escolar. O “natural” deste processo parece se relacionar ao prazer que sentiam no ato de educar que, aliado aos objetivos profissionais transformaram a profissão de educador em projeto de vida. Como os depoimentos ilustram:

Eu fiz magistério, eu trabalhava na educação infantil, fiz história, e assim que eu terminei a graduação, eu comecei no ensino superior (...) Nunca me vi fazendo outra coisa, eu nunca tive vontade de falar: vou sair da educação (Depoimento da Clarice).

Então assim, depois que eu comecei a trabalhar na graduação, atingiu minhas expectativas, foi aquilo que eu queria, assim eu me encontrei. Nossa foi muito bom! (Depoimento do Fernando).

Foi numa aula de história, o professor, do segundo grau. Me apaixonei pela aula de história, falei, vou ser professora de história. E aí comecei a dar aula, em 1992, em cursinho, e depois já diretamente na universidade em 1998, em faculdade particular. Me formei em 1992 e já comecei a dar aula. Em seguida, em 1998, comecei na faculdade. Depois de 1992 eu fui fazer o mestrado na USP e quando eu voltei, comecei a dar aula na faculdade. (Depoimento da Cora)

quero continuar a ser professora! Eu não sei por quanto tempo, talvez mais 10 anos? Não sei. Eu acho que a carreira do docente é muito curta mesmo, porque ela é muito intensa mesmo, a gente vive muita coisa, em um curto período de tempo. (Depoimento da Adélia)

A busca da pós graduação imediatamente após a graduação é um indicativo da opção primeira pela docência, visto que apenas uma das entrevistadas fez mestrado alguns anos após a graduação. A escolha pela docência se solidifica nesta busca, já que a qualificação não se dá apenas pela busca de conhecimento, mas

também de luta pelo mercado de trabalho. Tal fato nos dá indícios dos significados da docência para os entrevistados.

Estudos anteriores, como o de Monteiro, Gasperina e Quadros (2012) em parceria com o Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS), mostraram que o comprometimento com o trabalho é um elemento constante na fala dos profissionais. Se por um lado, este é um elemento positivo da profissão, por outro lado, é também fator de vulnerabilidade, já que este comprometimento facilita as práticas intensificadoras como o trabalho não pago e a constante disposição para a atividade. Esta condição já foi teorizada como presenteísmo. Sob a égide do discurso do comprometimento, muitos profissionais evitam ausenta-se do trabalho, dissimulando e ocultando sintomas de adoecimento.

“Muitos assalariados, mesmo adoecidos, não revelam seus sintomas no trabalho nem procuram benefícios pelo medo de perder o emprego ao terminar o período de afastamento. Aliados a esse temor, às vezes fortes mecanismos de negação psicológica dos sintomas fazem com que nem os próprios assalariados reconheçam os agravos sofridos por sua saúde” (Franco, Druck, & Seligmann-Silva, 2010,p. 241).

Tal situação, também potencializa os riscos de agravamento do adoecimento e aumenta o uso de mecanismos de defesa para minimizar as frustrações nas situações de precariedade. Perez (2012) encontrou resultados parecidos em investigação com a mesma categoria, mostrando que os docentes apresentaram problemas na saúde física, com sinais psicossomáticos, incluindo estresse, cansaço constante, ansiedade, esgotamento.

Um trabalho dotado de sentido precisa ser executado com liberdade autonomia. Isto não ocorre com os entrevistados, como mostra o relato:

Só que a gente não pode mudar isso, a gente já recebe tudo pronto, é um pacote que vem tudo pronto, porque a rede é muito grande e temos que nos adaptar. (Depoimento da Adélia)

As exigências gerenciais de controle sobre o trabalho docente transforma o projeto pedagógico em máquinas de ensinar, substitui o trabalho vivo docente por trabalho morto, descaracterizando-o, substituindo a relação presencial pela mera

transmissão mediada por suportes tecnológicos. Ocorre a mutilação da atividade ao retirar-lhe a dimensão criadora e transformadora em nome de aulas padronizadas.

Como alternativa contra a atual situação de trabalho, aparece nos depoimentos uma idealização da docência em instituições públicas, acreditando que ali haveriam melhores condições.

Pra eu sair tem que ser pra algo melhor. Acredito por exemplo que o ensino superior na federal seja melhor, né. Pela carga horária, pela forma como você trata, dá a disciplina, você administra as aulas. Tem me motivado mais. Então muito mais pelo que os outros amigos que estão na federal hoje me falam. Eu sei também porque eu já dei aula aqui na federal. Como eu já fui substituto, a gente sabe que a autonomia é diferente. A quantidade de horas aulas que você dá, o desgaste que você tem é menor (Depoimento do Fernando).

Esta expectativa por um lado é fantasiosa, como mostraram os estudos de Silva Júnior e Sguissardi (2001) entre outros, já que também os docentes das universidades públicas estão submetidos a condições opressoras de trabalho e também sujeitos aos processos de mercantilização do ensino. Por outro lado é pertinente o desejo de mudar o vínculo de trabalho, visto que algumas condições nestas instituições são marcadamente diferentes, como a estabilidade.

É fato que as condições de trabalho estão precarizadas em todas as categorias profissionais, mas não há comparação entre as condições possibilitadas pelo serviço público e aquelas impostas às instituições privadas, especialmente no que se refere às condições concretas para o exercício profissional. Para exemplificar basta comparar as horas em sala de aula. No ensino superior privado, os professores precisam de mais horas aulas para compor o salário, quem depende da atividade para a sobrevivência irá aceitar cada vez mais disciplinas e trabalhar mais de 20 horas em sala de aula.

Contreras (2002) ao discutir a perda da autonomia dos professores afirma que o ensino não se define apenas de modo descritivo, pelo que ocorre na prática real em sala de aula, ele também se define por suas aspirações, embora não se reduza a elas. Identificar a docência apenas a partir destas últimas leva a perda do sentido das condições reais de sua prática e acabam por encobrir posicionamentos

ideológicos que ocultam a realidade concreta. Este autor também nos dá elementos para discutir aqui o componente ético do trabalho docente, a responsabilidade e o compromisso com os quais se sentem vinculados na realização de seu trabalho, fato que contribui para a valorização ou desvalorização simbólica desta atividade. Dentre os aspectos que incomodam porque denunciam a perda de sentido do trabalho docente, está a mercantilização do ensino.

Educação não é um produto, que você compra e recebe imediatamente, é alguma coisa a longo prazo. Mas, não é essa cultura, mas não é esse o pensamento das pessoas que tem chegado. Eles acham que podem realmente comprar alguma coisa, pagar as prestações e que no final, ele vai ter um título, e que vai ser tão bom quanto, qualquer outro que fez esforço. (Depoimento da Adélia)

Quando eu comecei a dar aula eu percebia mais uma relação de respeito, o aluno te respeitava. Independente da idade tinha muito aquilo do respeito, sabe? O aluno te respeitava, hoje em dia não, parece que ele não te respeita tanto (Depoimento da Cecília).

Ao se perceber como vendedor de uma mercadoria, o docente se sente desqualificado. Sua atividade passa a ser mera aplicação técnica, reprodutora do sistema. O ensino como trabalho vincula “o docente a uma responsabilidade e a um compromisso com o valor e o sentido de seu próprio trabalho” (Contreras, 2002, p. 44). Este posicionamento ético traz consequências importantes para a intensificação do trabalho, visto que o professor incorpora ao ato de ensinar seus compromissos com significados específicos. A intensificação ocorre quando há uma sobrecarga considerada inevitável no cumprimento das supostas obrigações e compromissos do docente. Esta questão será retomada adiante.

S. Freud (1929/1937) escreveu, em 1925, que educar, assim como governar e tratar/psicanalizar, é impossível. Ele acrescenta, em 1937, que nessas três tarefas impossíveis “podemos de saída estar certos de um êxito insuficiente”. Do ponto de vista psicanalítico, o homem necessita de outro humano que o introduza na civilização para ser humanizado. A civilização não está dada e é preciso ser construída nesta relação (pais/filho) para conter os impulsos primitivos e construir modos de viver solidários e civilizados. É comum confundir a tarefa do educador

formador com a educação tarefa dos pais na humanização de seu filho. No entanto, algo de selvagem sempre permanecerá no inconsciente. Este é o risco e a única possibilidade de manter e sustentar a convivência entre as pessoas, visto que se cada um seguisse seus reais impulsos primitivos dificilmente a humanidade sobreviveria. A impossibilidade de controlar a pulsão que governa o ser humano é o que explica parte da frustração presente na condição de educador. Algo sempre permanecerá fundamentalmente ineducável.

Percebe-se que o fracasso da tarefa está determinado tanto do ponto de vista simbólico, como do ponto de vista concreto visto que na contemporaneidade o ofício de educador tem perdido seu status simbólico. Pereira (2008) argumenta que a pedagogia induz a um *narcisismo professoral*, que reduz o professor a um ideal de si ou modelo para o outro, e se sustenta numa relação desigual com o aluno. Concretiza-se o par mestre/escravo criticada pelas teorias modernas, mas repetidas quando se observa a situação mais atentamente. Responsabilizar a educação formal e consequentemente o professor pelo fracasso da humanidade é discurso recorrente no senso comum e na mídia. Alegar que a educação é a salvação de todas as mazelas humanas faz parte desta construção ideológica. A fetichização da educação serve a propósitos mercadológicos e a desqualifica. Conforme Dos Santos (2012) a escola “fracassada” é produzida para que sua solução – a mercantilização – seja alcançada. Segundo esta autora, a ação pedagógica é reduzida à produção da mercadoria força de trabalho. Esta ideologia produtivista confina o processo ensino aprendizagem aos limites tecnocráticos da pedagogia dos resultados. “Impõe-se vigilância sobre o trabalho docente, descaracterizando-o e reduzindo-o à dimensão de execução distanciada da concepção” (Santos, 2012, p. 19).

O depoimento de Clarice ilustra esta condição alienante;

Eu falo que a saída ainda é a educação. Eu falo que eu sou utópica. Eu ainda acredito na educação. A única saída é o conhecimento, é promover essa reflexão, é tirar dessa zona de conforto. Fazer, despertar. Olha gente acorda! Lá no seu trabalho ninguém é bonzinho, eles estão te motivando como? Por que? (Depoimento da Clarice)

O docente incomodado com o processo de desqualificação profissional e identificado com a ideologia da educação como missão, toma para si a responsabilidade de dar um sentido ao seu trabalho. De outro lado, a mercantilização frustra e aumenta o desencanto com a profissão.

Ah eu acho precário. Por exemplo, eu acho que em termos de salário, de incentivo, de valorização, eu não vejo que tenha, enquanto carreira, incentivo de carreira, então eu vejo uma precariedade, e uma outra coisa que eu acho que gera instabilidade, que a gente nunca sabe exatamente como vai ser no outro semestre, então pra mim, uma das coisas piores é a ansiedade, que eu nunca sei exatamente se eu vou perder aula, se eu vou manter, então nesse tempo todo que eu tô é sempre essa coisa. (Depoimento da Adélia)

Vê-se que a desilusão com a profissão se contrapõe ao esforço em preservar suas características positivas. Dejours e Abdoucheli (1994) mostram que o risco de alienação é maior quando a defesa é um objetivo em si. O sofrimento vem do enfraquecimento da defesa visto que fracassam as tentativas de preservar a positividade da atividade laboral. Este não reconhecimento torna-se ideologia.

Isso é tão paradoxo! Porquê que eu te falo isso? Porque eu vivo em uma ambivalência muito grande, ao mesmo tempo que me sinto muito realizada num dia, em outro eu me sinto um nada. Então eu não sei te falar dessa frequência, precisar isso pra mim é impossível nesse momento. Estou em uma fase assim...vivendo essa desilusão, que eu também não acho que seja uma coisa ruim. Mas eu estou nesse movimento, então tem dias que sou muito surpreendida, fico muito realizada, assim, fico feliz. Eu acho que eu atendi alguma coisa. Eu vou mudando estratégias (Depoimento da Adélia).

Me dá prazer a produção e a socialização do conhecimento. É, eu acho extremamente prazeroso quando eu explico alguma coisa e vejo que faz

sentido e tem significado pra quem tá junto. Então assim, eu gosto disso e o produzir conhecimento mesmo (Depoimento da Cora).

Percebe-se a produção ideológica que sustenta a função do professor. O sentimento de frustração acompanha o profissional durante todo o tempo de seu fazer e os depoimentos mostram a luta pela preservação do que é considerado especial em sua atividade, o que lhe dá sentido. Nesta luta, a alienação se intensifica porque acaba sendo também um recurso que preserva este sentido ilusório do trabalho, por mais contraditório que possa parecer. A alienação possibilita ignorar o mal estar. Os depoimentos ilustram:

Aumentou o número de alunos, as horas extras. Então o professor hoje está em uma situação crítica. E você pode ver que os cursos de docência, os alunos de licenciatura, não tá tendo aluno. Ninguém quer ser professor. Todo mundo sabe que a educação é a saída. Acho que é justamente por isso que não investe nela, né? (Depoimento da Clarice)

Te dá frustração, você estuda, você publica, você tem conhecimento, investimento de tempo, de dedicação, e esse teu trabalho intelectual não tem valor! E os alunos ainda perguntam se você trabalha ou se você só dá aula? Porque a própria visão dos alunos com o professor é, nossa! Que se você for só professor, coitado! Já é a ideia do coitado (Depoimento da Cecília).

Pra eles não tem uma noção certa do que é uma docência e do que é administrativo. Então tem que tá separado isso aí, né. Então se eu escolhi a função administrativa, eu tenho horário pra cumprir, eu tenho o meu horário. Professor é diferente, então são profissões diferentes (...) Prazer mesmo é muito mais saber que o aluno está aprendendo o conteúdo que eu estou ministrando. Que a aula foi bem dada. E quando você percebe que o final da aula, aquele tanto de alunos tá ali ainda, segurando. (Depoimento do Fernando)

Os depoimentos mostram que há uma produção discursiva ideológica a respeito da educação e do ato de lecionar que resguarda suas representações transformadoras e produz no profissional sentimento de intensa frustração. Nota-se a tentativa de sustentar a profissão como artífice, buscando formas de preservá-la e assim garantir a possibilidade de manter-se identificado com ela.

CONDIÇÕES DE TRABALHO, FLEXIBILIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO

Na atualidade, o trabalho docente, assim como todas as demais categorias sofre um processo de intensificação e precarização, que é produzido por altas jornadas, sobrecargas de tarefas, metas, etc. Os vínculos trabalhistas são precários e os baixos salários moldam este quadro. Estudos recentes atentam para a situação de trabalho na educação e confirmam que as condições são precárias, tanto no ensino superior privado quanto público (Ferreira & Mendes, 2003; Lemos, 2005; Paparelli, 2009; Stobäus, Mosquera, & Santos, 2007)

O trabalho docente não se limita ao ato de lecionar, implica também em muitas horas de preparação e outras tantas para correção e lançamento de notas. Enquanto atividade, ela não se restringe às horas utilizadas na execução do trabalho, mas também a outras horas, que não são computadas como atividade laboral, que acontecem nos finais de semana, feriados, domingos e madrugadas. O uso das tecnologias foi incorporado ao fazer docente e a princípio pode representar uma facilidade para organizar e apresentar conteúdo, de outro lado permite que o profissional gaste muito mais horas disponíveis para exercer outras atividades e permaneça sempre online, disponível seja para o aluno ou para a instituição. É mais uma forma de controle sobre o professor.

Teoricamente, o que a instituição de ensino deve prover para a execução das atividades? Sala de aula adequada, equipamentos tecnológicos em funcionamento, lousa e pincel. O professor deverá elaborar o plano de ensino de sua disciplina e o planejamento da mesma para cada semestre letivo. As bibliografias devem ser atualizadas todo semestre para garantir o uso de material atual e disponível na biblioteca da faculdade. Nem sempre o material atual está disponível para ser

usado, o que gera um dilema que o docente deverá resolver. Os textos que serão utilizados devem ser disponibilizados para os alunos virtualmente, em portal acadêmico e/ou em reprografia. Este material deverá estar pronto e disponível na primeira semana de aula, para alunos e instituição. As atividades presenciais e virtuais deverão ser postadas no portal acadêmico para que todos tenham acesso. As aulas poderão ser expositivas ou não, mas o agravante é que dificilmente o aluno lê o texto antecipadamente. O diário geralmente é eletrônico e às vezes eletrônico e de papel. O conteúdo deve ser lançado e as presenças também, semanalmente. As atividades avaliativas devem ser elaboradas com antecedência para que o sistema da faculdade as imprima para serem aplicadas.

tem o controle, mas todas as provas bimestrais passam pela avaliação do NAE {Núcleo de Apoio ao Educador}, que é o núcleo pedagógico. Então eles fazem uma correção básica ali, muito mais pra saber se estão dentro do perfil da instituição. Então pra saber se elas estão contextualizadas (...) Tenho que elaborar a prova uma semana antes, encaminhar para o setor e avaliar se está adequada. Voltam por algum erro de digitação, formatação. Assim, são poucas coisas que são corrigidas no meu caso. (Depoimento do Fernando)

Algumas instituições avaliam as provas elaboradas pelo professor para ver a adequação ao projeto pedagógico da mesma, o que contribui para grande perda de autonomia. Também é esperado que o professor participe de eventos da instituição, geralmente atividades promocionais visando angariar novos alunos, isto fora de seu horário de aulas. Reuniões mensais com coordenação também são comuns para discutir o andamento do curso e as intercorrências com alunos. Observa-se a diferença entre o trabalho prescrito e o real. Segundo Dejours (2004, p. 28), trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o real. “Ora, o que é preciso fazer para preencher esta lacuna não tem como ser previsto antecipadamente. O caminho a ser percorrido entre o prescrito e o real deve ser, a cada momento, inventado ou descoberto pelo sujeito que trabalha”.

O que chama a atenção é como o professor percebe as condições em que exerce seu trabalho. Existe a percepção de que as condições não são boas, mas

elas são referidas e aceitas como naturais neste tipo de instituição. O próprio profissional tenta eliminar os problemas, inclusive adquirindo equipamentos para facilitar a execução da atividade com recursos próprios; tais como projetor multimídia e microfone. Perez (2012) aponta a auto-responsabilização como uma estratégia defensiva utilizada por docentes para buscar soluções para problemas que dizem respeito à organização do trabalho. Para evitar o sofrimento, eles buscam saídas pessoais, incluindo a compra de equipamentos.

Tem o mínimo necessário, mas como é o mínimo necessário, não dá pra atender todos os professores. Então boa parte dos professores já adquiriu o seu projetor. Se brincar quase todo mundo ali já tem um, a instituição não precisa mais comprar, então é um investimento que ela não precisa mais fazer (Depoimento do Fernando).

eu tenho tesão em dar aula, ainda. Só que as condições de trabalho não são muito boas. E também por conta da questão salarial. As salas são muitos cheias, eu dou aula em sala com ar-condicionado, não tem nem janela (Depoimento da Cora).

Observa-se que as precárias condições de trabalho são banalizadas e naturalizadas pelos profissionais que tomam para si a responsabilidade de resolver os problemas que surgem e assim executar sua atividade de forma satisfatória. O processo de auto alienação se faz presente e é parte do sistema que oculta suas contradições. Como considera C. Antunes (2012), o trabalho ao mesmo tempo em que é ato fundante do ser humano, também é em suas manifestações concretas aquilo que assegura a continuidade do processo de humanização. Desta forma, mesmo a categoria trabalho, só pode se materializar a partir de laços materiais concretos, históricos.

A rotina dos entrevistados é repleta de atividades, com raras pausas e pouco tempo livre. As atividades são ligadas à docência e também a outros compromissos, além das exigências familiares, cuidados com a rotina da casa e dos filhos.

Esse semestre depois de muitos anos eu tô com uma folga na segunda. De terça a sexta a noite eu estou na faculdade, e duas manhãs eu estou

no consultório, e outras duas tardes eu fico no consultório também, então alterna assim (Depoimento da Adélia).

Acho que é uma estratégia equilibrista mesmo, assim... não sei se eu coordeno tudo, às vezes eu acho que dou conta, outras vezes nem tanto (Depoimento da Clarice).

A gente vai vivendo a medida do possível sempre, eu acho que o critério hoje, que eu tenho feito com a minha vida, é o que tem de prioridade. Então tem semana que a demanda do trabalho na faculdade é grande, algumas coisas ficam pra trás e em outros aparecem, mas algumas coisas no consultório que eu tenho que fazer, aparece mais paciente aí eu to lá, a medida que as coisas vão surgindo eu estou fazendo. Não estou conseguindo ter um planejamento, uma organização, como eu idealizei não (Depoimento da Adélia).

Observe que as entrevistadas não questionam o excesso de atividades, mas sim sua suposta dificuldade em planejar, em ter mais tempo para planejar as tarefas. A alienação se apresenta ao ignorar os problemas advindos das condições de trabalho e se auto responsabilizar. Trabalhar em três turnos não é percebido como problema.

Eu não tenho um horário fixo durante o dia, manhã e tarde. Mas a noite eu tenho a sala de aula, que é das 19 horas as 22:35 horas. A moda agora é disciplina à distância, né? Então você sempre tem que estar lá, acompanhando as atividades, respondendo aos alunos, as dúvidas dos alunos, preparando o material, atualizando esse material, todos os dias você tem que acessar, e ver se tem dúvidas, o que precisa, se os alunos estão desenvolvendo as atividades (Depoimento da Clarice).

Meu contrato de trabalho é de 40hs, dou aula, oriento trabalho, pesquisa, TCC, tenho atividades administrativas, como coordenador adjunto. Tenho cinco disciplinas, uma faixa de 160 alunos mais ou menos, por aí. Trabalho em média umas 10 horas em casa (Depoimento do Fernando).

O dia mais light na minha visão, é na terça-feira. Apesar que eu dou aula de manhã. Eu dou aula das 8 às 11:30 horas, mas na terça-feira eu atendo no consultório das 15 às 18 horas. Aí eu vou pra faculdade e fico lá das 19 às 20:30 horas e vou embora, é um dia light (Depoimento da Cecilia).

O relato de Cecília impressiona por ser considerado light um dia com 9 horas trabalhadas. A legislação trabalhista no Brasil regulamentou a carga horária de 8 horas diárias¹⁹, sendo considerado irregular o trabalho fora desta regra. Apesar de as atividades da entrevistada não serem apenas na docência, ainda assim é trabalho. Mas existem os que atuam mais de 40 horas aula por semana.

Esse semestre estou contratada por 32 horas, mas o ano passado eram 52 horas por semana. Fora especialização, aos sábados. Quando há especialização no sábado, são mais 8 horas, 60 horas por semana. Mas atualmente são apenas 32. Fora os filhos pequenos. A gente usa bastante a voz. (Depoimento da Cora)

Ressalte-se que as 32 horas relatadas por Cora são em sala de aula, trabalho prescrito. O trabalho real, que envolve todas as outras tarefas inerentes à docência fica fora deste cálculo, e é interessante destacar que foi apenas ao serem questionados sobre as horas de preparação e o trabalho feito em casa, que os professores pararam para pensar no tempo gasto fora da sala de aula para exercer seu ofício. Outro fator a ser destacado é flexibilização e a desregulamentação dos direitos permitindo o descumprimento da legislação. Trabalhar além das horas permitidas pela legislação é possível ao professor horista que se vincula a diferentes instituições de ensino e acaba se responsabilizando pela intensificação. Uma falsa liberdade que favorece aos interesses das metas empresariais e submete o profissional a condições degradantes.

Todos descreveram uma rotina intensa, sem demonstrar preocupação com a falta de tempo para lazer e as demais atividades do viver. Os malabarismos realizados para adaptar a vida à jornada de trabalho são sinalizados como naturais nesta condição de vida e trabalho. Se não há um segundo emprego, há a pós

¹⁹ Artigo 320 da Consolidação das Leis Trabalhistas.

graduação como outra atividade a ser realizada. Seja como professor ou como discente acumulam-se com as tarefas de casa ou as rotinas familiares. Percebe-se no discurso a consciência da sobrecarga e ao mesmo tempo sua naturalização. O excesso de atividades e compromissos são encarados como inerentes às atividades. É interessante observar, a negação do desgaste e sofrimento pelo excesso de tarefas. A intensificação começa a ser delineada nos relatos e, ao mesmo tempo aparecem sinais de alienação em relação às condições vividas, travestida de um discurso de conformidade a esta situação.

A flexibilidade de horários pode parecer vantajosa para a tarefa de equilibrista do tempo, mas resulta em desgaste e frustração. A carga horária diária gira em torno de 13-14 horas de trabalho e 9 horas em dia leve, como afirmou uma das entrevistadas. Esta flexibilidade permite acumular mais tarefas e culmina em jornada semanal de mais de 50 horas. A intensificação do trabalho se materializa no relato das atividades nos finais de semana e após as 23 horas. E apesar de toda pressão nota-se que há uma responsabilização pessoal pelo fracasso no cumprimento de todas as atividades e a uma suposta desorganização. Dejours (1994) define o sofrimento como o espaço de luta entre o campo do bem estar e a doença mental, desta forma, quanto maior o esforço maior o sofrimento. O discurso da flexibilização tem papel importante no aumento da fadiga e tensão ligadas ao esforço de adaptação às mudanças organizacionais.

Dal Rosso (2008) retoma Marx no conceito de trabalho para definir que a intensidade tem a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar, isto é, quantidade de energia realizada pelo trabalhador na atividade concreta. Conforme este autor, para falar de intensidade, precisamos partir da análise de quem trabalha. O processo de trabalho deve ser discutido em suas dimensões físicas, intelectuais e psíquicas. “A intensidade tem a ver tão somente com o sujeito do trabalho, com o trabalhador individualizado ou com o coletivo dos trabalhadores” (Dal Rosso, 2008, p. 20). Há intensificação do trabalho quando o trabalhador gasta mais energia para o exercício de suas atividades tendo como resultado, no caso dos educadores, na melhora da qualidade/quantidade de seu fazer mais do que na quantidade de pessoas atendidas. Isto quer dizer que, para realizar seu trabalho com a qualidade que gostaria, o docente precisa intensificar suas atividades, visto que não lhes são dadas as condições concretas necessárias para fazê-lo. São as atividades em finais de semana, nas madrugadas, as horas roubadas do lazer que são utilizadas para

buscar materiais atuais, preparar atividades, corrigir trabalhos. Pensar que o trabalho docente é apenas intelectual é ignorar a quantidade de tarefas rotineiras que este profissional precisa executar, que demanda além do esforço físico de ficar horas em pé na sala de aula, são outras horas sentado preparando aula e cumprindo tarefas obrigatórias para o exercício da função.

Dal Rosso (2006) afirma que a intensificação do trabalho material atinge obviamente o físico do trabalhador, já nas atividades imateriais, os problemas de saúde ficam centrados nos aspectos cognitivos, emocionais e relacionais da pessoa do trabalhador e o grupo ao qual pertence. Fica evidente nos depoimentos dos professores o processo de intensificação;

As atividades são, fazer a preparação de aula, fazer o plano de ensino no início do ano, montar o cronograma de aula, preparar as aulas semanais, ministrar essas aulas. Fazer as orientações nas disciplinas de pesquisas, por exemplo, fazer as orientações na faculdade, dos alunos que estão desenvolvendo os projetos de pesquisas. Mas também desenvolver as orientações por e-mail, caso eles tenham alguma dúvida. Lançar notas, corrigir prova, lançar frequência, eu tenho muitos alunos no dia a dia, então eu pra facilitar, eu faço lista de presença. Pra depois eu saber quem é que foi, quem não foi, pra ter isso registrado. Lançar nota, corrigir as provas (...) eu sempre tenho que fazer serviço em casa. Sempre tenho que fazer. (...) Então tem dia que eu fico de 23 horas, que é a hora que eu chego e como alguma coisa, e fico de 23 horas até 1 hora da manhã organizando, não é sempre (...) eu acabo preparando as aulas no domingo. No domingo eu me organizo e preparar e pensar o que eu vou trabalhar em todas as aulas da semana (Depoimento da Cecília).

Vou fazer as contas de quantas disciplinas eu dou. Deixa eu só fazer as contas. Porque agora diminuiu do ano passado pra esse, então eu acho que tá menos um pouco. Mas eu dou, sociologia, antropologia, ciência política, filosofia, teoria política, teoria política moderna e contemporânea, política externa brasileira, sociologia jurídica, antropologia cultural, agora são só oito (Depoimento da Cora).

O depoimento de Cora chama a atenção para uma característica específica do trabalho docente no ensino superior privado que é a supervalorização da flexibilidade materializada na multitarefa. A entrevistada listou dez disciplinas diferentes com as quais trabalha, destacando que no momento são “só” oito. É desejável que o professor contratado seja capaz de ministrar o maior número de disciplinas diferentes possível, tanto para o docente que terá mais campo de atuação e para a instituição que terá profissionais dois em um, ou dez em um. A flexibilidade afeta valores essenciais da ética individual, atingindo até o caráter e o aparelho mental, desconsiderando as especificidades e oficializando o embuste do profissional multitarefa.

A banalização da intensificação também fica destacada nos relatos, não são só as horas extra classe que não são computadas diretamente, mesmo as atividades cotidianas não são pensadas ou refletidas, numa provável tentativa inconsciente de não entrar em contato com o mal estar que seria gerado na constatação das precárias condições de vida e trabalho. A entrevistada continua falando sobre o número de alunos que tem;

O número de alunos varia muito, porque eu dou bastante disciplinas que são dos primeiros períodos. Então às vezes eu tenho salas que, por exemplo, esse semestre eu tenho uma turma do curso de direito que tem 105 alunos. Ah, eu devo ter uns 1000 alunos por semestre. Mais ou menos, preciso fazer essa conta, essa é uma pergunta importante. Mas da última vez que eu fiz, era mais ou menos uns 1000 por semana (Depoimento de Cora).

Para resolver esta equação de oito disciplinas e 1000 alunos, ela conta como faz para exercer sua atividade. A linha de produção taylorista parece ser reatualizada, descaracterizando a atividade educacional e se adaptando ao modo de produção capitalista. A estratégia parece garantir a sobrevivência profissional, mas não o bem estar.

É, tem tudo pronto. Às vezes eu atualizo texto, no final do semestre, uma ou outra metodologia. Mas. eu dou umas 15 matérias diferentes, então já tem que tá na cabeça, porque se você for preparar...Não tenho horário para preparação, não recebo extra classe. Por isso que eu não peço

atividade escrita também não, se não, não dá pra corrigir. Só faço avaliação oral e tudo nota individual. E tudo na hora. Tem que matar a cobra e mostrar o pau (Depoimento de Cora).

A submissão a condições aviltantes faz com que Cora estabeleça um modo de executar seu trabalho que atende às necessidades da instituição, muitos alunos em sala para diminuir custos. Como ela alega não receber extra classe para cumprir tarefas de correção, ela desenvolveu a estratégia de realizar avaliações exclusivamente orais em sala de aula. Turmas com maior número de alunos atende ao modelo de gestão financeiro das IES com foco no lucro e minimização de perdas. Importa que o docente seja capaz de lidar com estas situações, mesmo que o prejuízo seja a qualidade do ensino. Descaracteriza-se o projeto de ensino superior com atividades realizadas de forma superficial e artificial. Assim o professor compactua com a desqualificação de sua atividade, padronizando suas aulas e limitando sua prática profissional. O custo é a perda de sentido no trabalho, perda da identidade profissional comprometendo a função da educação na formação humana.

O depoimento dos entrevistados evidencia que na execução das tarefas cotidianas, o professor se propõe a atender a demanda do trabalho, criando estratégias que possibilitem exercer atividades impossíveis de serem realizadas da forma tradicional. De 'equilibristas' a 'malabaristas', os docentes parecem mágicos no picadeiro que se transforma a sala de aula. A alienação aqui se faz presente de forma maciça. Mancebo e Silva Júnior (2012) destacam que, embora a exploração do trabalho e a alienação do homem tenha sido regra geral ao longo do modo de produção capitalista, verificam-se diferentes formas de regulação do trabalho e transformações político-econômicas impondo novas formas de controle e poder, garantindo a sustentabilidade do capital. Assim são possibilitadas formas de alienação e estranhamento mais sutis e muito eficazes na desconstrução dos direitos e também no mascaramento das mesmas, tornando os profissionais mais vulneráveis especialmente à alienação.

O professor ao se submeter à precarização e flexibilização, aumenta sua carga horária, intensificando suas atividades, não mais diferenciando seu tempo de lazer a seu tempo de trabalho, é aprisionado em sua subjetividade pelo capital. Freitas (2013) chama de subjetividade forjada a identificação de professores com a instituição e a adesão ao produtivismo e à racionalidade instrumental. A

vulnerabilidade, consequência da instabilidade e da produção de sentido da profissão de educador, é uma das causas da submissão do profissional ao sistema, e sua alienação. Aqui podemos pensar nesta alienação como uma estratégia de sobrevivência psíquica. Manter-se crítico ao sistema produz mais mal estar porque a falta de crédito nos mecanismos de proteção e a ideia de que não há mais nada a se fazer gera constante frustração, a desistência é a alternativa escolhida ou possível para garantir um pouco mais de resistência. Há um sentimento de descrédito e desproteção em relação à ação do sindicato:

O sindicato mesmo não faz nada. E na verdade é o meu sentimento e o sentimento de todos os professores lá, né. Você sabe que o sindicato ele existe, sabe que você paga uma taxa ali, anual. Todo início do ano. Mas que o sindicato não te faz nada. O conselho (profissional) te auxilia mais do que o sindicato (Depoimento do Fernando).

A intensificação das atividades é justificada pelas necessidades financeiras:

Então, o problema é que eu queria diminuir mais a jornada de trabalho. Mas nós estamos com financiamento alto da casa. Não tem um armário na minha casa, eu vou fazer doutorado, e meus materiais estão encaixotados. Como eu organizo a minha cabeça? Aí fui fazer orçamento pra fazer armário, na hora que veio o orçamento vi que ele é 13 mil reais. Aí eu só olhei e fechei, e falei, o que fazer? Não tem. Porque eu já tô no cheque especial. O jeito é os dois trabalhando até morrer. Porque o R.(marido) também né, sai de casa 5:30 horas da manhã e chega as 21 horas e eu dou aula a partir das 7:10 horas da manhã e chego às 23. Então tá difícil (Depoimento da Cora).

A alternativa para minimizar o desgaste e a perda de autonomia continua passando pelo uso de recursos mais intensificadores, como buscar outra atividade profissional como complemento da atividade docente.

Eu acho que tem a questão financeira, que dá uma diferença boa de poder ganhar mais. Tenho um outro espaço de trabalho também, onde você tem uma autonomia. Você sai do espaço de empregada, eu acho também bom

isso o consultório. É um trabalho meu né, que propus que eu gerencio, enfim, então é bom ter os dois (Depoimento da Adélia).

Conforme Dal Rosso (2008) as competências exigidas pelo trabalho na educação privada correspondem às tecnologias modernas de gestão, a saber, polivalência e flexibilidade que são as características mais esperadas e exigidas destes profissionais. Em levantamento feito por este autor em Brasília, a rede de ensino privado é um dos poucos ramos de trabalho daquela cidade em que se verifica um prolongamento da jornada de trabalho, comparado com instituições financeiras e bancárias. Na presente pesquisa esta extensão também se evidencia. A contratação por hora permite que a carga horária se estenda até o limite material do número de horas de um mês ou semana, visto que dificilmente um professor irá recusar aumentar sua carga horária semanal já que este aumento da renda é sempre bem vindo. Mesmo que o preço sejam suas horas de lazer ou o tempo com a família. Vê-se que o professor é pago por produção, as horas lecionadas. Uma contradição aparece aqui, ao contrário dos profissionais registrados e contratados por 40 horas semanais, aqueles contratados por hora ficam a mercê do mercado. Esta 'flexibilidade' permite o acúmulo de horas sem a concreta avaliação do risco que se corre. As faculdades particulares, geralmente oferecem seus cursos nos períodos matutinos e noturno. Lecionar em apenas um turno significa ao docente receber por 20 horas aulas semanais em sala, o que compõe uma renda insuficiente para sustentar uma família. A possibilidade de trabalhar em dois turnos geralmente é muito desejada pelos professores para aumentar a renda e mecanismos de proteção sindical são sentidos como punitivos pelos profissionais. Por exemplo, é obrigatório um intervalo de 11 horas entre as jornadas noturna e diurna, conforme a legislação. Desta forma, o professor que trabalhou até as 22h:30m só poderá retomar a jornada no dia seguinte a partir das 9h:30m²⁰. Esta regra de proteção, ao ser aplicada em uma faculdade provocou insatisfação e frustração por parte dos docentes que teriam sua carga horária diminuída. Como disse Adélia:

²⁰ Art. 66 da CLT - Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso

Quem quer dormir 12 horas? O sindicato ao invés de nos ajudar nos atrapalha (Depoimento da Adélia).

Outro ponto que merece destaque se refere à desregulamentação e perda dos direitos trabalhistas e o descrédito em relação ao sindicato. No ano de 2012, o reajuste anual não foi aplicado por desacordo entre o sindicato dos professores e o patronal. Em novembro do mesmo ano, os professores ganharam na justiça o direito a reajuste de 6% que foi pago na folha de dezembro retroativo a fevereiro (SINPRO/MG)²¹. Este valor acaba se tornando insignificante e sobre ele incidem os descontos dos encargos sociais previstos na legislação trabalhista, tais como imposto de renda, tornando este ganho insuficiente para repor as perdas, visto que o trabalhador já pagou juros e se endividou para acompanhar os aumentos de preços.

A gente vê que a legislação não é respeitada. (...) Eu acredito que os sindicatos perderam representatividade e força. Muitos veem isso como alienação da classe. Mas eu vejo que é o mesmo que acontece com a política e outras áreas. As pessoas se sentem descrentes e preferem ignorar. Como historiadora não seria bom não ser sindicalizada e atuante. Mas quando você não acredita. (Depoimento da Clarice)

Seligmann-Silva (2013) aborda a anulação crescente do sujeito no trabalho, ativando o desgaste psíquico e psicossomático. Esta autora denuncia o retorno da servidão consentida e designada por pesquisadores da psicodinâmica do trabalho como servidão voluntária. Esta nova servidão reflete situações de opressão e renuncia a si mesmo, visto que a sensação do sujeito é de completa ausência de alternativa, culminando na submissão e conformismo.

o achatamento do salário é nítido, é só fazer conta. Então assim, quando eu comecei a dar aula em faculdade, eu consegui comprar apartamento. Tá certo que eu não tinha filhos, né, mas a gente via que era possível sobrar alguma coisa. Mas agora não, eu estou no cheque especial, constantemente, dando mais aulas do que eu já dei em outros tempos.

²¹ Convenção coletiva disponível em: <http://www.sinprominas.org.br/home/default.aspx>
Acesso em 10/09/2013

Então o achatamento ele é nítido, com relação ao extra classe também, não me foi tirado ainda na E. porque eu estou a dez anos, então eu tenho direito adquirido. Mas os meus colegas professores todos e os que tão chegando, são 10% com tendência pra acabar. A gente vê que a legislação não é respeitada, a legislação é pertinente, com relação a adicional noturno, por exemplo. (Depoimento da Cora)

Percebe-se que as condições de trabalho no ensino superior, ao atender à lógica de produção capitalista, ignora os riscos a que expõe os profissionais que ali atuam, exigindo deles flexibilização que ultrapassa os limites e se impõe no uso do tempo, no conhecimento e no corpo. De forma perversa, as instituições induzem à intensificação das atividades submetendo estes trabalhadores a uma condição de servidão alienada.

O CONTROLE SOBRE O TRABALHO

Nos relatos sobre o cotidiano do trabalho docente, foram frequentes depoimentos relativos a pressão exercida sobre eles, seja por parte dos alunos, seja por parte da direção das instituições de ensino. Esta pressão pode se originar do aluno 'cliente' que não tem formação adequada, não tem o hábito da leitura. Pode ser pelo tipo de contrato de trabalho, gerador de instabilidade, e pode ser originada pela instituição com a cobrança de prazos e metas. A pressão pode se configurar num tipo de assédio que se aproxima do chamado assédio moral²². Talvez seja exagero classificar as situações encontradas nesta pesquisa como assédio, mas sem dúvida podemos falar de relações que implicam em uma certa dose de violência. Relatos em que o profissional se sente acuado, ameaçado inclusive em sua integridade por alunos que não aceitam o resultado de avaliações ou mesmo reprovações por falta. A instabilidade do professor facilita que ele se sinta inseguro em relação à sua autoridade frente ao aluno.

²² O assédio moral caracteriza-se pela intencionalidade; consiste na constante e deliberada desqualificação da vítima, seguida de sua consequente fragilização, com o intuito de neutralizá-la em termos de poder (Heloani, 2004, p. 4).

Eu achei muito ruim, acho muito ruim quando acontece isso, sensação de impotência, desvalorização, de desqualificação, de desrespeito (Depoimento da Cecília).

Eu presenciei o aluno dizendo isso pro outro, ou seja, “a gente tem o professor que a gente quer!”. É o cliente, né? Ele não está em busca do conhecimento. Ele é o cliente. Então não dificulta as coisas porque eu te tiro. (...) Porque o aluno é visto como um cliente e o cliente sempre tem a razão. Então eu percebo isso na faculdade também. Como se fosse uma loja, você tem que vender o produto, e esse produto tem que agradar o aluno. Então você tem que fazer de tudo pra agradar, e ao mesmo tempo que você tem que agradar, você não pode desagradar. Isso é terrível (...) Faltam mais recursos, infraestrutura. Porque os alunos reclamam. Se você está na sala que não tem ar-condicionado eles reclamam, porque é típico de alunos de escola particular, achar estou pagando. Reclamam que tem que por um ar-condicionado, usar o data show, a sala de vídeo, não faz meio sentido a tecnologia também, mais recursos tecnológicos que eles não oferecem. É uma disparidade nesse sentido. Porque o ambiente é tecnológico, mas a sala de aula é com giz (Depoimento da Clarice).

Franco, Druck e Seligman-Silva (2010) referem-se à violência psicológica que pode acontecer nas situações laborais e ser geradoras de ansiedade produzindo descontrole emocional. Segundo estes autores, esta violência pode ser usada intencionalmente para obter a submissão às imposições ou provocar a demissão. Ela se caracteriza pela sutileza e se impõe de modo a disfarçar a dominação. Desta forma, o profissional tem medo de discordar. Os autores chamam de coação ao fingimento. “Todos precisam mostrar-se excelentes, energizados para cumprir as metas e, por conseguinte, fingir (até para si mesmos) que estas são sempre alcançáveis” (Franco, Druck & Seligman-Silva, 2010, p. 238). No depoimento de Clarice percebe-se o incômodo em justificar o injustificável, garantindo que o cliente permaneça satisfeito.

Outra queixa que se refere à desatenção, a má formação, o desrespeito por parte dos alunos. O professor inseguro de sua posição parece entender que é

responsabilidade dele oferecer conteúdo com atrativos e despertar no aluno o desejo de aprender. É clara a ideologia da “missão” do educador.

Mas eu sinto que os alunos, estão muito mais dispersos. Então aí o que acontece, você tem que dar uma aula show pra você tê-los com você (...) Então quais são os alunos que mobilizam, dão continuidade? São os que pensam diferente disso, mas são poucos mesmo, né? (...) A gente tem sido muito pressionado, semestre a semestre, a se adaptar ao uso, desse portal deles, só que é um sistema que não funciona, é um sistema ruim, mesmo os colegas que entendem mais essa parte, de tecnologia, de educação à distância, enfim, tem feito muitas críticas. Só que a gente não pode mudar isso, a gente já recebe tudo pronto, é um pacote que vem tudo pronto, porque a rede é muito grande e temos que nos adaptar. (Depoimento da Adélia).

Mesmo se queixando da educação ser tratada como mercadoria, o próprio docente acredita que precisa vender bem o “seu produto”. De um lado há o medo de perder o emprego, de outro há o sentido no trabalho, que ao ser incorporado às estratégias ideológicas do sistema responsabilizam o profissional pelo bom ou mal resultado do aluno e o aprisiona numa posição submissa e passiva. Dejours (1992) afirma que o medo nas relações de trabalho, independente de sua origem, destrói a saúde dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável.

A vulnerabilidade gerada pela contratação por horas deixa o profissional sem saber qual será sua renda no semestre seguinte, desta forma a precarização da renda é outra queixa porque leva ao aumento da jornada de trabalho e também à maior submissão.

Eu acho precário. Por exemplo, eu acho que em termos de salário, de incentivo, de valorização, eu não vejo que tenha. Enquanto carreira, incentivo de carreira, eu vejo uma precariedade, e uma outra coisa que eu acho que gera instabilidade, é que a gente nunca sabe exatamente como vai ser no outro semestre (Depoimento da Clarice).

Conforme Dejours (1992) são quatro as consequências do medo: a intensificação do trabalho e o incremento do sofrimento subjetivo, a neutralização da mobilização subjetiva, a estratégia coletiva do silêncio, cegueira e surdez e o individualismo. A instabilidade produz o medo do desemprego e ata o professor à situação vulnerável de emprego. Desta forma ele atende aos desígnios institucionais intensificando as atividades, se submetendo e negando o sofrimento desta condição.

Outro elemento que caracteriza a perda de controle sobre a atividade são as horas não pagas, as cobranças pelo cumprimento de prazos arbitrários que determinam datas para lançamento de planejamento em sistema virtual, incluindo as aulas dia a dia. O uso maciço dos recursos virtuais faz com que cada vez mais seja exigida a digitalização de todo material a ser utilizado em sala, textos, exercícios, vídeos e slides de aula. Este fato ao mesmo tempo em que exige mais tempo gasto em casa, também retira do professor o controle sobre seu material pessoal, passando a ser disponibilizado para toda a instituição já que é oferecido em rede. Além disso, os sistemas virtuais nem sempre funcionam, apresentam problemas e o trabalho precisa ser refeito diversas vezes.

Cobrado, a gente sempre é cobrado, todo início de semestre tem essa cobrança, que vem da direção, que repassa para coordenação, e aí a gente tá sempre sendo cobrado, prazos, exigências. Por exemplo, lançar as notas todas no portal, aí fica uma pressão, você tem uma data pra lançar. Por exemplo esse semestre: uma data última, quando a gente foi lançar, o sistema travou, deu muita raiva, depois ter que ficar correndo atrás, para disponibilizar aquele portal de novo para lançar as notas. Então tem uma cobrança, mas não tem um retorno da instituição (Depoimento da Adélia).

Outro aspecto da intensificação se refere ao uso das tecnologias. A cobrança pelo uso de tecnologias e sistemas virtuais de ensino apareceu nos depoimentos como fator de frustração e insatisfação. Existe a cobrança pelo uso dos sistemas operacionais das instituições, que em geral tem exigido a inclusão de todo material de aula de forma digitalizada. Mesmo textos de livros devem ser digitalizados para ser disponibilizados para os alunos on line. Ocorre que estes sistemas muitas vezes ficam inoperantes e dificultam seu uso, exigindo mais horas extra classe e

principalmente trabalho não pago. Destaca-se o trabalho intensificado e não pago. Em sistemas de disciplinas do ensino a distância e também presencial, o professor é monitorado assim como o aluno. Freitas (2006) investigou o processo saúde doença de docentes que atuam em ambiente virtual. O estudo revelou esgotamento emocional, desgaste, frustração e estresse. Os professores são autoexigentes e queixam de baixa auto estima. Também houveram relatos sobre este sistema de ensino:

as pessoas acham que porque é EAD, é muito fácil, aí porque é a distância. A única vantagem é que você organiza o seu tempo, você não tem que estar lá a disposição. Mas se perguntar se eu prefiro uma sala convencional ou à distância? Eu prefiro uma sala convencional. (Depoimento da Clarice).

Mesmo queixando do sistema e da frustração, o docente não parece notar que ao trabalhar em casa e no ambiente virtual ele fica muito mais a disposição do aluno e da instituição. Existe apenas a ilusão que caso queira ele poderá desligar o sistema. Os entrevistados de Freitas (2006) também relataram achar ter mais autonomia no ensino a distância. A perda da autonomia de seu fazer provoca insatisfação e frustração constante no professor e o sentimento de não reconhecimento, transformando seu ofício em atividade mecânica, sem reflexão e valor. Como mostra o relato de Cecília:

Tem que estar lá e cumprir a hora. Há um tempo atrás você tinha que bater o ponto eletrônico antes de começar e ao término da aula. Então eu acho que assim tinha um controle maior, agora esse ano isso foi abolido. Mas assim, você percebe que ainda há um controle, se o aluno chega e pergunta, pergunta pra coordenação ou pra alguém cadê você, você não tá na sala que você deveria estar, há uma cobrança. Onde você tá, o que você tá fazendo, o que aconteceu, mesmo que você esteja na faculdade, eu tenho que tá lá disponível dentro da sala. Então às vezes quando eu não estou na sala, ou vou fazer alguma atividade, ou os alunos combinaram alguma coisa, não vai ter aquele momento na sala de aula, eu deixo sempre um recado no quadro falando onde eu estou. (Depoimento da Cecília).

Também Clarice demonstra sua desilusão e frustração com a perda da autonomia. A psicodinâmica do trabalho nos ensina que o enigma da relação do sujeito com o trabalho está nos recursos que o trabalhador se utiliza para se livrar ou amenizar o sofrimento, já que este, no contexto capitalista, é inevitável. As estratégias de mobilização coletiva e as estratégias defensivas individuais e coletivas são utilizadas para transformar, neutralizar, amenizar ou esconder as adversidades e o sofrimento no trabalho (Ferreira, Araujo, Almeida, & Mendes, 2011). A perda da autonomia representa a perda de controle sobre a atividade e consequentemente perda do sentido do trabalho.

E sem contar que o diário não é mais do professor né? Porque eu sou da época que o diário era seu, ele era de papel, ele era arcaico, mas ele era seu. Você preenchia e no final do semestre você assinava e entregava, então você era responsável pelo conteúdo, pelas notas e tudo. Ou mesmo eletrônico, ele era seu, o semestre todo, no final ele tinha que tá prontinho, você imprimia, assinava e entregava. Hoje você não tem mais controle, chega na determinada data, fecha o sistema, e se você errou uma nota, só via protocolo, pra você solicitar pra corrigir. Se você lançou frequência errada você tem que solicitar o diário é do professor, mais você não tem mais o controle sobre ele. Era pra ser do professor não é mais porque lá já tá todas as chances, o professor não mexe em nota. O que eu posso rever são os trabalhos, mas geralmente o aluno conversa com o professor. E o professor não pode resolver. (Depoimento da Clarice).

O depoimento de Clarice mostra a frustração com a constatação da perda de controle e a tentativa de adaptação à nova realidade. Os mecanismos de defesa são mobilizados pelos indivíduos na organização para possibilitar suportar a angústia. Quando as defesas falham, elas conduzem a formas de adaptação que produzem insensibilidade e distanciamento da realidade, o que dificulta a consciência das relações de exploração e alienação.

O relato de Cora, ao contar sobre o episódio em que foi demitida, juntamente com vários outros colegas de uma faculdade reflete a desilusão profissional.

Eu era 40 horas nessa instituição. Eu era uma professora super bem avaliada, fazia o que eu tinha que fazer. Mas começou a ter um processo de perseguição política, dentro da instituição, por conta de professores que participaram de algumas reuniões (sindicais). Um grupo de mais de 100 profissionais, começou a ser perseguidos, e eu tava até de saco cheio dessa história, porque eu entrei na reunião sem nem saber pra que era. E uma vez eu fiz uma brincadeira no ponto, porque eu achava de uma imbecilidade tão grande as pessoas fazendo fila pra passar o ponto, e depois pegar a fila de carro pra descer a Nicomedes (rua que dá acesso à instituição). Eu achava aquilo de uma imbecilidade. Então eu fiz contagem regressiva na fila 10, 09, 08, isso também eu acho que não foi muito bem visto. É, linha de produção. Operário do saber, literalmente. (Depoimento da Cora)

Além da perda da autonomia, o sentimento presente é de desvalorização e de não reconhecimento por parte da instituição e do aluno. A perda da autonomia reflete-se diretamente na perda do controle sobre o trabalho.

Uma palhaçada isso! Porque exigem e o sistema que não funciona. Esse semestre por exemplo, eu fiz um esforço pra acessar, pra colocar o plano, pra colocar um monte de coisas, coloquei os textos e na metade do semestre os alunos começaram a não conseguir acessar mais, e a orientação é que a gente não enviasse para os e-mail da classe (Depoimento da Adélia).

Não tem aquela fiscalização. Mas o professor realmente não tem autonomia, né. Ah, tem que assinar o ponto, né. Antigamente tinha aquele do dedinho. Aboliram aquilo. Agora voltou a ter que assinar de novo. Então eu acho que o que tem desmotivado os professores é muito mais isso, a questão do rigor e do engessamento do calendário. Então tem que fazer interdisciplinar, tem que fazer o ensino presencial, então eu não sei (Depoimento do Fernando).

Controle eu acho que, é só um controle pra você estar presente no momento em que você tem que ministrar as suas aulas. Não é uma

instituição por exemplo que te permite você fazer um combinado com os alunos, de se você sabe que a sala toda vai faltar um dia, de você não ir. Mesmo que eles te comuniquem por e-mail e a sala toda não vai, você tem que estar presente (Depoimento da Cecília).

A perversão institucional se identifica nas falas quando os professores tentam acreditar que possuem algum tipo de controle sobre sua atividade. O que se vê é a manifestação do sofrimento, da impotência e frustração. Dejours e Abdoucheli (1994) descrevem o sofrimento patogênico como aquele em que toda a margem de liberdade de criação, transformação, já foi utilizada. Quando não há nada além de pressões fixas e rígidas incontornáveis instalando definitivamente o medo e a impotência.

O TRABALHO REAL E TRABALHO PRESCRITO

Os conceitos de trabalho real e trabalho prescrito são pressupostos fundamentais na teoria da Psicodinâmica do Trabalho. De acordo com Costa (2013), o trabalho prescrito é o conjunto de determinações impostas pelos gestores como procedimentos para a execução da tarefa. Já o trabalho real é a maneira desenvolvida pelo trabalhador para lidar com as situações reais de trabalho e conseguir cumprir a tarefa prescrita. É na lacuna entre o trabalho real e o prescrito que se encontram as contradições, conflitos e inconsistências do labor.

No que se refere ao trabalho executado e não pago, todos os entrevistados relataram realizar atividades em casa, preparação de aula, diários, provas, correção de avaliações, lançamento de notas. Conforme a cláusula 33 da Convenção coletiva de trabalho 2010/2012 Sinpro-MG (2009): Faz jus o professor ao adicional de 20% (vinte por cento) do salário mensal, calculado na forma do disposto na Cláusula Salário Mensal, pela efetiva execução das atividades extraclasse. Mas esta Cláusula não estava sendo cumprida pelo Sindicato Patronal, tendo sido reduzida a 10%. As horas gastas com o portal virtual, inclusão de planos de aula, material e atividades para os alunos também configuram atividades fora da sala de aula.

Durante o semestre você tem já uma rotina de trabalho, por exemplo: eu falo que meio período do dia ou a manhã ou a tarde, geralmente a tarde, eu dedico pra responder os e-mail, pra preparar aula, pra montar slide, pra organizar. (Depoimento da Clarice)

As atividades são a preparação de aula, fazer o plano de ensino no início do ano, montar o cronograma de aula, preparar as aulas semanais, ministrar essas aulas. Fazer as orientações nas disciplinas de pesquisas, por exemplo. Fazer as orientações na faculdade dos alunos que estão desenvolvendo os projetos de pesquisas. Mas também desenvolver as orientações por e-mail, caso eles tenham alguma dúvida. Lançar notas, corrigir prova, lançar frequência. Eu tenho muitos alunos no dia a dia, então pra facilitar faço lista de presença. Pra depois eu saber quem é que foi, quem não foi, pra ter isso registrado. Lançar nota, corrigir as provas. Tudo feito em casa. (Depoimento da Cecília)

A contratação como horista expõe os educadores a condições de trabalho que os obriga a realizar as atividades que possibilitam o trabalho em horários alternativos, em que deveria haver lazer e descanso. A intensificação do trabalho fica mais clara e mais evidente pela fala dos entrevistados. A precarização se faz presente na instabilidade da função, na perda de controle sobre o trabalho, na impossibilidade de escolher as disciplinas que lecionará e na dependência completa de um mercado flutuante e instável que prioriza o lucro e não o ensino e a pesquisa.

Os docentes se queixam em relação aos recursos e infraestrutura das instituições de ensino. Ao adquirir material²³ que deveria ser fornecido pela faculdade, eles demonstram não ter expectativa em relação à instituição cumprir seu papel e fornecer estes equipamentos. Além disso, vê-se que eles se responsabilizam pela qualidade de suas atividades. Uma primeira leitura faz parecer um conformismo, ou alienação dos docentes, mas esta questão é mais complexa se pensarmos que debater-se o tempo todo com as dificuldades é também gerador de sofrimento. O professor tecnológico, que prepara suas aulas em equipamentos multimídias é uma exigência e ao mesmo tempo uma forma de aliviar o gasto de

²³ Projetor multimídia, microfone, pincéis

horas não pagas. Ter suas aulas digitalizadas ao mesmo tempo em que facilita o trabalho minimiza as horas extras, por outro lado produz a operacionalização da aula, mera repetição de conteúdo, sem considerar as singularidades de cada situação e cada turma. Trabalho mecânico, destituído de sentido e potencialmente causador de sofrimento.

Agora é a sala, ela é muito barulhenta, porque além da conversa, tem os ventiladores e eles são extremamente barulhentos. Então te obrigam a forçar a voz, principalmente a noite que está todo mundo cansado, e você tem que dar aula. Mas, no geral oferecem os recursos mínimos pra gente trabalhar. Podia oferecer mais laboratórios, mas não oferecem. (Depoimento da Cecília)

Dou aula de microfone, aquele de caixinha, que eu mesma comprei. E água na garrafinha o tempo todo. Mas, eu tenho turma com pouquinhos alunos, depende do curso, por exemplo, relações internacionais, aí eu tenho uma turma com 15 alunos. (Depoimento da Cora)

Quanto às outras atividades profissionais além da docência, apenas o entrevistado que é contratado por 40 horas não exerce outra atividade profissional, embora esteja fazendo doutorado. Observa-se que os demais que relataram exercer outra atividade remunerada, o fazem em busca de aumentar a renda e realizar atividade com mais autonomia do que a docência.

Aí no final, eu tava muito insatisfeita de ficar só com a docência, eu sentia falta da clínica, e essa instabilidade também. Juntou tudo isso, essa instabilidade financeira aí eu retornei para o consultório. (Depoimento da Adélia)

Dá uma diferença boa de poder ganhar mais, e tem um outro espaço de trabalho também, que você tem uma autonomia, que você sai do espaço de empregada. (Depoimento da Cecília)

Exercer outra atividade, remunerada ou não pode ser uma estratégia para aliviar as tensões da função docente e preservar a autonomia financeira e pessoal

do profissional. Além disso, existe também a jornada do trabalho de casa, cuidados com os filhos, tarefas domésticas, nem sempre incluídos como atividade de trabalho.

A H.(filha) fica pela manhã em casa, aí duas vezes na semana eu tenho que levar na natação. E a tarde ela vai pra escola. Aí eu corro sento e corrijo prova. Aí, abro e-mail, respondo os e-mails, olho as disciplinas à distância. (Depoimento da Clarice)

Eu falo que mulher é sofredora. Além de trabalhar em três turnos, eu tenho uma ajudante que vem me ajudar a limpar a casa, uma vez por semana. (Depoimento da Cecília)

Meu contrato de trabalho é de 40 horas, dou aula, oriento trabalho, pesquisa, TCC, tenho atividade administrativa, como coordenador adjunto. Tenho cinco disciplinas, uma faixa de 160 alunos. Trabalho em média umas 10 horas em casa. (Depoimento do Fernando)

A diferença entre o trabalho feminino e masculino fica evidente no relato de Fernando e Cecília. Como já dito, o trabalho feminino não se restringe às atividades profissionais pagas exercidas no espaço público. No espaço privado, as tarefas de casa ainda continuam sendo tarefas femininas e não há questionamento sobre isto.

Interessante observar que a tarefa de cuidado da casa e dos filhos se mantém nestes casos como responsabilidade feminina, inclusive no caso do docente do sexo masculino e com 40 horas, segundo relatado, a esposa deixou seu trabalho para se dedicar aos filhos. Não temos elementos para considerar se esta foi uma escolha em função do gênero, mas ela é representativa do que acontece em relação às diferenças de rendimento masculino e feminino e das escolhas supostamente naturais nas responsabilidades pela vida privada. Mesmo quando as docentes contratam funcionárias para o trabalho doméstico, cabe a elas administrar o “lar”.

Percebe-se a repetição de papéis tradicionais sem reflexão sobre eles. Nogueira (2006) mostra que apesar das mudanças significativas na trajetória feminina, no espaço produtivo e reprodutivo, ainda não ocorreu de fato uma nova divisão sexual do trabalho no que se refere às tarefas domésticas. Concordamos com a autora ao afirmar que ainda prevalece uma concepção conservadora na qual

o compromisso maior da mulher é com a família e alterar tal posição traria prejuízos à lógica da produção/reprodução do capital. A inserção da mulher no mundo do trabalho se dá nos espaços precários, de baixos salários, tempo parcial e forte exploração da força de trabalho. Poderíamos esperar que professores, profissionais intelectuais, teriam mais condições de questionar tais posicionamentos, mas infelizmente, os dados mostram a reprodução desta lógica. O fato de os dados do INEP (Brasil, 2013) apontarem o perfil do professor do ensino superior como do sexo masculino e atuante no setor privado, evidencia que apesar de a docência ser considerada profissão feminina, no ensino superior não o é.

CORROSÃO DO CARÁTER E DESILUSÃO PROFISSIONAL

Seligman-Silva (2011) retoma Sennet (2002), e designa corrosão do caráter como o fenômeno que ocorre quando o profissional precisa executar tarefas com as quais não concorda, que ferem sua dignidade. Na execução das atividades cotidianas e em função da instabilidade profissional, o docente aceita e naturaliza condições precárias e por vezes aviltantes, sendo lesado em seu corpo e em sua dignidade. Os depoimentos a seguir retratam uma situação em que a faculdade utiliza de atividades não pagas do professor para regulamentar a hora exigida pelo MEC. O profissional precisa ocultar o que pensa sobre o sistema e a instituição minimizando o mal estar do aluno e sustentando as ações da faculdade, mesmo quando discorda delas.

Porque a hora aula do MEC é 60 minutos, é a hora relógio e a hora aula institucional é 50 minutos, das instituições, divergência entre sindicato. E esses dez minutos? Então tem que ter atividades extras (incluídas no ambiente virtual). (Depoimento da Clarice)

E eu percebo que os alunos não vão fazer reclamação pra alguém da faculdade, faz a reclamação diretamente pro professor, e isso é muito estressante. Porque é como se a gente tivesse além de dar conta da sala

de aula, ter que dar conta se o portal tá funcionando ou não. E isso nem é nossa função. (Depoimento da Adélia)

O mal estar na profissão está associado à desvalorização, à pressão, e cobrança por desempenho e produtividade que fere até a identidade profissional. A perda de controle sobre a atividade, a falta de autonomia produzem nos profissionais frequentes sentimentos de desânimo e perda de esperança de realizar um trabalho conforme seus ideais. Percebe-se que além das condições materiais para execução do trabalho, as condições subjetivas parecem ter um peso significativo no processo saúde/doença.

Falta autonomia pra gente poder ir lá e dizer para o aluno, que isso, se você tiver um problema você resolve comigo. (Depoimento da Cecília)

Eu não gosto é das condições que eu tenho de trabalho. Desprazer? no meu trabalho hoje está ligado a questões institucionais. (Depoimento do Fernando)

Eu me sinto insatisfeita com a instituição, com o sistema, com a educação de uma maneira geral, uma desilusão, acho que o sentimento é esse. (Depoimento da Adélia).

O sentimento de desilusão permeia o discurso de todos os entrevistados, destacando o desprazer com a gestão e organização do trabalho. A sobrecarga física e emocional aparece nos relatos sobre a rotina profissional em diversos momentos. Percebe-se a autoexigência e autointensificação.

Sempre tenho o que fazer. Eu acabo preparando as aulas no domingo. No domingo eu me organizo e preparar e pensar o que eu vou trabalhar em todas as aulas da semana. Domingo a tarde, é um dia que eu tiro pra, lançar falta, é um dia que eu tiro pra preparar aula, é um dia que eu tiro pra organizar o que eu vou trabalhar. Então geralmente é um domingo a tarde, ou então eu chego da faculdade e vou organizar. (Depoimento da Clarice)

Então você estabelece algumas regras, faz alguns combinados, do que é adequado e inadequado, dentro de parâmetros éticos. Mas nem sempre é cumprido, então você tem que retomar. E aí eu percebo isso, tem essa coisa do efêmero, do descartável pro aluno. E aí às vezes, as aulas tem que ser bastante interessantes. A motivação é interna, mas o ambiente externo pode contribuir também mais ou menos pra eles estarem ali com satisfação. Mas eu acredito na aprendizagem com prazer, eu acho que só tem sentido com prazer. Então eu tento fazer dessa forma, com prazer. (Depoimento de Cecília)

Fica evidente que as contradições presentes na modernização e expansão do capital precarizam o trabalho docente, vulnerabilizam os professores, levando-os a ações intensificadas, desumanas e ainda desqualificam esta profissão ao torná-la mercadoria. Entretanto, tal situação é banalizada e tida como normal dentro deste contexto de precariedade, permeado por altos níveis de exigência e de controle sobre o tempo e a vida. Não é só o trabalho dos docentes que é afetado, mas também sua vida pessoal, sendo levado ao limite de suas convicções pessoais e da ética para cumprir suas supostas obrigações.

4.2. O DESGASTE E A SAÚDE

A reflexão a respeito das condições de saúde dos profissionais da educação exige que seja retomado o conceito de processo saúde doença para eliminarmos as considerações puramente biológicas e adicionar a situação concreta de vida como elemento fundamental que compõe este processo. Descartam-se assim os limites entre saúde física e saúde mental, incluindo a condições concretas do viver e tornando o trabalho o elemento central desta reflexão, já que na sociedade capitalista, identidade e atividade profissional podem se confundir. Esta centralidade fica clara ao observar-se que, na apresentação pessoal, aquilo que se faz, seu ofício, sua profissão por vezes, precede o nome próprio.

O bem estar psíquico, protetor da saúde física e mental está relacionado à capacidade de trabalhar e de exercer sua profissão em condições favoráveis. Saúde então, aqui pode ser definida, como a possibilidade de se criarem modos de trabalhar que transgridam as situações causadoras de sofrimento, reinventando o próprio trabalho (Tittoni, 1994).

Estudos anteriores relacionaram a profissão docente ao adoecimento (Codo, 1999; Freitas, 2006; Lemos, 2005; Lima, 2012; Paula & Naves, 2010; Perez, 2012). Estes estudos mostraram que o mal estar, o sofrimento, o estresse e a insatisfação estão presentes no cotidiano destes profissionais. Constataram que as condições de trabalho dos docentes, inclusive os universitários, são precárias e isto os torna suscetíveis ao adoecimento físico e mental.

A PERCEPÇÃO DA SAÚDE

Em consonância com a alienação já observada anteriormente, os docentes entrevistados no presente estudo, referem sua condição de saúde nos moldes da OMS – Organização Mundial da Saúde - ou do modelo biomédico. Se não há doença instalada, há saúde. No entanto, ao serem questionados a respeito de agravos específicos a contradição aparece.

Eu fiz check up recente de esteira, essas coisas, tá tudo bem. Agora o que eu tenho muito é dor nas pernas, aparecimento de varizes, isso é de ficar e trabalhar em pé. E muito dor nas costas, isso aí eu não tinha, então eu sinto muita dor na cervical e na lombar. (Depoimento da Clarice)

Nossa eu acho que sou muito saudável! Em relação ao trabalho, assim... em relação a tudo que eu vivo, né. Tenho pouquíssimo problema de saúde, o que acontece de vez enquanto, é uma baixa imunidade, agora eu to começando com umas crises de enxaqueca que é uma novidade que tá surgindo no pedaço. (Depoimento da Adélia)

A contradição no depoimento de Adélia é tão evidente que destaca-se uma quase inocência a respeito do próprio mal estar. Na verdade, é a auto alienação em relação ao seu próprio corpo, desconsiderando a baixa imunidade e a dor de cabeça e enaltecendo uma ilusória condição saudável. O cuidado à saúde relatado pelos entrevistados é burocrático, obediente aos padrões de fazer avaliação com frequência anual, mas sem práticas eficientes e preventivas. Aqui a saúde aparece definida de forma a representar a resistência da pessoa às iniquidades. A saúde é apontada como a capacidade de suportar as adversidades.

Então pra mim a saúde passa por isso, essa capacidade de dar conta de viver e de suportar a vida, e de encontrar um sentido mesmo, né? Para que as coisas aconteçam e prosseguir, eu acho que saúde passa por aí. (Depoimento da Adélia).

Este discurso naturaliza o adoecimento e trata a precariedade das condições de trabalho como inerente e imutável, denunciando a condição de alienação e o a negação do sofrimento advindo das condições precárias e aviltantes do trabalho.

Mas com a saúde, eu tô assim, eu acho que eu sou privilegiada, estou bem saudável. (Depoimento da Adélia)

Faço terapia e nunca fiquei afastada. Eu fiquei dois dias até hoje sem trabalhar. Porque eu fiquei, uma era suspeita de dengue e a outra porque eu tive uma úlcera e eu não consegui trabalhar. Então, (...) eu tive uma úlcera no esôfago e em 2006, e tive que ficar um dia afastada. Porque era um dia que tinha um feriado na semana, eu precisei ir ao médico fazer uns exames, aí eu tive que ficar um dia afastada (...)acho que é, ser saudável é isso, estar bem, você está sem dor, estar conseguindo fazer as coisas direito, não ter nada que está te angustiado, não ter ansiedade. (Depoimento da Cecília)

Perez (2012) observou em seus entrevistados uma representação de que o professor não tem direito a adoecer. Também eles não se davam conta de que o adoecimento é um processo natural do ser humano. Aqui a percepção a respeito do

adocimento remete a mecanismos defensivos que objetivam mascarar o sofrimento dos trabalhadores, os quais, mesmo em condições de sofrimento psíquico intenso manifestam características de normalidade (Dejours, 1992). Estas estratégias refletem a luta do sujeito para evitar o enlouquecimento pelo trabalho e acrescentamos, preservar as características positivas do mesmo já que este e identidade se misturam. Desta forma, fica fácil perceber o uso da estratégia defensiva da negação que ignora o próprio sofrimento. A afirmação de nunca ter faltado de Cecília também ocorreu no depoimento de outros docentes e ressalta o presenteísmo como um mérito. Trabalhar a qualquer custo, independentemente de seu mal estar, e cumprir seu compromisso profissional se torna mais importante que o cuidado de si.

Se com Dejours (1986) sabemos que saúde é ter liberdade, inclusive para usufruir de descanso e lazer, no caso dos entrevistados, existe dificuldade em praticar atividades fora das rotinas laborais. O lazer é vivido em programas familiares e a possibilidade de dormir mais horas. O tempo para o lazer também é utilizado para cumprir tarefas domésticas mostrando a dificuldade de estabelecer tempo para relaxar.

Não faço atividade física, mas preciso. Comecei essa semana caminhar lá no condomínio, vamos ver se vai durar. (Depoimento da Cora)

Meu tempo de descanso? Ahh... eu fico com a família, na maioria das vezes eu to com minha família, com as crianças. Tenho um grupo de canto, que alivia, sair com amigos. Faço alguns cursos extras de Psicologia, que me ajuda na clínica, então não é algum hobby, mas acaba me tirando também dessa, do peso da docência. (Depoimento da Adélia)

Dormir! Dormir me descansa, eu preciso dormir, aí quando eu durmo mal eu não descanso. Sair, só nos finais de semanas que não é de prova, e nem final de semestre. Aí vou ao clube, porque tem a criança. Tenho que ir ao clube. Sair pra comer, passear no shopping. Essa flexibilidade o horário me permite, levar pra nataço, levar pra escola. (Depoimento da Clarice)

Ento no, porque eu no estou dando conta. Mesmo quando eu posso dormir at mais tarde eu acordo antes. eu quero resolver os problemas

do universo a noite. (...) Faço dança aos finais semana, mas aí não configura exercício. Porque não tem uma ação continuada, por um tempo constante. Então é mais lazer, que eu amo de paixão, prazer (...) Então, eu tiro férias de uma semana. Porque eu dou aula de especialização nas férias. É a hora que eu também organizo a minha casa. Minha funcionária sai de férias. Você imagina que emoção, minha funcionária de férias e eu com dois meninos pequenos, em casa? (Depoimento da Cora)

No discurso das entrevistadas destacam-se o peso da docência, o lazer como obrigação e a autoexigência. Vemos super mulheres tentando dar conta de um cotidiano impossível. Há uma tentativa de transformar o sofrimento em bem estar e de minimizar as dificuldades. Ferraz (1998, p. 166) ressalta que nas condições em que o trabalho é realizado no sistema capitalista, e a situação dos professores é ilustrativa disto, torna impossível sublimar via trabalho. Ausência de sublimação e presença da alienação tornam-se correlatos na medida em que dão conta de “uma insatisfação reinante no domínio do trabalho, que não permite ao homem desenvolver suas aptidões e, portanto, desenvolver-se enquanto ser humano”.

A BANALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE

Em estudo anterior (Elias, 2003), a pesquisadora entrevistou profissionais de enfermagem, buscando conhecer a relação saúde e trabalho desta categoria profissional. No presente estudo, um fenômeno que ocorreu no anterior se repetiu. Foi perguntado aos profissionais de enfermagem qual a percepção delas sobre a própria saúde, e num segundo momento foram apresentados sintomas frequentes de mal estar e estresse. Ocorreu uma contradição entre a primeira resposta a respeito da saúde, a segunda quando foram listados sintomas relativos a problemas específicos. A saúde a princípio foi classificada como boa, mas em seguida foram detectados diversos sintomas de mal estar, evidenciando a negação do adoecimento e também sua banalização. As profissionais de enfermagem se surpreenderam durante a entrevista ao perceberem a contradição. O mesmo aconteceu na presente pesquisa. Apesar de a princípio, os docentes relatarem a inexistência de problemas

de saúde e enaltecerem esta condição, ao serem questionados a respeito de sintomas típicos de adoecimento por estresse e/ou psicossomáticos a resposta se modificou.

Esta contradição se evidenciou quando foi perguntado sobre o uso de medicamentos. Todos relataram fazer uso, seja de analgésicos para dor, suplementos e medicação para insônia. Mesmo quem disse não usar, mencionou desejá-los para dormir.

Só uso um suplemento de vitamina agora que descobri que pode ajudar, então eu estou tomando. (Depoimento da Adélia)

Uso de medicamento contínuo não. Às vezes eu acabo usando pras dores, que eu sei que é fruto de estresse. (Depoimento da Clarice)

Eu já comprei muito remédio pra dormir. Não aqueles remédios controlados. Já até fui ao médico pra ele me passar um remédio, pra eu dormir e tudo. Mas eu não consigo me adaptar a esses remédios, porque durante o dia eu ficava com muito sono. Então eu não tomava. Mas assim, às vezes eu compro e tomo remédio por conta própria. Exemplo remédio a base de passiflora, valeriana, tomo dois comprimidos, que dá um efeito bom, dorme e descansa (...) Eu faço muito uso de anti-inflamatório, porque eu tenho muita dor de cabeça. (Depoimento da Cecília)

Não tomo nada mas, tô precisando. Você não tem receita não, pra dormir? (Depoimento da Cora)

É evidente a contradição entre o que é dito e percebido pelos entrevistados e os reais problemas de saúde enfrentados, sugerindo novamente o uso do mecanismo defensivo da negação. Este recurso – a negação – tem como objetivo negar ou mascarar um acontecimento, evitando encarar questões que produzam sofrimento no trabalho (Perez, 2012).

Eu pensei em procurar um psicólogo por esse estresse. A gente acaba se auto punindo, né? Porque o tempo não é suficiente pra fazer tudo o que

you quer fazer. Aí you tem uma vida, you tem filhos, you tem casa, aí you acaba não conseguindo cumprir isso, e aí you se pune. Aí vem o estresse, aí acaba refletindo nas relações, refletindo em casa. Como trabalhar isso, eu pensei em fazer porque eu sei que é bom. (Depoimento da Clarice)

Os depoimentos dos entrevistados do presente estudo mostram que o adoecimento é banalizado e relatado como de pouca importância, fazendo parte da rotina e da vida dos profissionais. É chocante a forma como Fernando relatou um episódio de crise de estresse, durante o qual ficou incapacitado de levantar-se da cama e precisou ser hospitalizado no final de semana, mas na segunda-feira foi trabalhar normalmente.

Eu acho que ano passado eu tive um problema ligado a estafa, cansaço. Eu lembro de ter acontecido numa quinta-feira, eu fui deitar e não consegui levantar mais. Já estava no doutorado, aí foi um semestre muito difícil pra mim no doutorado, tava numa disciplina muito complicada, além das aulas, né. Porque na verdade foi numa sexta-feira, aí eu não dei aula naquela noite. No dia seguinte fui ao hospital, fiquei internado e na segunda-feira já estava bom. (Depoimento do Fernando)

Observe que o adoecimento foi associado à disciplina do doutorado e não às condições de trabalho. Este tipo de discurso faz pensar que o trabalho é preservado, mantendo sua positividade, enquanto que outras coisas são culpabilizadas e assim o sujeito fica 'livre' para intensificar ainda mais suas atividades.²⁴ Ferreira e Mendes (2003) dizem que a negação atua como defesa negando o próprio sofrimento e banalizando as injustiças do ambiente de trabalho. Porém, nem sempre as defesas são suficientes para preservar a saúde e quando elas falham o adoecimento psicossomático aparece.

²⁴ No início de fevereiro de 2014, deparei-me, na faculdade onde leciono, com um colega fazendo uso de muletas, em decorrência de uma cirurgia no joelho. Ao questionar se não deveria estar afastado do trabalho, ouvi que sim, mas preferia se afastar apenas uma semana para evitar outros problemas mais tarde!

O ADOECIMENTO PSICOSSOMÁTICO

Como visto, por meio do trabalho o sujeito desenvolve sua subjetividade e busca formas de suportar as adversidades e transformá-las. O homem se transforma ao realizar o trabalho. Neste processo, o psiquismo se arma de estratégias defensivas que tanto podem produzir saúde e bem estar como sustentar ideologicamente o sistema, sacrificando o próprio sujeito.

No entanto, há limites para os recursos psíquicos e quando eles falham, quando não é mais possível encontrar saídas simbólicas para descarregar a tensão e o mal estar, a via possível de descarga é o corpo. Nesta tese, sustenta-se que o adoecimento psicossomático é causado pelo sofrimento no trabalho e é pouco percebido pelo trabalhador e descaracterizado pela medicina.

S. Freud apresenta o conceito de saúde mental como a capacidade para amar e para trabalhar. Desta forma, a satisfação dos impulsos sexuais e afetivos está relacionada à capacidade de realizar a sublimação. O trabalho, como tal, apresenta a possibilidade de transformação e dominação da natureza conforme as necessidades e desejos do homem, portanto, a capacidade para trabalhar depende do deslocamento da energia libidinal. Na realidade do sistema capitalista, as situações de trabalho real oferecem poucas possibilidades de sublimação e realização. Abre-se espaço para as patologias do trabalho. A psicodinâmica do trabalho propõe investigar o “sofrimento psíquico do trabalhador destituído do uso pleno de seu aparato mental em razão da organização do trabalho” (Ferraz, 2013, p. 145). Segundo esta teoria, “a organização do trabalho é causa de uma fragilização somática na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental” (Dejours, 1992, p. 128).

Dejours (1988) ao discutir as consequências da organização taylorista do trabalho no aparelho psíquico, destaca o abandono da vida fantasmática com fins de adaptação à tarefa rotineira da atividade profissional. A capacidade de fantasiar é para o psiquismo o mesmo que as florestas para o planeta, aquilo que dá sustentação e garante a vida. Na eliminação da vida fantasmática, no empobrecimento da simbolização resta ao sujeito um pensamento predominantemente operatório. Isto significa que o aparelho mental do trabalhador

funciona de forma desafetada, destituído de sua capacidade de sonhar, fantasiar, criar. Este tipo de funcionamento é típico de processo de adoecimento psicossomático. Segundo Dejours, o operário que trabalha por produção precisa lutar contra seu aparelho mental e evitar qualquer força interna para manter-se em ação e ser produtivo. Sua atividade torna-se assim, cada vez mais mecânica, estereotipada e destituída de sentido.

De acordo com McDougall (1991) o fenômeno psicossomático refere-se a tudo que atinge a saúde ou a integridade física, desta forma tanto as falhas do sistema imunológico como os acidentes são parte deste fenômeno. Como também considera Ferraz (1998, p. 147) são “atos que visam descarregar a sobrecarga afetiva e a dor mental que ultrapassam a capacidade de absorção do sujeito”. A contemporaneidade não facilita ao sujeito humano a descarga eficiente de seus conteúdos afetivos e as exigências do mundo do trabalho, bem como as muitas horas dedicadas ao exercício profissional corroboram para tal situação.

Ao abordar o mal estar na contemporaneidade, Birman (2013) ressalta que o sujeito pós moderno tem dificuldade em descarregar sua excitabilidade e assim transformar sua dor em sofrimento. O mal estar não assume formas interiorizadas e conflitivas, mas se manifesta no registro do corpo, da ação. Na falta de uma saída elaborada, fantasmática e simbólica, o corpo é o polo de descarga das excitações pulsionais. “Assim, a síndrome do pânico e as perturbações psicossomáticas evidenciam o registro do corpo como polo para a descarga das excitações pulsionais” (Birman, 2013, p. 53).

Em outras palavras, a estruturação do psiquismo humano é responsável pela subjetividade, que é a nossa capacidade de dar sentido ao vivido e experimentado utilizando recursos mentais. A subjetividade se opõe ao concreto e promove a representação simbólica das experiências internas. O sujeito amadurecido, expressa suas emoções, anseios pela fala. Já o sujeito fragilizado, pressionado pelo sistema, ameaçado, oprimido não encontra mecanismos auto suficientes para se expressar, resta o corpo como veículo. No processo de desenvolvimento, o sujeito humano desenvolve a capacidade de subjetivar sua dor e seus conflitos, se este processo falha, o que resta é o corpo como possibilidade de expressão, por isto, quando a boca cala, o corpo fala. Conforme Winter (1997, p. 35):

A impossibilidade de representar psiquicamente perdas e separações formaria um vazio psíquico responsável pela desarticulação psico-soma, responsável pela doença. Quanto mais ameaça traz a dor, mais possibilidade de ruptura psicossomática, deixando o corpo com seus recursos próprios.

É evidente a potencialidade adoecedora das condições de trabalho no sistema capitalista e os efeitos da restrição das manifestações de descarga emocional sobre o psiquismo do trabalhador. O mundo do trabalho contemporâneo, com suas exigências de tempo e fugacidade das relações e pressão constante submetem o humano e transformam a subjetividade, causando a eliminação do pensamento e da linguagem como recursos possíveis para expressão do mal estar e da dor. Deste modo, as vias de manifestação são o corpo, as compulsões e a depressões. Submetidos às pressões e intensidades do sistema, implodir ou explodir não é questão de escolha. Albert (1994) conforme citado por Freitas (2013) apresenta as neuroses profissionais, definidas como afecções psicogênicas persistentes nas quais os sintomas são expressão de conflito psíquico, estando associadas à situação organizacional ou profissional determinada. Ela pode ser resultante do estresse profissional ou do Burnout. Esta patologia estaria associada a uma desorganização persistente da personalidade que levaria, no caso dos professores, a um vínculo ou apego intenso do mesmo com seu trabalho. Nesta perspectiva, ocorre uma interpenetração entre o funcionamento individual e o organizacional produzindo defesas patogênicas. Apesar de ser elemento importante no processo de adoecimento, associar a personalidade do trabalhador à determinação deste processo nos parece um risco e uma banalização das condições concretas às quais ele é submetido. O que parece ser relevante é compreender que às formas particulares como cada trabalhador responde às idiossincrasias do ambiente profissional.

Face à dor psíquica, às divisões internas, aos traumatismos universais e pessoais que a vida inevitavelmente provoca, o homem é capaz e criar uma neurose, uma psicose, um escudo caracterial, uma perversão sexual, sonhos, obras de arte – e doenças psicossomáticas (McDougall, 1983, p. 133).

Segundo McDougall (1983) a manifestação psicossomática é uma explosão no corpo, que não é uma comunicação (neurose) e tem a função de ato, de descarga que provoca um curto circuito no trabalho psíquico. Ocorre uma carência

na elaboração psíquica e uma falha na simbolização, que são compensadas pelo agir no corpo, reduzindo assim a dor psíquica pelo caminho mais curto, este também seria o mecanismo das adições (bulimia, alcoolismo, medicamentos, etc.)

Ao questionar sobre possíveis problemas de saúde, os entrevistados negavam a princípio sua existência, mas ao perguntar diretamente sobre diferentes agravos relacionados ao estresse o adoecimento se manifestou.

Agravos à saúde como sinusite, rinite, alergias, rouquidão e dor lombar estão associados diretamente à atividade laboral, seja pela postura inadequada, muitas horas em pé, pelo uso da voz ou pelo contato com substâncias irritativas, giz ou ácaros de ar condicionado. A profissão exige uso constante da voz em ambiente pouco propício, em salas com ar condicionado, com muito barulho, exigindo mais esforço vocal. O professor cria estratégias para minimizar os problemas usando equipamentos e mudando a dinâmica da aula. Observa-se novamente a banalização do adoecimento e o não reconhecimento do ambiente como causador de problemas e mal estar.

Eu tenho muita sinusite, bronquite, rinite. Aí essa história do ar-condicionado que impacta também né. Eu sou muito alérgica. (Depoimento da Cora).

A rouquidão, eu acredito particularmente, foi causada pelo aumento do meu tom de voz durante as aulas. Então a partir dessas salas grandes, com muitos alunos, que conversam durante a aula, com ventiladores, esse ano foi um ano extremamente quente e teve que manter eles ligados durante todo o tempo. Mas, né, pela avaliação médica não foi só isso. Não foi só o excesso de atividade. Porque também por conta do refluxo, doença do refluxo. Tô na fila de espera, esperando o tratamento pelo convênio médico. Agora a avaliação saiu, eu fiz a avaliação, e eu vou ter que aguardar até quase um mês pra começar as sessões de fonoterapia. (Depoimento da Cecília)

Merece destaque também o fato de que os profissionais médicos não relacionam os sintomas apresentados pelos trabalhadores com as condições de

trabalho, o que contribui para a ocultação do risco no trabalho como no caso da rouquidão de Cecília.

Que eu me lembre, não tenho problema de saúde. A sinusite e essa enxaqueca que agora está chegando. Mas eu tenho saúde boa, graças a Deus. (Depoimento da Adélia)

Então, eu tenho calo nas cordas vocais e fenda também, causados pela atuação profissional. Já fiz algumas sessões de fono. Todos os inícios de ano, eu costumo ficar afônica, às vezes por um tempo maior. Agora que eu estou usando o microfone com frequência, isso diminuiu. E eu tenho feito também uma dinâmica de sala de aula, de modo que intercalo, aula expositiva com debates, mas também os alunos falando, de modo a equilibrar isso. Pra não forçar tanto e pra não ficar centrado no professor. Também pela visão de educação que eu tenho, então tá diluído mesmo. Então tem melhorado, esse ano, esse semestre, eu não fiquei afônica, não o quanto já fiquei em anos anteriores. Tá certo que eu reduzi a jornada também, eram 52 horas, agora são 32 horas. Então isso também pode ter contribuído. (Depoimento da Cora)

Eu tive uma úlcera no esôfago e em 2006, e eu tive que ficar um dia afastada. Porque era um dia que tinha um feriado na semana, eu precisei ir ao médico fazer uns exames, aí eu tive que ficar um dia afastada. (Depoimento da Cecília)

Freitas (2013) discute a aderência dos professores ao artil do produtivismo como uma relação pouco estudada do poder psíquico-organizacional. Esta autora ressalta que aspectos da personalidade dos profissionais podem contribuir e ser usados pelo sistema para mantê-los presos neste modelo de atuação.

Outros agravos relatados, como as alergias, são tradicionalmente associados a fatores psicossomáticos que implicam em baixa imunidade, ou seja, perda da capacidade do corpo e do psiquismo em se defender. Dor de cabeça é comum a todos os entrevistados com frequência semanal ou diária. Assim como problemas gástricos – refluxo, gastrite, dor de estômago. As alergias, dores no corpo, mau humor, nervosismo, irritação, ansiedade, desânimo, desmotivação – negados e

relacionados ao cansaço também são relatados como frequentes. Perda de memória e concentração são tidos como naturais pelos entrevistados e associados ao excesso de atividades. Os depoimentos confirmam:

Dor de cabeça tem vindo uma vez por mês mais ou menos. Enxaqueca começou agora, uma vez por mês. (Depoimento da Adélia)

Dor de cabeça, principalmente quando eu tenho crise de alergia. (Depoimento da Clarice)

Frequentemente dor de cabeça. (Depoimento do Fernando)

Dor de cabeça todos os dias! Fora o período da gravidez, que eu acho que a gravidez foi ótima pra não ter dor de cabeça. Pode ser por semana e também eu tenho problema de gastrite. (Depoimento da Cecília)

Cromberg (2003) descreve uma condição emocional chamada de sobreadaptação à realidade ambiental, que se manifesta em pessoas com disposição a padecer de manifestações corporais patológicas dissociando suas necessidades e possibilidades emocionais e corporais. São pessoas que não registram os sinais corporais de mal estar mantendo-se em atividade constante, sem descanso ou buscar lazer. Como não há identificação de alertas orgânicos, estas pessoas são candidatas até a interrupção da vida e a enfermidades psicossomáticas em diferentes graus de gravidade. Estas pessoas superadaptadas, parecem equilibradas e sensatas, até demais. Isto não quer dizer que o adoecimento seja por fatores pessoais. O que ocorre é que a organização do trabalho se aproveita de pessoas com estas características, visto que elas são mais resistentes e suportam por mais tempo as agruras e iniquidades provocadas pela precarização do trabalho. São pessoas desejáveis no campo porque ao se ajustar à realidade exterior, rendem mais cumprindo as exigências cada vez maiores do mercado. O sintoma somático tem valor de denúncia do grau de postergação do sofrimento:

Eu tive refluxo. O refluxo você não sara né? Mas na crise eu fiz endoscopia, tomei omeprazol. Só tomo remédio quando eu sinto que eu comi, bebi alguma coisa e eu sinto que estou indisposta. (Depoimento da Adélia)

Gastrite tenho, antes mesmo de ser professor. Eu tomo remédio, fui lá no endocrinologista, né. Receitou, mostrou o que eu tenho, passou remédio. (Depoimento do Fernando)

Eu já tive refluxo, gastrite e refluxo. Tomei medicamento. Mas é por conta do refluxo. (Depoimento da Cora)

É, tomo lá os omeprazol e os prazóis²⁵ (referências a medicações para refluxo) da vida. Eu não tomo todo dia, só quando eu como alguma coisa. Nem toda semana eu tenho essa queimação. Mas também eu evitei comer muita coisa. Parei de comer pão, rosca, bebida alcoólica, deixei tudo. (Depoimento da Clarice)

Dor de estômago esse ano, eu tive um pouco em março. Um pouco só, mas aí eu tomei uns comprimidos pra gastrite, porque eu já tenho gastrite a um tempo também. Foi na época também que eu tive a úlcera, foi em 2006, então já tem 6 anos. (Depoimento da Cecília)

A identificação do professor com seu trabalho explica e justifica o fato desta categoria ser vulnerável ao adoecimento. Uma vez identificado com a profissão ocorre um esforço inconsciente para preservar seu ofício e consequentemente a si mesmo.

O sintoma somático é produto da dissociação corpo/mente, efeito da impossibilidade de representação simbólica no aparelho mental do sofrimento constante na atividade laboral. Em função desta ruptura, os professores não percebem suas emoções em situações angustiantes. Não há palavras para

²⁵ Refere-se a medicamentos comuns para o tratamento de problemas estomacais que tem “prazol” na sua grafia.

expressar, só há a reação psicossomática como manifestação de uma emoção dolorosa.

Eu sou uma pessoa alérgica, assim, aparece, alergia pode por aí de dois em dois meses aparece uma alergia. (Depoimento da Adélia)

Alergia eu tenho rinite alérgica desde a adolescência. (Depoimento da Clarice)

Alergia eu sempre tive. Já nasci alérgica. Eu sempre tive rinite alérgica, alergia a mofo, poeira. Rouquidão começou esse ano. Nunca tinha tido quase rouquidão, assim, fora quando você tá gripado. Agora tem sido constante. Principalmente esse ano. (Depoimento da Cecília)

A alergia é uma “reação exagerada” contra algum elemento externo. O sistema imunológico defende o organismo contra possíveis invasores (bactérias, vírus, parasitas, etc). No indivíduo alérgico, esse mesmo sistema imunológico, passa a ter uma reação desequilibrada, desproporcional, contra determinadas substâncias. Pode-se dizer que neste sujeito as “defesas” estão exageradas. Desta forma, o uso intenso de mecanismos defensivos no trabalho é análogo ao uso exagerado do sistema imunológico nas pessoas em crise alérgica. De acordo com Sami-Ali (1995) a alergia é uma síndrome psicossomática por excelência podendo se manifestar esporadicamente ou constantemente dependendo das condições emocionais da pessoa.

Mesmo a dor corporal não é reconhecida como importante. Esta dor parece ser vista como a companheira do viver dos professores. Inevitavelmente, o professor passa muitas horas em pé durante a aula, e outras tantas sentado na elaboração e preparação de aulas. As duas posições, se mantidas por muito tempo são inadequadas, e geradoras de dores musculares. A falta de atividade física constante é outro fator predisponente às dores corporais. As lesões por esforço repetitivo não foram relatadas diretamente, mas se manifestam nos sintomas:

Agora eu estou com muitas dores... ah é uma outra novidade também, o braço direito, muita dor, essa dor tá me acompanhando há muito tempo, e

agora ela tá ficando. (...) Fui ao médico há muito tempo atrás! Fiz uma fisioterapia melhorou, mas agora do último eu não fui não, mas tá muito ruim isso aí. Tá uns seis meses uma dor crônica. Sem tratar ainda! Depois que eu entrar de férias eu vou tratar, essa que é a minha ideia. (Depoimento de Adélia)

Muitas! Sempre! Nas costas e nas pernas. (Depoimento da Clarice)

Dor no corpo. (Depoimento do Fernando)

Eu tenho uma dor na perna, mas ela é causada por problemas de veia. Que eu tenho uma veia que tem que fazer uma cirurgia, aí eu tenho essa dor e vou controlando com meias ou sentar. (Depoimento da Cecilia)

Bastante, inclusive o sobe e desce de escada, eu dou aula no terceiro andar, quarto....quinto... sobe e desce com a mochila. As pessoas ficam presas no elevador, eu prefiro ir de escadas. Subindo com mochila pesada, computador dentro. Então aqui, (mostra o braço) parece que tem limão, laranja. Bastante dor. (Depoimento da Cora)

Mesmo sendo um sintoma corporal, concreto, fácil de ser associado ao trabalho é descaracterizado e banalizado. Completamente inconsciente dos efeitos nocivos da atividade laboral sobre seu corpo observamos um profissional lutando para preservar um mínimo de bem estar em seu ofício.

AS MANIFESTAÇÕES DO ESTRESSE

O estresse é um termo apropriado pelo senso comum e muito utilizado para descrever diversos sintomas. Na verdade, o estresse é uma resposta do organismo aos riscos presentes no ambiente e no psiquismo. Ele não é sempre uma resposta negativa, mas sim uma forma inclusive de proteção. Em seus estudos sobre o desgaste no trabalho, Seligmann-Silva (2011) relata que a fadiga e o cansaço são

manifestações do desgaste. Segundo ela, a tensão e o cansaço aparecem frequentemente na forma de irritação. Os professores relataram nervosismo e irritação como parte da rotina:

Nervosismo? pelo menos de 15 e 15 dias eu tenho umas crises. Eu acho que no lugar do nervosismo, é a irritação e impaciência, não é nem nervosismo, isso aí é frequente. (Depoimento da Adélia)

Ah, isso é constante! Nervosismo, irritação, com trânsito, com alunos, com tudo. Eu fico impaciente mais no final do semestre, com relação ao trabalho. Mas com o final do semestre eu vou ficando impaciente, porque aí os alunos não vão entregando as coisas, o tempo vai acabando, aí eu vou ficando impaciente. Aí eu acho que é a minha impaciência, que me leva a ansiedade, irritação, impaciência, nervosismo. (Depoimento da Cecília)

Muito!!! (Depoimento da Cora)

Outra manifestação comum de desgaste no trabalho está no surgimento de situações de ansiedade. Observa-se que a cobrança interna e externa é fator desencadeador, além da auto responsabilização, como se fosse um problema pessoal e não do trabalho:

Ansiedade, ah... uma vez por mês. (Depoimento da Adélia)

Ah! sim, ansiedade às vezes. Quando você muda a sua rotina, ou quebra o que você tem alguma coisa importante pra acontecer. Igual o processo de seleção de doutorado, eu fiquei muito ansiosa, porque além das minhas atividades, ainda veio mais uma. (Depoimento da Clarice)

Sou ansiosa, mas eu tento ir me controlando. (Depoimento da Cecília)

Muito, meu nome é ansiedade. (Depoimento da Cora)

Seligmann-Silva (2011) destaca três manifestações habituais de fadiga crônica: a insônia, a irritabilidade e o desânimo. Tal constatação se evidencia nos relatos dos professores, evidenciando a fadiga crônica, não identificada por eles. A seguir os relatos de desânimo:

Acontece, acontece, não sei se é tão frequente, mas tem. Uma vez por mês. (Depoimento da Adélia)

Não, acho que não sei se eu posso chamar isso de um cansaço, ultimamente eu ando bem cansada, ou é por conta da gravidez, ou é por conta dos excesso de atividade. Porque eu sempre trabalhei muito, muito, esse tempo, depois que eu me formei. Mas assim, desânimo não. (Depoimento da Cecília)

Raramente, porque eu tenho paixão, tesão pelo o que eu faço. Mas especificamente semana passada e nessa, eu tô nesse clima de desencantamento. (Depoimento da Cora)

O desânimo não é reconhecido por todos e parece que o fator protetor deste sentimento é a 'paixão' pela educação. Dotar sua atividade de sentido é fator protetor contra o sofrimento. Vê-se a importância do significado simbólico do trabalho para sustentar um pouco de prazer naquilo que se faz. Mas, não é suficiente. Vejamos outros sinais de fadiga sobre a concentração e a memória:

Uma vez por semana, uma vez por dia, sei lá, eu tenho déficit de atenção, esquecimentos, diariamente. (Depoimento da Adélia)

Quando você está muito cansada, às vezes você tem dificuldade para concentração. Principalmente se for para escrever. Porque nosso trabalho de produção intelectual, você tem que sentar, elaborar uma prova, elaborar uma atividade. Você está criando! Você não está ali copiando e colando, você está criando. Aí exige uma concentração. Você tem que ler. Até enviar e-mail, quando você coloca no ambiente, você tem que tomar cuidado, porque é um professor que está ali. às vezes por cansaço ou

distração, o aluno não vai identificar, vai dizer: olha! O professor está escrevendo errado. Então exige uma atenção constante, e às vezes quando você está cansado sim. (...) E eu não sei se já é a idade que vai acumulando com o estresse, o trabalho e tudo. Parece que a memória não é mais a mesma. Porque é um excesso de atividade. E o que eu faço? Ou repetir várias vezes o que eu tenho que fazer, para não esquecer. Ou anotar num papel e deixar ali, eu tenho essa rotina hoje, é pra isso, e eu não posso esquecer, né? Porque os alunos de instituições particulares, eles te enviam um e-mail te perguntando, e se você demorou dois dias pra responder, eles já encaminham para o coordenador. O professor não me deu resposta! Como se você fosse negligente, e às vezes você está tentando solucionar o caso antes de dar a resposta. (Depoimento da Clarice)

Às vezes. Memória é coisa importante, outro dia eu coloquei uma bolsinha de lápis dentro da geladeira, foi ótimo. (Depoimento da Cora)

O estresse se caracteriza pela manifestação de desgaste no corpo e da mente, que pode atingir níveis degenerativos. Sensações de nervosismo, agitação, fraqueza e desorientação podem ser percepções de aspectos subjetivos de estresse. Inevitavelmente a vida cotidiana acarreta desgastes e pressões que culminam em estresse sem se tornar uma patologia. O estresse produz certas modificações na estrutura e na composição química do corpo. Algumas dessas modificações são manifestações das reações de adaptação do corpo, seu mecanismo de defesa contra o estressor; outras já são sintomas de lesão. No conjunto dessas modificações o estresse é denominado Síndrome de Adaptação Geral (SAG), termo cunhado por Hans Selye. Esta síndrome descrita em 1936 se refere aquele conjunto de reações que um organismo desenvolve no esforço do organismo em se adaptar aos infortúnios (Vieira, Guimarães e Martins, 1999). Esta síndrome caracterizava-se por: hipertrofia das glândulas adrenais, úlceras gástricas e uma diminuição no tamanho do timo, baço e gânglios linfáticos. Nas palavras do autor:

O organismo, quando exposto a um esforço desencadeado por um estímulo percebido como ameaçador à homeostase, seja ele físico, químico, biológico ou

psicossocial, apresenta a tendência de responder de forma uniforme e inespecífica, anatômica e fisiologicamente” (Vieira, Guimarães & Martins, 1999, p. 173).

Isto quer dizer que o organismo reage às situações de perigo, real ou imaginário, de forma a se proteger. Nas condições atuais de trabalho a resposta do organismo às situações estressoras ocorre a todo momento em função das pressões a que é submetido. Desta forma, a intensidade da resposta aguda ao estresse deve ser proporcional à ameaça do estressor, tanto em intensidade como em duração. A mobilização de energia induzida pelo estresse deve buscar a restauração do equilíbrio orgânico e deve persistir por um tempo limitado, que não comprometa o organismo, em razão, por exemplo, de seus efeitos inibitórios sobre a digestão, crescimento, reprodução e resposta imune. E o que acontece é exatamente isto, o organismo é submetido a descargas constantes de substâncias químicas que pretendem protegê-lo, mas que, em longo prazo, lesionam o corpo. Dessa forma, o estresse frequente ou mantido por longo tempo pode comprometer o organismo gerando doenças.

Dentre as reações ao estresse estão o medo e a insegurança. No entanto, estes sentimentos são difíceis de reconhecer e associar ao trabalho. No depoimento dos entrevistados, quando surgiu estava ligado à condição de instabilidade que o contrato profissional expõe. Também situações ligadas ao relacionamento com alunos.

Insegurança? Também uma vez por mês às vezes aparece. (Depoimento da Adélia)

Ah! Isso é complexo! Professor de instituição privada, que não é dedicação exclusiva, nunca sabe quanto vai ganhar o semestre que vem. E agora os projetos são sempre pra reduzir a carga horária. Isso também é culpa do MEC. Se um curso pode ter 3200 horas, eles não vão aceitar um curso com 3400 horas. O que fazem? Cortam! Esse semestre, eu estou terminando as disciplinas, uma disciplina que não vai ser mais oferecida. Cortou! Tiveram que cortar, pra adequar a nova matriz curricular aprovada. Então estão sempre te tirando. (Depoimento da Clarice)

Às vezes eu tenho medo de aluno. Eu já tive muito medo desse aluno, que me deu problema esse semestre. Nossa! Era terrível ir pra faculdade e saber que era o dia que eu tinha que dar aula pra ele. Então assim, às quartas e às sextas, era os piores dias, eu já passava o dia, pensando se esse Ser estaria na sala de aula. Então assim, eu fiquei com muito medo desse aluno, eu fiquei com medo o semestre passado. Eu não saía da faculdade sem alguém me acompanhar até o carro. E aí assim, eu comecei a pensar que eu estava ficando paranóica, nossa! Achar que o menino estava me perseguindo ou não. Mas assim, ele não fez nenhuma ameaça direta, eu acho que eu criei um quadro, de desenvolver um medo, uma fobia a ele, injustificada. (Depoimento da Cecília)

A insegurança gerada pelas condições de trabalho promove um sentimento de vulnerabilidade. O medo se generaliza e situações corriqueiras se transformam em grandes problemas porque o profissional não sente segurança e autonomia para tomar decisões. De um lado está o medo do desemprego e de outro o ataque à dignidade que se materializa em fantasias de ataques físicos. A reação de medo direto do aluno pode ser um deslocamento do medo da própria instituição.

A frustração é outro sentimento que aparece como um elemento associado ao desencanto com o trabalho. Mas, este desencanto não aparece diretamente, já que a atividade laboral acaba sendo preservada em suas características positivas. Cabistani (2000) ao discutir o estresse afirma que ao realizarmos qualquer trabalho, buscamos imprimir uma marca, algo que provém de nosso desejo, que produza singularidade. Não sendo possível fazer isto nas condições de trabalho capitalistas, o adoecimento é a consequência, e ele tem sido chamado de estresse na falta de uma palavra que realmente seja condizente com a realidade dos trabalhadores.

Esse é bem frequente né, esse eu acho que pode colocar uma vez por semana, pelo menos, eu me sinto frustrada. Ao trabalho, basicamente ao trabalho, é o que mais me frustra. Assim, outras coisas também, mas o negócio do trabalho me frustra muito. (Depoimento da Adélia)

Com a carreira? Sim, mesmo gostando muito da sala de aula. É frustrante. (Depoimento da Clarice)

Eu acho que agora depois de dez anos na mesma instituição, então eu já estou desmotivado. Eu creio que tem que acontecer algo novo, pra mim porque eu já estou cansado, não tenho frustração em relação ao meu trabalho. Só acho que tem que a profissão é a mesma, só acho que tenho que executar em outro lugar. Então não é que eu estou frustrado, eu acho que o que eu tinha pra contribuir pra faculdade lá, eu já contribuí. Acho que já cheguei no que eu já tinha pra fazer lá dentro, né? (Depoimento do Fernando)

Acho que o que me angustia hoje é esta história da rouquidão. Queria cantar no coral da faculdade, eu vou tentar cantar sozinha e não dou conta de cantar, então isso é chato, nossa e se eu não melhorar, aí vou ter que me aposentar mais cedo. Sei lá, eu crio essas paranoias também. (Depoimento da Cecilia)

É pontual, mas que mexe né, essa coisa de ver o desinteresse dos alunos, de ser final de ano também. Você já tá sobrecarregada, acumulada, doutorado, né, então por conta disso tudo. Mas não é o meu comum não. Isso é uma exceção. (Depoimento da Cora)

Observe-se que o uso do termo estresse direciona a problemática para o trabalhador e é comum ouvir falar de estratégias redutoras do estresse, ou dicas de como lidar com ele. Utilizar este termo sem relacionar com o adoecimento psicossomático pode ser um recurso ideológico que responsabiliza o sujeito pelo seu adoecimento e absolve as condições de trabalho. Estresse e adoecimento psicossomático são termos que se aproximam e referem à mesma questão.

Se o psiquismo fragilizado não encontra formas adequadas de expressão da dor, é por meio da descarga biológica que a tensão se dissipa. O corpo sobrecarregado por estressores tem sua imunidade comprometida e é vulnerável, adoecce mais facilmente que um corpo sem estresse.

O destaque está no idealismo da profissão que é reforçado por estratégias alienantes do próprio sistema educacional. Há uma distância entre o que se deseja e idealiza como profissão e o que acontece no cotidiano. O professor parece buscar inconscientemente formas de resgatar o ideal educacional se iludindo que em outro

lugar, outro tipo de ensino poderá encontrar melhores condições e assim evitará a frustração:

Professor de instituição privada, que não é dedicação exclusiva, nunca sabe quanto vai ganhar o semestre que vem. (Depoimento da Cecília)

A profissão é a mesma, só acho que tenho que executar em outro lugar. (Depoimento do Fernando)

Mesmo gostando muito da sala de aula é frustrante. (Depoimento da Clarice)

4.3. O MAL ESTAR E OS MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO

Cabe discutir agora as estratégias defensivas contra o sofrimento no trabalho, bem como as estratégias de resistência que por ventura estes profissionais utilizam. Como afirma Seligmann-Silva (2011), quando o trabalhador defende sua autonomia, de seus movimentos e de seu pensar, evita mal estar e está defendendo sua identidade, ele está resistindo. Já as defesas estão voltadas diretamente para evitar ou tornar suportável o sofrimento, dificilmente promovendo transformação. “As defesas inconscientes são as que mais se prestam à manipulação e à exploração (p. 368)”.

As defesas psicológicas foram objeto de estudo da psicanálise desde seus primórdios, sendo A. Freud (1968/1980) a primeira a publicar um livro sobre o tema. Conforme a teoria freudiana, os conflitos psíquicos provocam o surgimento de mecanismos defensivos porque o aparelho mental precisa evitar qualquer distúrbio que venha a provocar mal estar na forma de ansiedade. Nesta luta para manter sua estabilidade, as defesas surgem como recurso tanto consciente quanto inconsciente.

Para Dejours (2007) de fato, o trabalho é fonte inesgotável de paradoxos. O medo é o elemento decisivo para pender para o bem ou o mal. É o medo que se instala na atividade laboral e deixa o sujeito tenso e constantemente ameaçado,

tanto em seu corpo físico quanto em seu aparato psíquico. Para continuar a trabalhar apesar do medo, é preciso formular estratégias defensivas contra o sofrimento imposto pela atividade laboral. São elas que buscam evitar o risco da crise psíquica e a doença mental. Visando a ‘adaptação psicológica’ e a serviço da racionalidade das condutas no que se refere à preservação do sujeito, as defesas não ocorrem sem um preço. Elas podem contribuir para atenuar a consciência moral e aquiescência ao exercício do mal. Os professores entrevistados demonstraram em seu discurso diversos elementos que podem ser associados ao uso de estratégias defensivas e mobilização subjetiva.

Mobilização subjetiva refere-se aos mecanismos que visam a transformação de vivências de sofrimento em prazer. Diferentemente das estratégias defensivas, a mobilização não nega ou minimiza o sofrimento, mas busca a ressignificação das situações geradoras de sofrimento em situações que proporcionem alguma forma de prazer. Para isto, o trabalhador precisa usar sua subjetividade, sua inteligência e o coletivo de trabalho. Estratégias de companheirismo, solidariedade, cooperação são exemplos disto. Também o são a busca de diálogo e de um espaço público para discussões sobre o trabalho, troca de experiências. O espaço coletivo também é um espaço de resistência (Bruch & Monteiro, 2011, p. 135)

A liberdade para falar, a possibilidade de estar frente a frente para esclarecer eventuais distorções na comunicação, ou mesmo para admitir um erro, são formas saudáveis de relacionamento que podem ser proporcionadas no contexto de trabalho. Nessas situações, predominam a espontaneidade e a exposição das ideias, promovendo um espaço de manutenção do coletivo.

A mobilização subjetiva pode ser ativada a partir do relacionamento com os pares e o reconhecimento dos alunos. Os depoimentos mostram a busca dos professores por apoio na relação com os alunos e os colegas de trabalho, garantindo assim um local de resistência e prazer na atividade profissional:

Eu sempre tive assim, coordenadores que preservaram o professor, mas nem todos os casos isso acontece. Dentro das possibilidades do coordenador. Porque eu respondo ao coordenador, mas o coordenador responde ao diretor acadêmico, ao diretor geral. Dentro das condições dele sim, é o que ele pode fazer. (Depoimento de Clarice)

A equipe de professores é muito bacana. A equipe te dá muito suporte, te dá muita atenção. Nos momento assim, de hora de intervalo, que você reúne com a equipe, é muito bacana. Com os alunos, em geral é bom. É um ou outro que às vezes te causa uns estresse. (Depoimento de Cecília)

Para Dejours (2007) o trabalho se torna perigoso para o aparelho psíquico quando se opõe à sua livre atividade. O bem estar advém da descarga de energia psíquica que a tarefa possibilita, ele permite a criatividade e a reflexão sobre sua atividade. Infelizmente, este trabalho livre escolhido ou livremente organizado tem poucas possibilidades de existência na atual organização do trabalho. Mesmos as atividades não produtivas, como a educação perdem sua capacidade de descarga. No trabalho fatigante, não há espaço para as atividades fantasmáticas e a via de descarga psíquica está fechada, ela se acumula gerando tensão no psiquismo e desprazer. Ela cresce até aparecerem fadiga, descompensação e patologias. No depoimento de Adélia observa-se a tentativa de resguardar a atividade da docência e amenizar o mal estar causado pela instabilidade:

Eu acho que faz parte do meu projeto de vida, sempre ter duas coisas. (...) Aí no final, eu tava muito insatisfeita de ficar só com a docência, eu sentia falta da clínica, e essa instabilidade também né, juntou tudo isso essa instabilidade financeira que aí eu retornei para o consultório. Então isso pra mim é uma coisa que é bacana, eu não tenho queixa em relação a isso, em ter dois trabalhos, não. (Depoimento da Adélia)

No depoimento de Cora observa-se também a frustração e o mal estar sendo banalizados e a busca de recursos internos para minimizar estas questões²⁶.

eu tenho tesão em dar aula, ainda. Só que as condições de trabalho não são muito boas. E também por conta da questão salarial. As salas são muitos cheias, eu dou aula em sala com ar-condicionado, não tem nem janela. Na faculdade onde eu estou atualmente, porque eu dei aula em várias faculdades. Tenho muitos alunos por sala, então a gente acaba

²⁶ No mês de fevereiro de 2014 a pesquisadora encontrou a entrevistada e ela contou que comprou um microfone por orientação da fonoaudióloga e assim minimizar os problemas que apresenta nas cordas vocais.

tendo problema com cordas vocais. A gente acaba tendo que falar um pouco mais alto (Cora).

Para Dejours e Abdoucheli (1994) as estratégias defensivas levam à modificação, transformação e banalização da percepção que os trabalhadores têm da realidade que os faz sofrer. Graças às defesas, os trabalhadores minimizam a percepção que tem das pressões externas que os faz sofrer. Elas funcionam como um retorno da relação subjetiva com as pressões patogênicas. É uma operação mental que não modifica a realidade da pressão.

Se as estratégias defensivas são necessárias para a continuação do trabalho e a adaptação às pressões para evitar a loucura, em contrapartida elas contribuem para estabilizar a relação subjetiva com a organização do trabalho, no estado em que ela se encontra e a alimentar uma resistência à mudança (p. 130).

O risco da alienação ocorre quando a estratégia defensiva torna-se tão preciosa que ao enfrentar as pressões psicológicas do trabalho acabam por transformar a estratégia em um objetivo em si mesma. O sofrimento não é mais reconhecido como decorrente do trabalho.

Dejours (2007) não aponta apenas a patologia do trabalho, mas também sua potencialidade para a saúde como elemento primordial gerador de sentido e identidade do sujeito. As relações sociais de trabalho podem permitir a subversão da dominação por intermédio da dinâmica do reconhecimento: reconhecimento pelo colega, pela contribuição do sujeito para a administração entre a defasagem entre trabalho prescrito e trabalho real. Este reconhecimento da contribuição do sujeito possibilita a reapropriação de sua atividade. “Quando a dinâmica do reconhecimento funciona, o sujeito se beneficia de uma retribuição simbólica que pode inscrever-se no âmbito da realização do ego, no campo social” (Dejours, 2007, p. 97). O mal está, segundo este autor, na alienação. Os danos cognitivos e afetivos causados pelo trabalho repetitivo e sem sentido obstruem o acesso à sublimação.

Outro elemento importante nos depoimentos está a relação com os colegas e com os alunos. Conforme Bruch e Monteiro (2011) o desenvolvimento da identidade psicológica e social e o sentido atribuído ao trabalho são decorrentes das relações que se estabelecem no trabalho, as quais sofrem influência dos vários processos de reconhecimento, quando o trabalhador se sente prestigiado pelo seu fazer.

Então as coisas que acontecem pra mim, sempre são muito surpreendentes. É um aluno que eu percebo que está envolvido, que no final da aula quer continuar, que me procura depois, que me dá esse retorno, então eu tenho me fixado muito nesse povo, porque esse tem sido um retorno muito gratificante. (Depoimento de Adélia)

Todas as relações com os seres humanos às vezes são conflituosas. Sala de aula, você prepara, às vezes chega lá dá tudo certo e você sai de lá feliz. Às vezes dá tudo errado e você sai de lá frustrada. E a mesma aula se você trabalha em turma diferentes, uma pode dar certo e outra não. (Depoimento de Clarice)

É um aluno que não valoriza o profissional de educação. Eu acho que é esse o sentimento. (...) esse aluno chega muito despreparado e muito desrespeitoso, é esse o sentimento que eu tenho. (Depoimento de Cora)

Em relação ao processo saúde doença, quando as pressões e as imposições da organização do trabalho são enfrentadas pelo trabalhador de modo a proporcionar prazer ou satisfação, o resultado é bem estar e promoção de saúde. Quando há falhas neste processo, o sofrimento se torna insuportável, e o sujeito adoece. O sofrimento pode ser transformado em prazer por meio da dinâmica do reconhecimento. Este se dá principalmente pelos colegas ou por quem ocupa posição hierarquicamente superior reconhecendo a qualidade de seu trabalho. A falta do reconhecimento leva a perda de sentido no trabalho, que poderá levar a uma descompensação psíquica ou somática. Para a psicodinâmica, “o julgamento é a maneira concreta com que o sujeito interage com mundo ideal do trabalho” (Bruch & Monteiro, 2011, p. 124). Isso proporciona ao ego um sentimento de pertença. Quando não existe o reconhecimento e sim um julgamento considerado injusto, rompe-se o sentimento de pertença: os sentimentos são de mágoa e ressentimento.

Outra forma de reconhecimento, que é especialmente importante quando falamos do trabalho de educador, é o julgamento de utilidade técnica, social ou econômica. A dinâmica do reconhecimento produz no sujeito a ideia de que seu trabalho não foi em vão, um sentimento de fazer a diferença. Quando o trabalho adquire sentido, mesmo que tenha que sofrer para realiza-lo, sua dor é amenizada e

o sentimento é de que valeu a pena. No caso dos professores o reconhecimento dos alunos é fator importante de prazer e também de sofrimento:

acho que eu sinto desprazer e desconforto, quando tem cobranças indevidas. Quando os alunos, eles ao invés de te falar alguma coisa, eles vão lá na coordenação e falam pra coordenação, e a coordenação te cobra. Eu acho que às vezes a coordenação poderia falar que, tem coisas que poderia ser tratadas diretamente com o professor. E isso me dá muito desprazer, dá uma contrariedade. (Depoimento da Cecília)

Eu gosto da docência, mas não estou satisfeita com o que eu ganho, não estou satisfeita com as condições que o professor tem pra trabalhar hoje. Mas com a sala de aula, por mais que o aluno tenha dificuldade, esse contato com o aluno, isso eu gosto. Então na docência a parte positiva é o contato com o aluno. (Depoimento da Clarice)

Dejours (1992) chama também de ideologia defensiva as estratégias utilizadas pela classe trabalhadora para lidar com o dilema da saúde e da doença. Para este autor o corpo do trabalhador é silenciado no modo de produção capitalista porque somente o corpo que trabalha, o corpo produtivo, pode ser aceitos. Nesta ideologia da vergonha, a doença, o mal estar são vistos como estranhos e como falhas. A dor é escamoteada até não ser mais sentida e o corpo é um estranho. A busca de ajuda só ocorre quando o sofrimento está insuportável ou impossibilita o trabalho. A população submetida às condições de trabalho precarizadas, ameaçadas pela demissão vivem o adoecimento como risco. Há o medo de perder o trabalho decorrente desta situação de constante instabilidade. A ideologia defensiva tem por objetivo mascarar, conter e ocultar uma ansiedade. No trabalho, utilizada como mecanismo de defesa por um grupo de profissionais, ela tem sempre um caráter vital, fundamental, necessário. Ela substitui os mecanismos de defesa individuais, tornando-se inevitável e obrigatória para a sobrevivência do sujeito no trabalho.

Quando Cecília descreve o quanto gosta de sua atividade, ela também deixa escapar que reduzir suas expectativas foi a forma que encontrou para sustentar este prazer profissional.

Eu baixei muito a minha expectativa em relação a mim mesma, e eu acho que em relação à instituição e aos meus alunos (...) eu gosto demais de viver, eu gosto demais de trabalhar, eu gosto demais de me sentir útil. Eu acho que é isso me dá prazer. (Depoimento da Cecília)

Dejours (1992) também fala dos efeitos deletérios do trabalho repetitivo, taylorista sobre o aparelho mental. Segundo ele, esta atividade faz desaparecer o ‘amortecedor’ entre a organização do trabalho e o aparelho mental que era a responsabilidade pela concepção e realização da tarefa. Desta forma, a atividade motora passa a ocorrer sem o intermédio da atividade cognitiva e intelectual. Este autor também ressalta que o tempo fora do trabalho reflete um custo financeiro que não pode se ter na organização capitalista. Poucos são os trabalhadores que podem organizar lazer de acordo com seus desejos e suas necessidades fisiológicas. E mesmo as atividades fora do trabalho são contaminadas pela despersonalização e pelo ritmo da atividade laboral. Controle do relógio, perda da espontaneidade permanecem no trabalhador fora das atividades laborais, fruto da adaptação e condicionamento mental à cadência de seu trabalho. Este condicionamento é desejável pela organização do trabalho porque limita comportamentos espontâneos, que poderiam criar problemas no labor. Este é o círculo vicioso da alienação que torna o próprio trabalhador artesão de seu sofrimento.

Evidencia-se uma tendência a buscar soluções para o mal estar, justificativas para as situações abusivas. Parece que esta busca se dá por uma tentativa de preservar algum bem estar na atividade e ao mesmo tempo minimizar o mal estar e o sofrimento cotidiano. Existem situações que parecem inerentes ao trabalho no ensino superior privado, como por exemplo, o poder dado aos alunos, tratados como clientes de um serviço oferecido por intermédio dos docentes. Desqualifica-se o processo educativo e a atividade exercida pelo profissional e privilegia-se a força de quem compra um serviço, que não mais parece ser a educação mas o diploma, ou a nota.

O prazer associa-se mais uma vez ao idealismo. Sublimar não é possível.

eu gosto muito da sala de aula, eu gosto muito do trabalho direto com o aluno, assim, por mais que eu tenha muitas dificuldades... cada aula pra mim é uma realização. (Depoimento da Cecília)

Prazer de fazer “diferença” na formação do aluno entra em contradição com a desilusão em relação ao sistema educacional. Bruch e Monteiro (2011) apoiadas em Dejours, destacam a importância da confiança como elemento fundamental para compreender a dinâmica prazer/sofrimento no trabalho. As relações entre os colegas são por isto, elemento necessário para manter um ambiente positivo e facilitador de resistência, contribuindo para a libertação do sujeito da alienação e da dominação pelo estabelecimento da solidariedade.

O grupo de colegas te anima a pertencer aquele grupo, então por exemplo: pra sair de lá pra ir pra outra instituição privada, isso não me motiva. Sair de lá pra ir pra outra instituição com o mesmo perfil, até então não tem me motivado. (Depoimento do Fernando)

Na profissão docente, prazer e desprazer andam juntos. Há um movimento de preservar a profissão apesar das condições. A relação com o aluno parece ocupar o lugar do reconhecimento dos pares apontado por Dejours como um dos fatores propiciadores de prazer no trabalho e preservação da saúde.

O desprazer não aparece no esforço material, considerado inerente, mas na frustração de não ver resultado significativo em seu trabalho e nem reconhecimento dele.

É quando o aluno aprende e te agradece por ele ter aprendido. Ele reconhece que você fez um bom trabalho, que ele conseguiu aprender, que você consegue ver o desenvolvimento dele ao longo do semestre. (Depoimento da Adélia)

Quando a gente se sente reconhecido nesse lugar, (...) pra mim foi muito bom. Mas tem dia que isso não acontece. Então eu vivo isso, até de entrar em uma aula de achar que deu tudo certo, que eu sou bacana, que eu sou uma boa professora, que é esse o caminho mesmo, e na outra aula eu falar assim... nossa senhora! O que aconteceu? O que eu estou fazendo aqui? (Depoimento da Clarice)

Este tipo de reconhecimento prende o docente à ideologia da docência como missão e atende aos interesses organizacionais. Siqueira, Finazzi e Calgaro (2011) abordam a questão da servidão no trabalho dizendo que a submissão leva a aceitação dos modos de gestão da organização do trabalho sem protesto. A organização se aproveita da vulnerabilidade do trabalhador para aproveitar sua produtividade, fundamentada nos preceitos da cultura da excelência. Para estes autores, o trabalhador tem sua subjetividade sequestrada pela organização, em uma dinâmica de autodoação, que intensifica-se até a identificação. Para evitar contato com o desamparo, a falta constituinte do ser humano, muitos trabalhadores tornam-se servis, pois desacreditam em seu potencial de transformação. Desta forma, a sujeição é um modo de agir confortável, previsível que atenua a angustia diante do sofrimento. No caso dos professores a questão se complica em função do valor simbólico da educação, que é aproveitada pelo modo de gestão como mais um elemento identificatório e aprisionador do educador. Os professores desacreditam no sistema, e mesmo sendo profissionais com alto gabarito técnico acabam por se submeter da mesma forma que os demais operários. A vulnerabilidade independe da graduação formal ou da intelectualidade, pode ser uma questão de sobrevivência.

O sofrimento no trabalho assume papel controverso, sendo, ao mesmo tempo, um mobilizador psíquico, social e político por provocar mudanças e por resistir a elas. Quando é negado e evitado, pode produzir diversos sintomas que paralisam o movimento de vida do trabalhador. Assim, ele se encontra entre a normalidade e a patologia, e seu destino será traçado nesse jogo de forças (Siqueira, Finazzi, & Calgaro, 2011, p. 186).

O mal estar presente no discurso dos entrevistados se destaca especialmente na queixas em relação às condições de trabalho a que estão submetidos e ao sentimento de impotência em relação às possibilidades de transformar tal situação. As novas formas de controle gerencial estão presentes na gestão do ensino superior privado, descaracterizando o processo de trabalho, produzindo medo e precarização e tornando os docentes obedientes ao processo de mercantilização. Com isto, o mal é banalizado e quebram-se os laços solidários abrindo a via do adoecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”

Guimarães Rosa

Durante a finalização desta tese chega ao noticiário a informação de que foi criado o maior conglomerado do setor educacional do mundo com a fusão dos dois maiores grupos de educação do Brasil. A companhia resultante teria faturamento bruto de R\$ 4,3 bilhões, cerca de um milhão e meio de alunos e valor de mercado próximo a R\$ 12 bilhões²⁷. Não poderia haver melhor confirmação do processo de mercantilização da educação vigente no país e provavelmente no mundo.

Sendo assim a pertinência de investigar o trabalho dos docentes do ensino superior se torna cada vez mais inegável. A compreensão deste campo de estudo não pode se furtar do entendimento das transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade e suas consequências na vida, no trabalho e no corpo das pessoas.

As mudanças no mundo do trabalho afetam todas as categorias de trabalhadores, mas no que diz respeito ao trabalho docente, sobretudo ao desenvolvido nas instituições de ensino superior privadas, observa-se um quadro em que as condições de trabalho se tornam cada vez mais precarizadas e intensificadas.

Os novos modelos de gestão instituem a naturalização do produtivismo na educação, aumentando o número de alunos em sala, por exemplo. No contexto da reestruturação produtiva, a utilização de inovações tecnológicas para tornar a organização do trabalho mais produtiva conduz à precarização da atividade docente com aumento de tarefas, mais turmas e diferentes conteúdos, salas mais cheias, maiores exigências e demandas para o docente. Esta ampliação das atividades segue a lógica gerencialista, com cobrança de metas e uso de recursos tecnológicos como aulas informatizadas e em ambiente virtual intensificando o labor. Esta

²⁷ Informação obtida no jornal Estado de São Paulo. Souza, D. (2014) Fusão que cria maior grupo educacional do Brasil é aprovada. Jornal Estado de São Paulo, 3/07/2014. Retirado de: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,fusao-que-cria-maior-grupo-de-educacao-do-brasil-e-aprovada,1522995>. Acesso em 04/07/2014.

manipulação gerencial que faz uso de ameaças produz trabalhadores submetidos ao medo, gerando comportamento de obediência e submissão. O risco está na quebra da solidariedade e a abertura para a banalização do mal.

Desta forma, podemos afirmar que os docentes do ensino superior privado entrevistados para a presente tese, estão expostos a condições de trabalho precárias, sendo submetidos a gestões que desqualificam a educação e transformam o ensino em mercadoria, barateada por um sistema de exploração da força de trabalho. No entanto, o campo educacional é repleto de representações ideológicas sobre o fazer educativo que associam a profissão à missão heroica de salvador da humanidade. Acreditando que a sua identidade se vincula ao seu labor, sofre o docente ao perceber sua profissão ser desqualificada comprometendo os propósitos de auto realização e a própria subjetividade. Esta última se constrói na interseção das relações sociais e precisa do reconhecimento para se estabelecer.

Como consequência, um dos elementos primordiais para a desilusão profissional do docente está na impossibilidade de identificação com sua atividade dada a desvalorização cotidiana vivenciada por eles. A mercantilização da educação é fator desqualificante desta atividade e gerador de desgaste. A alienação se faz presente como recurso que oculta parte deste mal estar, banalizando-o e submetendo o docente à situações em relação às quais discorda, mas contra às quais se sente impedido de lutar.

Os professores gostam de seu trabalho, mas desgostam das condições oferecidas para realizá-lo. Ocorre um processo de idealização de sua atividade e também muito desgaste. Neste sentido, a alienação funciona como recurso defensivo. Ao ignorar as estratégias perversas da instituição de ensino para manipular e controlar seu trabalho, o docente adia o mal estar decorrente desta constatação. A consciência constante da situação de exploração e degradação a que se expõe seria sofrer duplamente, visto que depende do emprego para sobreviver. Ter consciência do mal e ainda ser obrigado a se submeter pode ser causa de intenso sofrimento. Neste sentido, estar alienado e não buscar sair desta alienação pode ser uma forma de se manter mais tempo no campo do trabalho ignorando o sofrimento, ou banalizando-o.

O tipo de contrato de trabalho é fator de precarização econômica, e também fator gerador de instabilidade e insegurança ocasionadas pelo temor de demissão ou de perda de horas aula a cada período letivo. Pode-se destacar que este tipo de

medo é utilizado pela direção das IES privadas para fazer aceitar a intensificação e a degradação tanto das condições quanto das relações no exercício profissional.

Dentre os efeitos da precarização apontados por Dejours (2007) destacam-se a neutralização da mobilização subjetiva contra o sofrimento, contra a dominação e contra a alienação e a estratégia defensiva do silêncio, cegueira e surdez que implica em negar o sofrimento alheio e o próprio produzindo consequências importantes no corpo e na vida dos professores.

A perda de sentido do trabalho e a perda do controle sobre a atividade culminando na perda da autonomia são dois elementos importantes para elucidar a auto alienação, que pode levar a uma acomodação a esta situação, tentando talvez suportar as iniquidades vivenciadas.

Os dados sinalizam a precarização da educação e do trabalho docente como importante fator desencadeante de adoecimento psicossomático. O mal estar aparece encoberto por um discurso que nega problemas de saúde diretos, porém se desvela em queixas variadas e não atribuídas ao trabalho diretamente, como dores no corpo e na cabeça, problemas estomacais, nervosismo, problemas de memória e concentração e alergias que são sinais e sintomas de estresse e afecções psicossomáticas.

A forma como o trabalho é organizado no modo de produção capitalista e nas instituições de ensino superior privadas não possibilitam a livre expressão e a manifestação de oposição aos modelos instituídos e impede a ressignificação do mal estar vivido na atividade laboral. Tal situação é causadora de sofrimento e este sem descarga, acaba por se deslocar para a via corporal, ocasionando gastrites, dores de cabeça e alergias. Outros sintomas presentes e relacionados ao alto nível de estresse são insônia, ansiedade e nervosismo.

Mesmo em relação à saúde, pode se observar elementos de alienação, visto o não reconhecimento em seu próprio corpo dos sinais de adoecimento e a investigação acabou se tornando um momento de tomada de consciência das dificuldades vivenciadas e a constatação delas como associadas ao trabalho. Deste modo, foi desmistificado o discurso da boa saúde e revelado um alto nível de adoecimento não percebido.

Os recursos internos dos professores estão comprometidos pela alienação, fazendo com que intensifiquem mais suas atividades e ignorem os sinais de sofrimento e adoecimento. Como recursos saudáveis estão a relação entre os pares

e o feedback oriundo dos alunos e acima de tudo na crença em valores educacionais que se sustentam nos ideais educacionais. É a busca de sentido no trabalho educacional.

O uso das estratégias defensivas ocorre de forma intensa, especialmente a negação do sofrimento, das condições de trabalho, do adoecimento. A preservação da atividade laboral é uma tentativa de manter algum tipo de prazer no trabalho, sustentada pela ideologia do professor que cumpre sua missão e é reconhecido pelos seus pares e seus alunos. Sustentar a representação de ser aquele professor que faz diferença e realiza sua atividade apesar das limitações do sistema é fonte de gratificação e parece sustentar o profissional na docência. Por outro lado, tal posição leva também a intensificação das atividades e auto exigência. O reconhecimento se destaca como um elemento fundamental para produzir a ressignificação do trabalho docente. Quando ele não acontece, o sentimento é de frustração, de desânimo pela não valorização.

A vulnerabilidade em relação ao aluno e à instituição, principalmente em função do regime de contratação e descrédito são limitadores das possibilidades de reconhecimento e promovem a desmobilização em relação ao sindicato na defesa de seus direitos.

Outra causa de sofrimento na realização do trabalho docente é a forma como a atividade se estrutura no processo de mercantilização da educação. Ela desvirtua a função docente afetando o sentido do trabalho. Interessante observar que o cansaço, o excesso de atividades, o número de horas trabalhadas não são relatados como queixa, mas como naturais à profissão. O uso da racionalização possibilita justificar e explicar as situações desagradáveis vividas na instituição. O desgaste só apareceu para abordar questões subjetivas e mesmo o adoecimento só foi reconhecido quando a contradição ficou evidente.

As informações obtidas neste estudo constituem um delineamento do cenário do trabalho nas IES privadas. Ocorre uma nítida sobrecarga oficializada pela flexibilização e desregulamentação dos direitos. A jornada de trabalho do docente invade a vida privada limitando o tempo para o lazer e aprisionando a própria vida, levando a um desgaste físico e emocional. Ao mesmo tempo em que ocorre a reconfiguração do trabalho docente, há o desmantelamento dos movimentos sindicais, com perda de credibilidade e de representatividade destes órgãos. Conclui-se que no mundo do trabalho em mutação, na docência no ensino superior

privado consolida-se a ideia de que quem está empregado deve suportar a qualquer custo as adversidades.

Diante disto, os resultados apresentados contribuem para o avanço na investigação da relação trabalho e saúde, em especial na especificidade do adoecimento psicossomático causado pelo desgaste laboral. É preciso dar maior visibilidade ao adoecimento pelo trabalho, discriminando as doenças que podem acometer o trabalhador para desta forma possibilitar maior reconhecimento desta relação e assim garantir os direitos e promover mudanças na organização do trabalho.

Como aponta Mezsáros (2004) é necessário romper o ciclo da alienação na educação e assim esta prática pode realmente se tornar transformadora de vidas. Para tal será necessário que os professores encontrem espaço de mobilização. Este não é um problema apenas dos profissionais desta área, mas de todos os trabalhadores visto que só pela via da discussão, reflexão e mobilização podem conseguir romper paradigmas e transformar a realidade.

REFERÊNCIAS²⁸

- Abreu, K. L. Stoll, I. Ramos, L. S., Baumgardt, R. A. & Kristensen, C. H. (2002). Estresse ocupacional e Síndrome de Burnout no exercício profissional da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(2), 22-29. Retrieved July 18, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200004&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1414-98932002000200004.
- Alfinito, S. (2007) Educação superior no Brasil : análise do histórico recente (1994-2003) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília.
- Almeida Filho, N., & Andrade, R. F. S. (2003). Holopatogênese: Esboço de uma teoria geral de saúde-doença como base para a promoção da saúde. In D. Czeresnia & C. M. Freitas (Orgs.), *Promoção da saúde: Conceitos, reflexões e tendências* (pp. 101-119). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz.
- Almeida Filho, N., Coelho, M. T. A., & Peres, M. F. T. (1999). O conceito de saúde mental. *Revista USP*, (43), 100-125.
- Antunes, C. (2012) Acerca da indissociabilidade entre as categorias trabalho e educação. In F. S. Previtali (Org.), *Trabalho, educação e reestruturação produtiva* (pp. 55-72). São Paulo: Xamã
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Antunes, R. (2012) Da especialização à flexibilização: As formas da educação no modo de produção capitalista. In F. S. Previtali (Org.), *Trabalho, educação e reestruturação produtiva* (pp. 15-24). São Paulo: Xamã.
- Apple, M. (1995). *Trabalho docente e textos: Economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Arantes, M. A. (1998). Vida e morte no trabalho. In R. Volich, F. Ferraz, & M. A. Arantes (Orgs.), *Psicossoma II: Psicossomática psicanalítica* (pp. 155-162). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

²⁸ De acordo com o Estilo APA – American Psychological Association

- Araújo, T. M., Sena, I. P., Viana, M. A., & Araújo, E. M. (2005). Mal-estar docente: Avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 29, 6-21.
- Assunção, A. A. (2003). Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232003000400022&lng=en&nrm=iso
- Barreto, R. G. (2004). Tecnologia e educação: Trabalho e formação docente. *Educação & Sociedade*, 25, 1181-1201. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22617.pdf>
- Barreyro, G. B. (2008). *Mapa do ensino superior privado*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, DF: Inep/MEC. Recuperado de http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B8ED30485-A41C-4E03-AD54-A75FB66FFBC3%7D_Relatosdepesquisa37.pdf
- Batistella, C., Barcellos, C., Gondim, G., Silva, J., Monken, M., & Gomes, M. (2007). *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fiocruz. Recuperado de <http://www.epsjv.fiocruz.br/pdtsp/index.php?id=1&prioridade=1>
- Berger, P. L., & Luckmann, T. A. (1987). *Construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Beynon, H. (1997). As práticas do trabalho em mutação. In R. Antunes (Org.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicato: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Birman, J. (2013) Dor e sofrimento na contemporaneidade: uma leitura psicanalítica do campo do trabalho. In A.C. Merlo, A. M. Mendes & R. Moraes (orgs.) *O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia*. (pp. 41-53) Curitiba, PR: Juruá.
- Bock, A., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (2002). *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo, SP: Saraiva.
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, 28, 1503-1523.

- Brandão Júnior, P. S. (2000). *Biosegurança e AIDS: As dimensões psicossociais do acidente com material biológico no trabalho em hospital* (Dissertação de mestrado não publicada). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ.
- Brasil (2003). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior Estatísticas dos professores no Brasil*. Brasília.
- Brasil (2005) Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Cadastro nacional de docentes da educação superior 2005.1* Versão Preliminar. Brasília.
- Brasil (2007) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior: sinopse estatística – 2005* / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília.
- Brasil (2009) Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico censo da educação superior 2008* (Dados preliminares). Brasília.
- Brasil (2010) Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior: 2009 – resumo técnico*. Brasília.
- Brasil (2011) Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Diretoria de Estatísticas Educacionais. *Censo da Educação Superior 2010*. Brasília.
- Brasil (2012) Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico*. – Brasília
- Brasil (2013) Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior: 2011 – resumo técnico*. – Brasília
- Brito, J. C. (2000). *Projeto de pesquisa: Relações de gênero, precarização do trabalho e saúde*. Rio de Janeiro, RJ: Cesteh/Fiocruz.

- Bruch, V. L. A., & Monteiro, J. K. (2011). Relações entre colegas com o manifestações de resistência ao adoecimento no trabalho. In M. C. Ferreira, J. N. G. Araújo, C. P. Almeida, & A. M. Mendes, *Dominação e resistência no contexto trabalho-saúde* (pp. 121-140). São Paulo, SP: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Bueno, B. O., & Lapo, F. R. (2003). Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, (118), 65-88.
- Cabistani, R. M. O. (2000) A psicanálise na escuta do sujeito estressado. In A. Jerusalinsky, A. C. Merlo, & A. L. Giongo (Orgs.), *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo* (pp. 255-260). Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.
- Campos, W. C. R. Ito, A. M. (2009) Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisa de Saúde e dos Ambientes de Trabalho. Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores nas instituições de ensino privado no Rio Grande do Sul. Informe Técnico de Pesquisa¹. São Paulo.
- Canguilhem, G. (1943/2002) O normal e o patológico. Tradução de Maria de Threza Redig de C. Barrocas e Luiz Octávio F. B. Leite. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, 307 p.
- Canguilhem, G. (2006). *O normal e o patológico* (6a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Cardoso, M. E. (2011). Identidade(s) docente(s): Aproximações teóricas. In D. A. Oliveira, M. E. Pini, & M. Feldfeber, *Políticas educacionais e trabalho docente: Perspectiva comparada* (pp.187-212). Belo Horizonte, MG: Fino Traço.
- Chauí, M. (1999). *Convite à filosofia*. São Paulo, SP: Ática.
- Chomsky, N. (2014) Sobre a precarização do trabalho e da educação na universidade. *Carta Maior*, 2 mar. 2014. Recuperado de: <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEducacao%2FChomsky-Sobre-a-precizacao-do-trabalho-e-da-educacao-na-universidade%2F13%2F30389>>.
- Codo, W. (1999). *Educação: Carinho e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes/CNTE.
- Coelho, M. T. A. D., & Almeida Filho, N. (1999). Normal-patológico, saúde-doença: Revisitando Canguilhem. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 9(1), 13-36.

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (2007). (34a ed.). São Paulo, SP: Saraiva.

Contreras, J. (2002). *A autonomia de professores*. São Paulo, SP: Cortez.

Costa, S. H. B. (2013) Trabalho prescrito e trabalho real. In: Vieira, F. O. Mendes, A. M. & Merlo, A. R. C. (orgs.) *Dicionário Crítico de gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá.

Cromberg, R. U. (2003). Sobre adaptação à realidade ambiental e padecimento corporal. In M. Volich, F. Ferraz, & W. Rannã (Orgs.), *Psicossoma III: Interfaces da psicossomática* (pp. 267-278). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Dal Rosso, S. (2006). Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, 4, 65-91.

Dal Rosso, S. (2008). *Mais trabalho!: A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo, SP: Boitempo.

Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 14(54), 7-11.

Dejours, C. (1988). *Loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo, SP: Cortez-Oboré.

Dejours, C. (1992). Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In J.-F. Chanlat, *O indivíduo na organização: Dimensões esquecidas* (pp. 149-174). São Paulo, SP: Atlas.

Dejours, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo, SP: Atlas.

Dejours, C. & Abdoucheli, E. (1994). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: Dejours, C. Abdoucheli, E. & Jayet, C. *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuição da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. (pp. 119-145). São Paulo: Atlas.

Dejours, C. (1999) *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34.

Dejours, C. (2007). A psicodinâmica do trabalho na pós modernidade. In A. M. Mendes, S. C. C. Lima, & E. P. Facas (Orgs.), *Diálogos em psicodinâmica do trabalho* (pp. 13-26). Brasília, DF: Paralelo 15.

Delcor, N. S. (2003). *Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino em Vitória da Conquista, Salvador, Bahia* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

Dias, A. J. C. (2006). *O ensino superior privado em Uberlândia: Contradições do trabalho docente* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

Dos Santos, A. de F. T. (2010) Política educacional para a “universidade microondas”: gestão universitária, trabalho docente e qualidade da formação humana sob o efeito do “mercado educador”. , v. 3, n. 1, 2010. *Revista Gestão Universitária na América Latina* [online]. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2010v3n1p12/22038>>.

Dos Santos, A. F. T. (2012). *Pedagogia do mercado: Neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI*. Rio de Janeiro, RJ: Ibis Libris.

Duarte, M. C. L. Ribeiro, P. C. A. (2009) Panorama da Educação Superior Privada no Rio de Janeiro. Recuperado em 02/03/2014 de: <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art279.asp>

Elias, M. A. (2003). *O impacto do trabalho sobre a saúde das trabalhadoras em área hospitalar: um estudo sobre o trabalho e sua relação com a saúde d profissionais de enfermagem* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Elias, M. A., & Navarro, V. L. (2006). A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: Negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14, 517-525.

Esteve, J. M. (1995). Mudanças sociais e função docente. In A. Nóvoa (Org.), *Profissão professor*. Lisboa, Portugal: Porto Editora.

- Faria, M. A. (1998). O trabalho e o processo saúde doença. In R. Volich, F. Ferraz, & M. A. Arantes (Orgs.), *Psicossoma II: Psicossomática psicanalítica* (pp. 183-194). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Ferraz, F. (1998). O mal estar no trabalho. In R. Volich, F. Ferraz, & M. A. Arantes (Orgs.), *Psicossoma II: Psicossomática psicanalítica* (pp. 163-173). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Ferraz, F. (2013). Alienação e sublimação no trabalho. In A. C. Merlo, A. M. Mendes, & R. Moraes (Orgs.), *O sujeito no trabalho: Entre a saúde e a patologia* (pp. 139-148). Curitiba, PR: Juruá.
- Ferreira, M. C., Araujo, J. N., Almeida, C. P., & Mendes, A. M. (2011). *Dominação e resistência no contexto trabalho-saúde*. São Paulo, SP: Universidade Mackenzie.
- Ferreira, M. C., & Mendes, A. M. (2003). *Trabalho e riscos de adoecimento: O caso dos Auditores Fiscais da Previdência Social*. Brasília, DF: FENAFISP.
- Foucault, M. (1993). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35, 229-248. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=en&lng=pt. 10.1590/S0303-76572010000200006
- Freitas, C. R., & Cruz, R. M. (2008). *Saúde e trabalho docente*. Trabalho apresentado no vigésimo oitavo Encontro Nacional de Engenharia de Produção: A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável. Rio de Janeiro, RJ: Associação Brasileira de Engenharia de Produção. Recuperado de http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_072_509_10776.pdf
- Freitas, L. G. (2006). *Saúde e processo de adoecimento no trabalho dos professores em ambiente virtual* (Tese de doutorado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Freitas, L. G. (2013). *Prazer e sofrimento no trabalho docente: Pesquisas brasileiras*. Curitiba, PR: Juruá.

- Freud, A. (1980). O ego e os mecanismos de defesa. In *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1968).
- Freud, S. (1930/1980). Prefácio à juventude desorientada de Aichhorn. vol. XIX. In *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930).
- Freud, S. (1937/1980). Análise terminável e interminável. In: *Obras Completas* (Vol. 23,). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1937).
- Freud, S. (2010). *O mal estar na cultura*. Porto Alegre, RS: L & PM. (Original publicado em 1930).
- Frigotto, G. (1986). *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo, SP: Cortez.
- Frigotto, G. (1991) O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (org.) Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991. (p. 69-90)
- Gasparini, S. M. (2005). *Transtornos mentais em professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna* (A. U. Sobral, Trad.). São Paulo, SP: Loyola.
- Heloani, R. (2004). Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. *RAE-eletrônica*, 3(1). Recuperado de <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1915&Secao=PENSATA&Volume=3&Numero=1&Ano=200>
- Hypólito, A. M. (1991) Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 3-21, 1991.
- Ianni, O. (2004). *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- IBGE (2011) *Perfil dos municípios brasileiros*. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/>. Acesso em 5/09/2013.

- Lacaz, F. A. C. (2010). Capitalismo organizacional e trabalho – a saúde do docente. *Universidade e Sociedade*, 19(45), 51-59.
- Lancillotti, S. S. P. (2008). *A constituição histórica do processo de trabalho docente* (Tese de doutorado não publicada). Universidade de Campinas, Campinas, SP.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1979). *Vocabulário de psicanálise*. Santos, SP: Martins Fontes.
- Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: Trabalho e desgaste operário*. São Paulo, SP: HUCITEC.
- Lessa, S. (2001). Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt. *Estudos de Sociologia*, 6(11), 119-143.
- Lemos, J. C. (2005). *Carga psíquica no trabalho e processos de saúde em professores universitários* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Lima, K. (2007). *Contra-reforma na educação superior. De FHC a Lula*. São Paulo, SP: Xamã.
- Lima, L. A. (2012) *Os impactos das condições de trabalho sobre a subjetividade do professor de ensino superior privado de campinas*. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Tese de doutorado. Campinas.
- Lukács, G. (1979) *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Mancebo, D., & Silva Júnior, J. R. (Orgs.). (2012). *Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UERJ.
- Martinez, D. (2001). *Abriendo el presente de una modernidad inconclusa: Treinta años de estudios del trabajo docente*. Paper presented at the LASA 2001 Latin American Studies Association twenty-third International Congress, Washington, DC. Retrieved from <http://www.redeestrado.org/web/5/1.php?idioma=?idioma=port>
- Martins, S. R. (2009). *Clínica do trabalho*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

- Marx, K. (1983). Manuscritos econômico-filosóficos. In E. Fromm, *O conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Marx, K. (1844/2004). O trabalho estranhado e propriedade privada. Tradução Jesus Ranieri. In R. Antunes (Org.), *A dialética do trabalho* (pp. 141-159). São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Marx, K. (2005). *O capital: Extratos por Paul Lafargue* (A. Bastos, Trad., 2a ed). São Paulo, SP: Conrad Editora do Brasil.
- Matos, E. A. (2008). O programa "Aliança para o progresso": O discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná - Brasil. *Anales del Simpósio Internacional Proceso Civilizador*, 11, 359-367.
- Maués, O. (2006). *A reforma da educação superior e o trabalho docente*. Trabalho apresentado no sétimo Seminário da REDESTRADO - Regulação Educacional e Trabalho Docente, Rio de Janeiro, RJ.
- Maués, O. (2010). A reconfiguração do trabalho docente na educação superior [Número especial]. *Educar em Revista* (1), 141-160. Recuperado de <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/nnumeroespecial01/nnumeroespecial01a07.pdf>
- Maykut, P., & Morehouse, R. (1994). *Beggining qualitative research: A philosophic and practical guide*. London: Farmer Press Teacher's Library.
- McDougall, J. (1983) *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica*. Trad. C. E. Reis. Porto Alegre: Artes Médicas.
- McDougall, J. (1991). *Teatros do corpo*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Mendes, L., Chaves, C., Santos, M., & Mello Neto, G. A. R. (2007). Da arte ao ofício: Vivências de sofrimento e significado do trabalho de professor universitário. *Revista Mal-estar e Subjetividade* 7, 527-556. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/15.pdf>
- Mészáros, I. (2004) *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

- Minayo M. C. de S. (1996) *O desafio do conhecimento : pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 269p.
- Minayo, M. C. de S. (2004) *Pesquisa social : teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Monteiro, J. K. Gasperina, P. Quadros, M. O. (2012) *Professores no limite: o estresse no trabalho do ensino privado no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Carta editora.
- Navarro, V. L., & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo [Número especial]. *Psicologia & Sociedade*, 19, 14-20. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400004&lng=en&lng=pt. 10.1590/S0102-71822007000400004
- Neves, L. M. W., & Fernandes, R. R. (2002). Política neoliberal e educação superior. In L. M. W. Neves (Org.), *O empresariamento da educação: Novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990* (pp.21-40). São Paulo: Ed. Xamã.
- Nogueira, C. M. (2006). *O trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: Um estudo das trabalhadoras do Telemarketing*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Oliveira, C. R. B. (2001). *Bem-estar dos docentes de uma instituição privada de ensino superior* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Oliveira, D. A. (2003). *As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Oliveira, D. A. (2004). A reestruturação do trabalho docente: Precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, 25, 1127-1144. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>
- Oliveira, D. A., Gonçalves, G. B. B., Melo, S. D., Fardin, V., & Mill, D. (s.d.). *Transformações na organização do processo de trabalho docente e o sofrimento do professor*. Recuperado de <http://www.redeestrado.org/web/archivos/publicaciones/10.pdf>

- Oliveira, J. F., & Dourado, L. F. (2005). Educação superior: O público e o privado na produção do trabalho e da vida acadêmica. In T. Adriaio & V. Peroni (Orgs.), *O público e o privado na educação: Interfaces entre estado e sociedade* (pp. 57-80). São Paulo, SP: Xamã.
- Oliveira, R. M. R. (2001). *A abordagem das lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho - LER/DORT no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo - CRST/ES* (Dissertação de mestrado não publicada). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ.
- Paparelli, R. (2009) *Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização do fluxo escolar*. 2009. 184 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho)-Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Paula, A. C. R. R. Naves, L. P. (2010) O estresse e o bem estar docente. *B. Téc. Senac: R. Educ. Prof.*, Rio de Janeiro, v. 36, n.1, jan./abr.
- Passos, N. (2007). *Mercantilização desenfreada do ensino superior precariza trabalho docente*. Recuperado de <http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=4768>
- Pereira, I. B. (2008). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro, RJ: EPSJV.
- Perez, K. V. (2012). *Se eu tirar o trabalho, sobra um cantinho ali que a gente foi deixando ali: Clínica da Psicodinâmica do Trabalho na atividade de docentes do ensino superior privado* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Pimenta, S. G., & Anastasiou, L. G. C. (2011). *Docência no ensino superior*. São Paulo, SP: Cortez.
- Pires, M. F. C. (1997). O materialismo histórico-dialético e a Educação. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 1(1), 83-94.
- Previtali, F. S., França, R. L., Fagiani, C. C., Omena, A. C., & Lima, A. B. (2012). Trabalho, educação e reestruturação produtiva no século XXI. In C. Lucena & Silva-Júnior, J. R. (Orgs.), *Trabalho e educação no século XXI: Experiências internacionais* (pp. 83-97). São Paulo, SP: Xamã

- Reis, E. J. F. B. (2004). *Trabalho e saúde mental em professores* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- Reis, E. J. F. B. (2006). Docência e exaustão emocional. *Educação & Sociedade*, 27, 229-253.
- Rocha, F. (1998). Sobre os impasses e mistérios do corpo na clínica. In R. Volich, F. Ferraz, & M. A. Arantes (Orgs.), *Psicossoma II: Psicossomática psicanalítica* (pp. 73-88). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Salim, C. A. (Coord.). (2009). *O trabalho e os agravos à saúde dos professores da rede privada de ensino do estado de Minas Gerais: Relatório técnico*. Belo Horizonte, MG: FUNDACENTRO/SAAE-MG/SINPRO-MG/FITEE.
- Sami-Ali (1995) *Pensar o somático*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo.
- Sampaio, H. M. S. (2000). *O ensino superior no Brasil: O setor privado*. São Paulo, SP: Hucitec/FAPESP.
- Sampaio, J. J. C. (1998). *Epidemiologia da imprecisão: Processo saúde/doença mental como objeto da epidemiologia*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fiocruz.
- Sato, L. (1998). Trabalho como categoria explicativa dos problemas psicossomáticos e da saúde mental. In R. Volich, F. Ferraz, & Arantes, M. A. (Orgs.), *Psicossoma II: Psicossomática psicanalítica* (pp. 175-181). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Saviani, D. (2007). Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, 12. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782007000100012&lng=en&nrm=iso
- Scliar, M. (2007). História do conceito de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17, 29-41.
- Segre, M., & Ferraz, F. C. (1997). O conceito de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 31, 538-542. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000600016&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0034-89101997000600016

- Seligmann-Silva, E. (1986). Crise econômica, trabalho e saúde mental. In V. A. A. Camon (Org.), *Crise, trabalho e saúde mental* (pp. 54-117). São Paulo, SP: Traço.
- Seligman-Silva, E. (1994) Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: marcos de um percurso. In: Dejours, C. *Psicodinâmica do Trabalho*. São Paulo: Atlas. p.13-19.
- Seligman-Silva, E. (1995) Psicopatologia e psicodinâmica no trabalho. In: Mendes, R.(org). *Patologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu, p. 287-310.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: O direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo, SP: Cortez.
- Seligmann-Silva, E. (2013). Novos encaminhamentos da psicodinâmica do trabalho no cenário brasileiro: Teoria, metodologia e o afloramento do olhar político. In A. C. Merlo, A. M. Mendes, & R. Moraes (Orgs.), *O sujeito no trabalho: Entre a saúde e a patologia* (pp. 11-21). Curitiba, PR: Juruá.
- Sennett, R.(2002). *A corrosão do caráter: As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Sennet, R. (2009) *O artífice*. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Silva Junior, J. R., & Sguissardi, V. (2001). *Novas faces da educação superior no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN.
- Silva Júnior, J. S. (2012). *Afastamento do trabalho por transtornos mentais e fatores associados: um estudo caso-controle entre trabalhadores segurados da Previdência Social*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 03/10/2013, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-26102012-134845/>
- Silva, S. R., & Claro, G. R. (2008). *A saúde mental do professor no contexto de globalização neoliberal*. Trabajo presentado en séptimo Seminario REDESTRADO “Nuevas Regulaciones en América Latina”, Buenos Aires, Argentina. Recuperado de <http://www.redeestrado.org/web/archivos/seminarios/21.pdf>

Sinpro/MG (2009) *Convenção coletiva de trabalho* – 2010/2012. Recuperado de: www.sinprominas.org.br/imagensDin/arquivos/638.doc Acesso em 10/05/2013

Siqueira, M. V. S., Finazzi, M., Calgaro, J. C. C. (2011). Reflexões Acerca da Servidão no Contexto Organizacional. In: M. C. Ferreira, J. N. G. Araújo, C. P. Almeida & A. M. Mendes (orgs.), *Dominação e Resistência no Contexto Trabalho-Saúde* (pp.183-194). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Souza, D. (2014) Fusão que cria maior grupo educacional do Brasil é aprovada. *Jornal Estadão*. Retirado de: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,fusao-que-cria-maior-grupo-de-educacao-do-brasil-e-aprovada,1522995>. Acesso em 04/07/2014.

Stobäus, C. D., Mosquera, J. J. M., & Santos, B. S. (2007). Grupo de pesquisa mal-estar e bem-estar na docência [Número especial]. *Educação (Porto Alegre)*, 30, 259-272.

Tardif, M, Lessard, C. (2012) *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Tittoni, J. (1994). *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre, RS: Ortiz.

Vieira, L. C. Guimarães, L. A. M. Martins, D. A. (2003) O estresse ocupacional em enfermeiros. In Guimarães, L. A. M. & Grubtis, S. *Saúde Mental e Trabalho* (orgs.) (pp. 169-185) São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo.

Winter, T. R. (1997). *O enigma da doença*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

APÊNDICES

Apêndice A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados sócio-demográficos:

Identificação: _____ sexo: ____F____M

Data de nascimento: ____/____/____

Estado civil ____s____c____d____outros _____

Filhos: _____ idade filhos: _____

Graduação-curso e ano: _____

Pósgraduação: _____

Tempo de docência: _____

Outras atividades profissionais: _____

quais: _____

Faixa salarial: ____1-3 salários mínimos____4-6____7-8____acima 9

Renda familiar: _____

Carga horária na docência: _____ carga horária em outras atividades: _____

Período em que trabalha: _____

Entrevista:

1. Vida profissional:

- A. Trajetória profissional até dos dias atuais. Expectativas e realidade.
- B. Rotina de trabalho. Contrato de trabalho. Atividades realizadas. Carga horária. Numero de disciplinas e alunos. Trabalho em casa. Descrição de um dia de trabalho. Condições de trabalho. Sensações após um dia de trabalho. Tempo de descanso. Forma de descanso.
- C. Novas tecnologias uso e intervenção. Há pressão para uso delas?

- D. Planejamento do trabalho e execução. Há controle por parte de instituição quanto a isso?
- E. Você realiza atividades extra classe? Quantas horas? Você recebe pelas horas extra classe?
- F. A faculdade te oferece condições adequadas para a execução do seu trabalho? O que falta?

2. Saúde:

- A. Descreva sua saúde. Apresentou problemas de saúde no ultimo ano? Causado pelo que. Uso de medicamentos. Frequência que faz avaliação médica. Usa medicação contínua? Qual? Fez ou faz acompanhamento psicológico ou psiquiátrico? Pensou em fazer? Foi encaminhado? Já ficou afastado do trabalho? Motivo.
- B. Apresenta (ou) algum dos seguintes problemas de saúde no ultimo ano: (frequência)
 - dor de cabeça
 - dor de estomago
 - gastrite
 - enxaqueca
 - hipertensão
 - alergia
 - rouquidão
 - LER
 - nervosismo
 - ansiedade
 - insônia
 - irritação ou impaciência
 - dores no corpo
 - desânimo/ desmotivação
 - excesso de apetite
 - aumento da vontade de fumar
 - dificuldade de concentração
 - tristeza sem causa aparente
 - falta de apetite
 - aumento da vontade de usar bebidas alcoólicas

- memória (esquecimento)
- baixa auto estima
- falta de vontade de sair / contato social
- medo/ insegurança
- outros _____

- C. Como faz para relaxar? Já usou álcool para isto? Sabe de colegas que fazem uso de substâncias lícitas ou ilícitas para relaxar? Você fuma?
- D. Sabe de colegas que tenham tido crises nervosas no trabalho?
- E. Você já foi vítima ou presenciou situações de assédio moral no trabalho? Como se sentiu.

3. Lazer:

- A. Atividade que realiza para lazer. Quantas vezes por semana. O que faz quando não está trabalhando. Como fica a vida familiar. Parcerias e filhos.
- B. Sono. Quantas horas de sono por dia. Tem facilidade para dormir. Usa ou usou medicamentos para dormir?
- C. O que é ser saudável para você. Faz atividade física. Está satisfeito com seu corpo e sua saúde?

4. Sofrimento e prazer no trabalho

- A. O que te dá prazer na profissão
- B. O que te dá prazer na vida
- C. O que traz sofrimento no trabalho
- D. O que falta para sentir prazer?
- E. Com que frequência você se sente realizado no trabalho
- F. Com que frequência sente desprazer e desconforto no trabalho
- G. Após um dia de trabalho você esta:
- H. Após uma semana de trabalho você está:

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Marisa Aparecida Elias, RG M4 215 201, aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Ribeirão Preto, sob orientação da professora Doutora Vera Navarro, estou realizando uma pesquisa sobre trabalho e saúde de docentes de Instituições de Ensino Superior Privadas. Nesta pesquisa busco conhecer a influência do processo de trabalho docente na saúde dos professores que atuam no ensino superior privado.

Na sua participação, o(a) senhor(a) será solicitado(a) a responder algumas questões, através de uma entrevista. A realização dela ocorrerá no prazo de até uma hora. Caso ocorra algum desconforto e um possível risco durante a entrevista a pesquisadora se propõe a encaminhar o(a) entrevistado(a) a profissionais da rede pública e/ou privada que minimizem este desconforto. Assim, sendo, necessito de sua colaboração para participar de uma entrevista.

Para tanto,

- a) A sua participação deverá ser inteiramente voluntária, ou seja, de sua livre vontade;
- b) A entrevista será gravada para eu não perder as informações que o(a) sr(a) me der, mas essa gravação não será mostrada a ninguém. Eu irei copiar as suas respostas em um papel e em seguida apagarei tudo o que foi gravado
- c) Todas as informações que o(a) sr(a) fornecer serão mantidas em sigilo absoluto e utilizadas apenas para este estudo. Assim, seu nome não será identificado, bem como o da sua escola. Ninguém saberá da sua participação;
- d) O(A) sr(a) estará livre para desistir da sua participação em qualquer momento da entrevista sem qualquer penalização ou prejuízo a sua pessoa.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o(a) senhor(a). Qualquer dúvida sobre a pesquisa poderá entrar em contato com a pesquisadora Marisa Aparecida Elias, Rua Elias F. Nascimento, 228, B. Segismundo Pereira, Cep: 38.408-308, Uberlândia/MG - fone: (34)3234-1768 ou (34) 9197-2277,

e-mail: mapelias@yahoo.com.br ou com sua orientadora: Dra. Vera Navarro, Av. Bandeirantes, 3900 – Bloco 6 – B. Monte Alegre, CEP: 14.040-901, Ribeirão Preto/SP.

Considerando os aspectos acima descritos eu _____,
aceito participar desse estudo, visto que minha participação é inteiramente voluntária e estou livre, a qualquer momento, para desistir de conceder a entrevista, sem nenhum prejuízo.

Uberlândia, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura da pesquisadora